



UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

*A Ocupação Rural Islâmica no Baixo-Alentejo:
os materiais do sítio dos Funchais 6 (Beringel)*

ALBERTO BERNARDO GREGÓRIO CARDOSO
MESTRADO EM ARQUEOLOGIA
LISBOA, OUTUBRO 2013

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



*A Ocupação Rural Islâmica no Baixo-Alentejo:
os materiais do sítio dos Funchais 6 (Beringel)*

Alberto Bernardo Gregório Cardoso

Dissertação de Mestrado em Arqueologia
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa,
sob a orientação da Prof. Doutora Catarina Ferrer Dias Viegas Taveira

Mestrado em Arqueologia

Lisboa, Outubro 2013

“We don’t need other worlds. We need a mirror (...) Man needs man.

Dr. Snaut, in *Solyaris*, filme de Andrei Tarkovsky

Palavras-Chave: islâmico, cerâmica, Funchais 6, Beja.

Resumo:

Este trabalho incide sobre o estudo de um conjunto cerâmico, proveniente dos trabalhos arqueológicos realizados no sítio dos Funchais 6, em Beringel, Beja, durante o ano de 2008, onde foram identificados várias estruturas negativas, como silos e fossos.

Dada a escassez de dados, respeitantes à ruralização no Baixo Alentejo, durante o período islâmico, este estudo teve como objectivos enquadrar, cultural, cronologica e funcionalmente, as realidades arqueológicas identificadas, como forma de as contextualizar regionalmente. Pretende-se assim, dar um contributo para o conhecimento da região de Beja, neste período.

Para tal, seleccionou-se uma amostra de 359 peças cerâmicas, de um conjunto total de 4983 fragmentos, para estudo pormenorizado. A análise das pastas permitiu delinear, claramente, a existência de um fabrico regional dominante no conjunto, em contraste, com outros fabricos, associados a pastas claras e/ou com vidrados, de importação. A análise das formas, organizadas em grupos funcionais, forneceu uma cronologia entre os séculos X-XII, com uma clara predominância da loiça de cozinha e mesa.

Abstract:

This work focuses on the study of a ceramic set, from the archaeological work conducted at the site of Funchais 6 in Beringel, Beja, during the year 2008 .

Given the paucity of data relating to the ruralization in Alentejo, during the Islamic period, this study aims to frame, cultural, chronological and functional, the archaeological realities identified. The aim is to give a contribution to the knowledge of the region of Beja, in this period .

For this, a sample of 359 ceramics was selected for detailed study, from a total set of 4983 fragments. The analysis of pottery composition allowed to clearly delineate the existence of a dominant regional manufacture as a whole, in contrast with other manufactures, associated with imported pottery. The analysis of the forms, organized into functional groups, provided a chronology between the X-XII centuries, with a clear predominance of kitchen and table utensils.

Agradecimentos:

A realização desta Tese não teria sido possível sem a ajuda preciosa de algumas pessoas.

Em primeiro lugar, quero agradecer à orientadora desta Tese, a prof. Doutora Catarina Viegas, cuja frequente disponibilidade, paciência e ajuda, foram fundamentais para a conclusão do trabalho.

E ao Dr. Samuel Melro, pela sugestão e disponibilidade dos materiais de Funchais 6, assim como à empresa ERA-Arqueologia e às arqueólogas que dirigiram os trabalhos e concederam autorização para estudo.

O principal agradecimento vai para a minha família. À Sara, por ser, diariamente, a minha companheira de vida. À minha irmã, Carolina, e à Bárbara, pela preocupação sincera em manter-me no mundo normal.

Por fim, aos meus pais, a quem tenho a agradecer tudo.

Índice:

1. Introdução.....	7
2. Contexto histórico-geográfico.....	9
2.1. A 1ª transição (714).....	10
2.2. A 2ª transição (1234).....	15
2.3. A <i>kura</i> de Beja – análise das duas transições.....	15
3. Contexto arqueológico.....	20
3.1. Estudos e trabalhos arqueológicos realizados.....	20
3.2. O sítio dos Funchais 6 – contexto estratigráfico.....	22
4. O conjunto cerâmico.....	27
4.1. Aspectos metodológicos.....	27
4.2. A cerâmica islâmica: uma síntese da história da investigação e seus resultados.....	29
4.3. Síntese sobre o estado dos conhecimentos acerca das cerâmicas visigóticas/emirais às do período pós-califal.....	31
4.4. Os fabricos.....	33
4.5. As formas.....	36
4.6. Elementos decorativos.....	51
4.7. Análise global do conjunto.....	56
4.8. Periodização.....	59
4.9. Enquadramento estratigráfico.....	61
5. Considerações finais.....	65
6. Bibliografia.....	67

Anexos:

1. Cartografia
2. Fotografias
3. Estampas
4. Catálogo

1. Introdução

Este estudo incide sobre o conjunto cerâmico recuperado do sítio dos Funchais 6, freguesia de Beringel, distrito de Beja. A escavação, realizada em 2008, inseriu-se nos trabalhos de implementação do Bloco de Rega do Pisão, a cargo da Empresa ERA-Arqueologia, sob direcção de Sandra Brazuna e Manuela Coelho, resultando um relatório com uma primeira análise ao sítio, apontando uma cronologia entre os séculos X-XII (BRAZUNA e COELHO, 2008, p. 4).

Nesse sentido, a abordagem feita a este conjunto teve, desde início, focada no período islâmico. Este, apesar de inicialmente pouco valorizado, tem vindo a ganhar notoriedade, com um número crescente de publicações, tornando-se gradualmente mais nítido o conhecimento dessa época. No entanto, algumas questões continuam a ser problemáticas: como ocorreu o processo de islamização do território? Qual o seu impacto na organização social pré-existente? Que papel tiveram as populações berberes no povoamento e transformação rural do espaço conquistado?

Certamente, que não é o estudo dos materiais encontrados em seis silos, provenientes do sítio dos Funchais 6, que irá responder a estas questões. Não o pode fazer, nem é isso que se pretende. No entanto, o estudo destes materiais permitirá trazer alguma luz, acerca da presença muçulmana no Baixo Alentejo.

Como tal, os objectivos deste estudo centraram-se na correcta caracterização morfológica das cerâmicas, assim como a identificação de grupos de fabricos. Com estes dois elementos, procurou obter-se uma cronologia aproximada para os contextos estratigráficos de onde provêm, de modo a permitir uma definição e caracterização das várias realidades presentes no sítio, nomeadamente, ao nível da sua funcionalidade. No entanto, deve referir-se que os resultados provenientes deste estudo não serão, de todo, absolutamente conclusivos, dada a escassez de estruturas identificadas, tornando-se difícil, para já, conseguir determinar a verdadeira tipologia do sítio arqueológico. No futuro, o conhecimento de outros sítios da região, permitirá uma análise comparativa mais detalhada, que nesta fase foi difícil (para não dizer impossível). Por outro lado, dado que se tratam de contextos fechados, permitem uma leitura para um momento cronológico preciso e uma abordagem ao consumo de produtos cerâmicos num contexto rural da *kura* de Beja.

Não menos importante é a análise dos fabricos, que poderão dar um contributo interessante sobre as produções locais e regionais, nomeadamente, as de Mértola e do Algarve Oriental mas, principalmente, com as da própria cidade de Beja.

Para além deste, o presente estudo foi dividido em cinco outros capítulos fundamentais, a que se segue os Anexos. O Capítulo 2 trata do contexto histórico-geográfico. Deve-se salientar que o contexto geográfico foi tratado de forma sumária, referindo-se apenas os aspectos essenciais, optando-se por dar maior primazia ao enquadramento histórico da região, o qual foi dividido em três subcapítulos: a 1ª transição (714); a 2ª transição (1234) e A *Kura* de Beja: análise das duas transições. O capítulo 3, enquadramento arqueológico, engloba, na parte 3.1, uma síntese sobre os trabalhos arqueológicos realizados no concelho de Beja, relacionados com a presença islâmica. No ponto 3.2, são descritos os trabalhos no sítio dos Funchais 6, com o devido contexto estratigráfico.

Concluídos os capítulos respeitantes a aspectos contextuais, sejam eles geográficos, históricos ou arqueográficos, segue-se o ponto fundamental do trabalho - o conjunto cerâmico (capítulo 4) - dividido em nove pontos. No ponto 4.1, define-se todos os aspectos metodológicos respeitantes à realização deste estudo. No ponto 4.2 é feita uma síntese da investigação sobre a cerâmica islâmica na Península Ibérica, com maior destaque para Portugal, enquanto que no 4.3 delineou-se, de forma geral, as principais características e evolução da mesma, do período emiral ao pós-califal. Os capítulos 4.4, 4.5 e 4.6 dizem respeito ao tratamento dos dados fornecidos pela cerâmica, ao nível dos fabricos, das formas e dos elementos decorativos, respectivamente. Os três pontos seguintes constituem-se pela análise desses mesmo dados, seja do ponto de vista quantitativo (4.7), seja da cronologia apontada, através da comparação com paralelos noutros sítios (4.8), e na conjugação de todos estes dados, com o intuito de os enquadrar estratigraficamente (4.9), obtendo daí, dentro dos limites impostos pelos próprios dados, uma interpretação do sítio arqueológico.

A finalizar o trabalho temos as considerações finais (capítulo 5) e a bibliografia (capítulo 6). Por fim, temos os Anexos, divididos em quatro partes: cartografia, fotografias, estampas e o catálogo das peças desenhadas.

2. Contexto histórico-geográfico

O sítio dos Funchais 6 localiza-se numa pequena elevação a Noroeste da vila de Beringel, distrito de Beja (Carta Militar Portuguesa nº 521 – Est. I: fig. 2), apresenta um controlo total da paisagem envolvente, relativamente destacado, em área de peneplanície (COELHO e BRAZUNA, 2008, p. 7), enquadrando-se no Sul do Portugal Mediterrâneo, segundo a divisão de Orlando Ribeiro (2011, p. 200).

Beja faz parte da peneplanície (poligénica) do Baixo Alentejo, integrada no Maciço Antigo ou Hispânico, cortando faixas de materiais diversos, como xistos metamórficos, xistos argilosos, grauvaques, granitos, pórfiros e até mármore. A zona de Beringel, em particular, apresenta grés finos, com cimento argiloso ou calcários compactos em leitos delgados (LOPES, 2000, pp. 59-60; RIBEIRO, 1990, pp. 74-78).

Ao observar a Carta de Capacidade de Uso dos Solos (Est. II: fig. 3), revela-se uma desigualdade regional, com áreas de elevada qualidade agrícola, em contraste com outras de menor capacidade. De salientar, a zona à volta da cidade, e portanto englobando a freguesia de Beringel, onde predominam os solos de capacidade A, B e C, adequadas para o cultivo de espécies mediterrânicas, como oliveira, vinha, cereais e vegetais (LOPES, 2000, pp. 61-62). O Alentejo sempre teve propensão para a produção de diversos cereais, sendo natural que o mesmo tenha acontecido em época islâmica, facto possivelmente comprovada pelo elevado número de silos, deste período, encontrados no distrito. Em Mértola, já se encontra comprovada a presença de trigo, pelas amostras recolhidas de níveis do primeiro quartel do século XIII, assim como em Silves, onde foram identificados cereais em níveis do século XII, o mesmo sucedendo em Mesas do Castelinho (PAIS, 1996, p. 280).

Em termos hidrográficos, na região há a destacar o Guadiana, um dos principais rios portugueses, com 801 km de comprimento. Este, como tem sido repetidamente observado nos estudos sobre Mértola Islâmica, teve um papel crucial no comércio marítimo de toda a região do al-Andalus Ocidental, incluindo, claro, Beja que se encontra no interflúvio entre este rio e o Sado (RIBEIRO, 1989, pp. 276-277; MATTOSO, DAVEAU e BELO, 2010, p. 596).

Esta estação arqueológica constitui um exemplo típico do período islâmico, repetidamente visível na Península Ibérica, com elementos caracterizadores de uma presença muçulmana, como é o caso dos silos/fossas, “recheadas de cerâmica”, neste caso num meio rural próximo a uma cidade previamente estabelecida e importante como Beja. Nesse sentido, este sítio

apresenta-se como um caso perfeito para tentarmos perceber as condicionantes das duas transições que assolaram a Península Ibérica - a 1ª com a conquista islâmica em 711, e a 2ª que, neste caso, situamos em 1234 com a definitiva reconquista cristã de Beja. Esta aproximação ao tema permitirá perceber, ou pelo menos definir, a evolução histórica neste local, desde a época romana até à Idade Média cristã, já com o *regnum* português a caminho da consolidação. No fundo, se quisermos pegar na interpretação de José Mattoso em "*Identificação de um País*", trata-se de tentar identificar as consequências e elementos caracterizadores, primeiro da "*oposição*" e depois da "*composição*", evidenciando as diferenças e as continuidades (MATTOSO, 1995).

Assim, nos pontos seguintes, partindo primeiro de uma perspectiva abrangente dos acontecimentos que se sucediam na Península Ibérica, tentarei analisar a linha histórica da região de Beja, da 1ª à 2ª transição, tendo como base alguns trabalhos já publicados, além de algum apontamento de cariz arqueológico.

2.1. A 1ª transição (714)

De facto, antes da chegada dos muçulmanos, a Península Ibérica já se encontrava numa débil situação social e política, estando o poder da nobreza e da Igreja longe de satisfazer as esperanças dos grupos sociais mais desfavorecidos. Esta crise acentuou-se com a morte do rei Egica e a incapacidade do seu sucessor – Vitiza – em controlar os vários focos de revolta interna, nomeadamente, na região da Bética romana, onde Rodrigo consolidava o seu poder, acabando inclusive por ser aclamado rei, depois da morte de Vitiza, em detrimento dos filhos deste (CATARINO, 1993, pág. 48).

Em Abril/Maio de 711 chegam os primeiros contingentes islâmicos à Península Ibérica (depois de um primeiro reconhecimento em 710, incentivado pelo conde Julião, de Ceuta, e alguns partidários de Vitiza), composto na maioria por berberes, através do estreito de Gibraltar, com um exército de cerca de 12000 homens, comandados por *Tarique Ibn Ziyad*. É nessa região, junto ao rio Barbate, que se dá a fatídica batalha de Guadalete, onde Rodrigo é definitivamente derrotado. A partir daí, o exército vencedor é dividido em vários grupos, com destinos diferentes (Córdova, Málaga e Granada). O próprio *Tarique* encaminha-se para Toledo, entre 711-712, para a conquista da capital visigoda (CATARINO, 1993, págs. 48-9).

Perante o êxito da primeira campanha, o governador do Norte de África, *Musa ibn Nusair* desloca-se à Península com um exército de cerca de 18000 homens, desta vez maioritariamente composto pela aristocracia árabe (trazendo assim as rivalidades existentes

no Oriente, entre os Omíadas, no poder, e os seus sucessores, os Abássidas). Com o intuito de empreender as conquistas da Andaluzia Ocidental e do Sul da Lusitânia, ocupa definitivamente Medina Sidónia e Carmona, dirigindo-se em seguida para Sevilha, que é tomada pela força em Julho/Agosto de 712, tendo parte da população fugido para Mérida e Beja. Mais tarde, os cristãos de Beja, juntamente com os de Huelva, voltam a tentar a conquista de Sevilha, sendo repelidos por *Abd Alaziz*, filho do emir. É nesta altura que o Baixo Alentejo e o Algarve são definitivamente conquistados, tendo ficado como governador de Beja *Abd al-Jabbar ben Abi-Salama*, estabelecendo-se também aí *Yemenitas*, *Kalbitas* e *Ausaris* (CATARINO, 1993, pág. 49-50).

Com as conquistas de Muça na região Norte da Lusitânia e na Galiza, juntamente com as de *Abd Alazis* na Andaluzia Ocidental, conquistando também cidades como Évora, Santarém, Coimbra e Lisboa, a partir de 714 a Península Ibérica está na posse dos muçulmanos até à região das Astúrias, no norte, onde se refugiaram os cristãos comandados por Pelágio. *Abd Alaziz* torna-se o primeiro governador do al-Andalus, com o título de *vali* e residência na cidade de Sevilha, tendo ainda casado, como meio de consolidação do seu poder, com a viúva de Rodrigo, que adopta o nome islâmico de *Umm 'Asim* (CATARINO, 1993, pág. 50).

Assim, tal como havia acontecido no Próximo Oriente, os árabes efectuaram uma conquista rápida perante territórios previamente enfraquecidos, aproveitando, no caso da Península Ibérica, a discórdia e fragmentação política e militar no estado visigodo e o apoio de parte da população hispânica e dos judeus. Tinham como principal foco a conquista das cidades metropolitanas e das capitais de diocese visigodas, tendo-se submetido a maior parte por capitulação, continuando os seus habitantes a possuir terras e outras propriedades (CATARINO, 1993, pág. 51).

À conquista seguiu-se um período de uma razoável tolerância religiosa, com os cristãos não só a aceitar os muçulmanos (e vice-versa), registando-se em diversos casos, a conversão ao Islão. Para todo o resto do século VIII, os cronistas apenas citam a revolta dos cristãos de Beja, que, contudo, terão sido apenas um instrumento político de um nobre árabe (CATARINO, 1993, p. 52).

Nesse sentido, a maior dificuldade na estabilização política e social foi, ao que parece, entre os próprios muçulmanos, pois o período que precede a fundação do califado Omíada de Córdoba foi totalmente preenchido por lutas que opunham de um lado os *kaisitas* e *yemenitas*, por outro os árabes e berberes (que, segundo Levi-Provençal, deixaram o seu cunho em Espanha e no Sul de Portugal, em vários aspectos da vida rural e da actividade agrícola e pastoril (*apud* CATARINO, 1993, p. 64)). Na verdade, não parece ter existido uma grande

preocupação em assegurar administrativamente o território conquistado, sendo os governadores sucessivamente substituídos ou assassinados por grupos opositores (CATARINO, 1993, p. 53).

Assim, só a partir de 743 e do estabelecimento dos Sírios, é que se terá constituído a primeira divisão em circunscrições administrativas (ou jundes, sendo que o do Egipto estabelece-se no Sul de Portugal, em Beja e Ossónoba), de carácter ao mesmo tempo militar e “feudal” (CATARINO, 1993, p. 53). Os governadores, numa dependência, mais ou menos directa, de Damasco transpuseram para a Península Ibérica, a uma escala mais reduzida, os mesmos quadros administrativos da Síria omíada e centralizaram em Córdova os serviços governamentais (CATARINO, 1993, p. 66). O território foi assim dividido em três grandes áreas: o *Sharq al-Andalus*, correspondendo ao território oriental, a região central com Córdova, Granada, Málaga e Almería, e o *Garb al-Andalus*, correspondendo ao lado Ocidental e, em termos administrativos e políticos, à área da antiga Lusitânia, abrangendo parte substancial do Portugal actual e uma pequena área da Estremadura espanhola, sendo portanto evidente a continuidade, nesta região, da organização administrativa do território durante o mundo romano, a ocupação visigótica e a civilização islâmica. A subdivisão do *Andalus* foi feita em territórios denominados *kuwar*, que incluíam aglomerados populacionais como as *hawadir* (cidades), os *husun* (castelos) os *buruj* (torres) e as *qura* (alcarias), criando assim uma complexa rede administrativa (TORRES, 1997, pág. 373).

Por todo o território havia uma dispersão de pequenas e médias cidades, denunciando uma diluição de poderes que, de certa forma, definiu e individualizou o *Garb al-Andalus*. Cada cidade deveria ter o seu próprio alcaide (*qaid*) como representante e sancionador de um poder político-religioso que, directa ou indirectamente, tinha de passar pela invocação semanal na mesquita. Detinha também sob o seu controlo um território, ou alfoz, cuja topografia, na maior parte dos casos, sofreu muito poucas alterações ao longo de vários séculos, chegando alguns inclusive a coincidir com os concelhos actuais. Destes alcaides dependiam directamente os campos e hortas circundantes e um maior ou menor número de povoações rurais, alcarias (cada comunidade rural foi considerada uma unidade fiscal, para evitar o despovoamento para as cidades (CATARINO, 1993, p. 63)). Estes, tanto poderiam ser um povoado único, fortificado ou não, como um grupo de pequenos povoados, solidários entre si, que possuíam um área fortificada para se refugiarem com o seu gado em caso de perigo. Esta segunda fórmula parece ter sido a mais utilizada na região do Baixo Alentejo e Algarve, onde, segundo Cláudio Torres, uma prospecção etno-arqueológica permitiu confirmar essa realidade, onde o povoamento foi sempre de pequenos aglomerados muito dispersos, não

escondendo, por vezes, antigos amuralhamentos de cume (TORRES, 1997, pp. 359-60). Hermenegildo Fernandes, por sua vez, encontra indícios do prolongamento das estruturas das antigas *villae* romanas, que, segundo ele, deixaram vestígios no traçado dos territórios dos concelhos e na implantação das aldeias (FERNANDES, 1991, pp. 85-86).

A partir de 750, iniciou-se uma nova época para o Islão, dado que o império Omíada sucumbiu às mãos dos Abássidas, que perseguiram e assassinaram os familiares do califa de Damasco. Ainda assim, um dos seus filhos, *Abd al-Rahman Ibn Mu'awiya*, conseguiu fugir, desembarcando na Península Ibérica em 755, aclamando-se rapidamente como emir (com o apoio de árabes e berberes) e tomando o poder em Córdoba. Durante o reinado de 32 anos, a sua autoridade foi repetidamente disputada, verificando-se algumas lutas pelo poder, com revoltas locais e regionais. Nesta altura, a região de Beja está, mais uma vez, no centro das atenções, pois é aí que *Al-'Ala' ibn Mughith* (árabe, recém nomeado governador do *Andalus* pelo califa Abássida) proclama uma revolta contra o emir Omíada, alastrando-se por todo o Sul de Portugal, onde são hasteadas bandeiras negras Abássidas (CATARINO, 1993, p. 53).

Durante o século IX os Omíadas esforçaram-se por consolidar o poder, no entanto, voltou a emergir uma crise interna. *Ibn Marwan* (pertencente a uma família *muladíe*, de Mérida, leal ao governo de Córdoba) iniciou um período de rebeldia contra o poder central, que se enquadra nos movimentos independentistas designados como 1ª *Fitna*. No entanto, a sua cidade foi cercada durante cerca de três meses, acabando por ser obrigado a pedir paz, sendo-lhe então concedida a permissão de se instalar em Badajoz, onde se construiu o castelo da cidade, tornando-se a capital da Marca Inferior e sede do reino Aftássida. Mantendo o apoio de outros rebeldes, *Ibn Marwan* continuou assim a empreender incursões numa vasta área do *Garb al-Andalus*. O movimento de rebelião tornou-se, a partir de 888, em guerra civil que se estendeu por toda a Andaluzia. Em território hoje português salientam-se as regiões do Baixo Alentejo e do Algarve, onde a população *muladíe* e berbere preconiza insurreições locais, de tipo independentista, formando-se vários principados, sendo de destacar para este estudo o de *Ibn Malik* em Beja e Mértola (CATARINO, 1993, p. 54).

Quando *Abd al-Rahman III* chega ao poder, a sua primeira preocupação foi dirigir campanhas militares contra esses principados. A partir de 913 até 927/29 submeteu sucessivamente toda a Andaluzia, com o intuito de estabelecer a paz interna. No *Garb al-Andalus* atacou diversas vezes Badajoz e dirigiu-se para Beja, onde *Ibne Malik* se rendeu e foi destituído dos seus poderes. A partir daí, *Abd al-Rahman III* foi proclamado príncipe dos crentes em 929 e os califas de Córdoba passaram a governar com prestígio, rodeados de uma aristocracia palatina (CATARINO, 1993, p. 55).

Foi durante o reinado de *al-Hakam II* que se iniciou a carreira política de *Ibn Abi Amir*, futuro *Almançor*. Ascendeu em pouco tempo a magistrado da polícia de Córdoba, efectuou uma reforma no exército e formou uma milícia de berberes para seu prestígio pessoal. Comportando-se como um verdadeiro califa, o seu governo corresponde a uma mudança de atitude em relação aos reinos cristãos e empreendeu até 1002 (data da sua morte) mais de 30 campanhas militares com o espírito de guerra santa. Depois da sua morte, foram os seus filhos que sucederam no governo de Córdoba, no entanto, os mercenários berberes converteram-se num partido forte e activo (os *Hammuditas*) que provocou, a partir de 1009, a revolta dos Cordoveses, sendo a cidade palatina de *Medina Azahara* pilhada e incendiada. Iniciou-se assim um período de guerra civil que provocou o fim do califado Omíada em 1031 e o início da fragmentação do *Andalus* em mais de 20 estados independentes, surgindo assim os pequenos reinos taifas (significando um partido e uma bandeira) com afinidades de origem étnica (CATARINO, 1993, p. 55-7).

Um desses reinos constituiu-se em cerca de 1048-49, em Mértola, fundado pelos *Ibne Tayfur*, estendendo-se pelo Baixo Alentejo, até Beja. O reino de Sevilha surgiu em 1023, governado por *Almutadid*, da família dos *Abadidas*, alargando-se pouco a pouco para Sul e Oeste. Anexou sucessivamente Mértola em 1044 e Huelva, Santa Maria de Harum e Silves entre 1051 e 1052. Após a morte de *Almutadid* foi o seu filho *Almutamide* (o rei poeta nascido em Beja) que subiu ao poder em Sevilha. Entretanto, os cristãos, liderados pelo rei Fernando I, avançaram em força em direcção ao Sul, conquistando algumas cidades importantes. Vendo perder cada vez mais territórios setentrionais, os reinos de taifas sentiram-se impotentes para fazer parar o seu avanço. Assim, os governadores do Garb al-Andalus viram-se obrigados a pedir auxílio aos almorávidas, apelando para a guerra santa, precipitados também pela queda de Toledo em 1085 (CATARINO, 1993, p. 57-9).

Estes chegaram à Península Ibérica em 1086, dirigindo-se para Sevilha onde se lhes juntaram reforços peninsulares. O *Andalus* voltou a estar reunificado, agora incluído num império que se estendia desde a Tunísia e o deserto do Sahara até ao rio Mondego, com o governo centralizado em Marraquexe. A nível social, o domínio Almorávida veio trazer uma transformação na conduta face aos Moçárabes, que passaram a ser tratados com maior intransigência. Do lado cristão, a resposta veio por parte dos cruzados, que com igual fanatismo investiram com força contra o Islão. Daí resultou uma nova fragmentação no *Andalus* em pequenos estados independentes. *Ibne Caci* sublevou-se em Mértola com o apoio tácito dos governadores de Silves e Beja. Surgiram assim os segundos reinos de taifas, efémeros e caracterizados por constantes revoltas internas, traições e coligações com os

cristãos. Na década de 1150 chegou um novo grupo de muçulmanos à Península – os Almóadas – com o objectivo de submeter os vários principados independentes. No entanto, o avanço dos cristãos era irreversível (CATARINO, 1993, pp. 60-2).

2.2. A 2ª transição (1234)

Apesar de alguns historiadores indicarem a batalha de Covadonga, em 722, como o início da Reconquista Cristã, esta só começou a tomar contornos de inevitabilidade a partir do século XI-XII, primeiro com a chegada dos condes borgonheses e suas acções, seguidas das investidas militares (e políticas) dos reis cristãos peninsulares, incluindo Afonso Henriques. Este já conseguira elevar o seu condado a reino independente e, em 1179, investiu com forte espírito de cruzada em terras de Além-Tejo, sendo a sua política expansionista seguida pelos seus sucessores. Em 1189, Silves foi temporariamente conquistada, juntamente com todas as praças do Alentejo, exceptuando Évora (CATARINO, 1993, pp. 61-62). Nesse período, há duas datas que marcaram a história de Beja: em 1162, a da possível e efémera conquista cristã, consequência de uma razia dos cavaleiros vilãos de Santarém que se retiraram após terem destruído os muros e despovoado a cidade, procurando anular-lhe o poder militar; e em 1189-1191, quando é tomada por Sancho I, na sequência do ataque a Silves, sendo, no entanto, ambas recuperadas pelo emir almóada no mesmo período (FERNANDES, 1991, p. 17).

Ainda assim, a partir de 1212, os muçulmanos começaram definitivamente a perder os territórios do *al-Andalus*, com a derrota na batalha de Navas de Tolosa contra uma coligação dos reinos cristãos peninsulares. Entre 1227 e 1238 foram definitivamente tomadas as importantes praças de Badajoz, Córdova e Valência, seguindo-se Sevilha em 1248. Cerca de 1234, também a cidade de Beja foi definitivamente tomada, tendo-se mantido nestes anos numa zona de fronteira, aparentemente sem função relevante, cabendo a Mértola o papel de guarda-avançada, como ponto de penetração através do Guadiana, acabando por ser conquistada, pelos cristãos, em 1238, no reinado de Afonso III (CATARINO, 1993, pp. 61-2; FERNANDES, 1991, p. 18). Infelizmente, não há muitas informações sobre a conquista da cidade, no entanto, crê-se que esta não terá oferecido grande resistência.

2.3. A *kura* de Beja – análise das duas transições

De um modo geral, na 1ª transição põe-se o mesmo problema que na 2ª, de forma

assimétrica - um mundo já em mudança, que viu acelerada essa situação com a conquista islâmica, com a substituição por estruturas orientalizantes. Se seguirmos a linha de pensamento de Hermenegildo Fernandes, utilizando uma analogia com a Síria romana (que o autor considera semelhante à Península Ibérica), verificamos que não se deu uma ruptura total com a ocupação islâmica, pois a reestruturação foi anterior aos árabes, que, normalmente, não fundaram nenhuma cidade (modelo não-rupturalista), acabando por se espelhar a ideia de um mundo islâmico como um mundo neo-romano. No caso da Península Ibérica, espaço intermédio, periférico e auto-centrado, estão em manifestação formas de organização social e categorias mentais e culturais provenientes de dois blocos (de um lado, a Europa pós-carolíngia e, do outro, o Oriente médio – *masriq*) em confronto, exteriores - de importação - que, operando sobre elementos claramente autóctones, se entrecruzam para dar origem a uma construção nova, que se aproxima mais do mundo mediterrâneo islâmico ou cristão, do que da Europa além-Pirinéus, ainda que seja daí que, mais tarde, chegam as representações mentais e ideologias que irão prevalecer. Ainda assim, deve-se ter em mente que a transição de um bloco religioso e, em certo sentido, civilizacional, para outro, não pode deixar de se processar, sem que haja um signo de ruptura e mudança pontuais (FERNANDES, 1991, pp. 68-69).

Sente-se assim um impacto de mudança em três pontos fundamentais: territorial (complexificação da rede de povoamento, com a introdução de novas "camadas"); social (o peso do Estado romano, das relações clientelares – feudalização - e dos laços tribais - berberização) e político (com a passagem para um sistema religioso diferente, assim como as infra-estruturas que a sustentam).

Nesse sentido, começando pelos limites territoriais na *kura* de Beja, comparando os mapas propostos para o seu território (Est. III: fig. 5), juntamente com as fontes árabes e os vestígios arqueológicos urbanos de Beja e Mértola, podemos observar que a reorganização trazida pela islamização muda muito pouco em relação à *civitas* romana, tendo os recém chegados globalmente perpetuado as circunscrições administrativas herdadas do passado romano e visigótico, prolongando o termo atribuído a Beja por Ar-Razi, pelo menos nos seus limites norte e oeste, a configuração do *Conventus Pacencis*. Os geógrafos do século XI sublinham, com insistência, a riqueza da cidade e o vasto território a ela submetido, fazendo pensar na manutenção do protagonismo administrativo, patente no século X, quando sublinham que o círculo de Beja, embora não o seu território, se estendia então até ao Tejo, pertencendo-lhe, além de Évora, Lisboa e Santarém (FERNANDES, 1991, p. 12). A cidade manteve ainda, ao longo dessa época, relações de hierarquia e domínio com as povoações situadas nos limites do seu território, embora este fosse progressivamente restringido. Em relação à rede viária (Est.

V: fig. 8), tal como aconteceu noutros locais, pensa-se que os caminhos romanos continuaram a ser utilizados. Existiam assim, pelo menos três caminhos principais: a ligação entre Évora e Beja, até Mértola (este seria o mais importante); outra atravessando o território de Este (Sevilha) a Oeste (Alcácer do Sal); e a terceira, que fazia a ligação entre Beja e o Algarve (MACIAS, 2006, pp. 83-89).

No espaço urbano em si, registou-se uma certa permanência das populações, nomeadamente das elites locais (grandes propriedades estavam ainda na posse dos senhores visigodos no momento da *fitna* do século IX, sendo no entanto a concepção árabe de apropriação da terra a triunfar sobre o sistema visigótico/pré-feudal). Tal veio a demonstrar-se determinante nos acontecimentos da região, que se constituiu como o centro de um importante conjunto de movimentações e de uma resistência onde a classe terratenente local desempenhou um papel crucial, particularmente visível no movimento de conversão da comunidade local, que inclui uma resistência à islamização, seguida de uma rápida adaptação. Essa situação pode ser constatada com o desempenho de Beja nos momentos conturbados que se seguiram à tomada de Sevilha. Em primeiro lugar, quando a cidade foi escolhida como local de refúgio pelos cristãos vindos daí, num segundo momento quando a sua população apoiou uma revolta contra a guarnição muçulmana da cidade do Guadalquivir, em cerca de 714 (MACIAS, 2005, pp. 810-812). Ainda assim, a presença islâmica, ou de influência islâmica, está desde muito cedo atestada na região de Beja (foi encontrado em MacAraújo, numa possível exploração agrícola, uma moeda árabe batida em cerca de 729), sendo provável tenham existido contactos e trocas comerciais desde o início da islamização no Centro e Sul de Portugal. Como salientou Santiago Macias, os cerca de 30 *ulemas* referidos para Beja, *muwalladun* com uma cadeia genealógica muito breve, com frequência de nomes árabes com ressonância bíblico-evangélica (Ishac, Ibrahim, Isa ou Yusuf), parecem indicar que “...as prestigiosas famílias de bispos cristãos da Alta Idade Média, deram rapidamente origem a ulemas do Islão, que continuam, no essencial, a deter os destinos da cidade e da região” (MACIAS, 2005, p. 810).

Além das questões religiosas, outros problemas poderão ter emergido em Beja, como em todo o Garb, como os de natureza étnica - a coexistência, nem sempre pacífica, de uma minoria de etnia árabe com um núcleo mais vasto, igualmente arabizado e islamizado, embora de origem autóctone ou berbere. A fricção entre “árabes genuínos e não genuínos” que, segundo *Ibn Haian*, conheceu formas particularmente agudas em Beja, fez-se sentir nos períodos de maior fraqueza do poder central, como parece ser o caso da fase de domínio do *muladi Al-Jawad* e seus descendentes, entre os séculos IX e X. Esta fase pode ter sido

responsável pelo “silêncio” sobre Beja, pelo menos por parte das fontes árabes, que pode significar um declínio da pujança e influência da cidade. Assim, se no princípio do século XI, o núcleo urbano ainda se apresentava suficientemente atractivo para poder chamar a si imigrantes, nos meados do século seguinte, Idrisi, que estivera no Garb, ignorou-a na sua Geografia. Quando Beja voltou a ocupar as páginas dos cronistas árabes, já não foi como um centro polarizador do Garb, o local cujo controlo permitia controlar todo o ocidente do Andalus, mas como um dos vários núcleos de influência, cada vez mais subalterna a Évora e Mértola (FERNANDES, 1991, pp. 14 e 15).

No que respeita à sua conquista, tem sido posta a hipótese de, num primeiro momento, se ter assistido a uma capitulação negociada e pacífica, a que se terá seguido, após o apoio à comunidade sevilhana uma outra intervenção, na qual o recurso à força terá tido um papel de destaque (MACIAS, 2005, pp. 809-11).

Ainda assim, a *kura* de Beja teve um maior papel de relevo nos tempos imediatamente a seguir aos começos da islamização (sendo citada como uma das mais importantes cidades no Ocidente), em comparação aos séculos posteriores ao califado (MACIAS, 2005, p. 813). Possuía uma vasta área rural cerealífera e própria para a criação de gado (sendo de destacar a qualidade dos solos da região – os famosos “*barros* de Beja” - elogiada da época romana até aos dias de hoje) dedicando-se os seus habitantes à apicultura, à curtimenta de coiros e à produção de algodão, sendo ainda de destacar a qualidade das minas de prata da região (CATARINO, 1993, pp. 74-75). A chegada do célebre *jund* do Egipto à cidade, terá feito parte de uma estratégia de consolidação territorial, não sendo, no entanto, suficiente para impedir uma sucessão de revoltas que tiveram a cidade como base ou ponto principal dos confrontos. Temos como exemplo, no século IX, a criação do principado independentista de *Ibn Malik* em Beja e depois, no período dos reinos de taifas no século XI, a sua inclusão no reino independente de Mértola (MACIAS, 2005, p. 817). No entanto, quer os conflitos internos, quer as frequentes insurreições contra o poder central, devem ter provocado um desgaste, lento mas contínuo, na cidade, tendo as estruturas materiais sofrido, durante o processo, evidentes prejuízos. O mesmo terá sucedido com a própria população que a partir do século XII se encontra cada vez mais numa zona de fronteira de guerra, desgastando-se com as várias conquistas precoces e efémeras da cidade. Esta acaba por cair definitivamente para o lado cristão em 1234 e conhecendo, como veremos na análise da 2ª transição, um particular fenómeno de recuperação institucional e demográfico (FERNANDES, 1991, pp. 16-19).

Assim, é de sublinhar o importante papel militar desempenhado por Beja ao longo da ocupação islâmica, seja na estabilização ou desestabilização dos territórios conquistados, realçado ainda mais pela vinda de uma guarnição vinda do Oriente. A presença de uma forte comunidade cristã na região (atestado pelos acontecimentos acima descritos) e a continuidade de elites hispânicas na região que, apesar de já não deterem o poder, terão continuado proprietários das terras, de forma mais ou menos autóctone, foram outros pontos importantes durante o domínio muçulmano (MACIAS, 2005, p. 817).

Com a Reconquista Cristã - a 2ª transição – verificou-se um novo impacto e uma nova mudança, sendo importante destacar três áreas fundamentais.

No sistema social, onde se assistiu a uma substituição massiva das elites urbanas, com o triunfo do modelo duplo - milícia/cavalaria urbana - que controlou as cidades, enquanto que no litoral, o modelo caracteriza-se por uma aliança entre essa milícia e os poderes mercantis.

Na rede urbana, notamos que a maior parte dos centros cristãos importantes são uma continuidade dos islâmicos (e estes dos romanos), sendo portanto uma rede muito antiga e estável, suficientemente incólume durante as duas transições, promovendo núcleos segundo nível ao primeiro e criando novos núcleos.

Por fim, na topografia, com a continuação do aumento das cidades, nomeadamente, a partir das áreas arrabaldinas, para a criação de um 3º “anel”, que deixa um abundante espaço interno de crescimento (Est. III: fig. 6).

No caso concreto de Beja, os termos “correger” e “povoar” com que se define a acção de Afonso III nos anos seguintes à conquista definitiva da cidade, não devem, segundo H. Fernandes, ser limitados ao seu significado puramente demográfico (apesar da vinda de muita gente, promovida pelo monarca). Assistiu-se também à implantação de uma estrutura política e ao lançamento de um processo organizativo, que ficará na memória dinástica, expresso na crónica Real como uma das mais notáveis realizações do reino. Nesse sentido, com a conquista cristã não estamos, portanto, perante apenas mais uma mudança de mãos, mas antes o termo de uma longa fase de declínio e o começo de uma reorganização que é já de relançamento (FERNANDES, 1991, p. 19).

3. Contexto arqueológico

3.1. Estudos e trabalhos arqueológicos realizados

Apesar da importância da região de Beja, é frustrante verificar o reduzido número de estudos e intervenções arqueológicas na região, em contextos medievais e até mesmo romanos.

É de destacar o papel de Abel Viana nas décadas de 40 e 50 do século XX, principal investigador e divulgador da Arqueologia no concelho, e de Fernando Branco Correia, com pequenos trabalhos interessantes de divulgação de cerâmica de tradição árabe, nomeadamente sobre a intervenção no interior da cerca do Hospital da Misericórdia na Rua D. Dinis, no ano de 1981, o qual forneceu paralelos importantes para alguns fragmentos neste estudo (CORREIA, 1991). Ainda de salientar, a intervenção na Rua Rainha Dona Amélia, em 1978, da responsabilidade de Manuel Soares, Maria Clara Vaz Pinto e Rui Zacarias Parreira, na Rua das Portas de Moura e na Rua do Sembrano, em 1987, por José Carlos Oliveira e Susana Correia, todas no interior da cidade, de cariz de salvamento/emergência, tendo sido recuperados apenas alguns materiais islâmicos. Sobre a Rua do Sembrano foram publicados alguns artigos pelos responsáveis mencionados (CORREIA e OLIVEIRA, 1987; 1988; 1993), além de uma Tese de Mestrado, em 2013, com a análise do conjunto cerâmico, por Helena Casmarrinha (CASMARRINHA, 2013). Em 1994, realizou-se uma escavação no Castelo, por Maria da Conceição Lopes, não tendo sido possível identificar troços da muralha no mesmo período. Ainda na década de 90, começaram trabalhos no Conservatório Regional de Música do Baixo Alentejo, que ainda decorrem, podendo assim fornecer algum espólio islâmico (CASMARRINHA, 2013, pp. 42-43).

No entanto, foi a partir de 2003, com a criação do programa PÓLIS-Beja, juntamente com o início da elaboração da Carta Arqueológica de Beja, que se desenvolveram mais trabalhos arqueológicos no núcleo urbano. Logo nesse ano foram realizadas duas escavações com material islâmico encontrado, na Praça da República, por Maria Adelaide Costa Pinto e na Rua da Casa Pia, por Isabel Ricardo (CASMARRINHA, 2013, pp. 43-44). No ano seguinte, no Largo de São João, foi realizada uma sondagem, por Isabel Ricardo e Nathalie Antunes, dos quais também resultam alguns materiais. Em 2005, efectuaram-se trabalhos na Praça da República, novamente, e na Rua da Moeda, sob a responsabilidade de Carolina Grilo, daí resultando, mais uma vez, alguma cerâmica islâmica. Em 2006, Isabel Ricardo, deu início a

sondagens nos vários sítios arqueológicos da cidade, para a elaboração da Carta Arqueológica do Concelho (GRILO e RICARDO, 2010), sendo de registar a intervenção na Rua Gomes Palma, onde foi identificada uma necrópole do período islâmico. Este sítio voltou a ser intervencionado em 2007 e 2011. Entre 2009 e 2011, na Escola Secundária Diogo Gouveia, foi identificada a maior necrópole islâmica de Beja, com enterramentos de Época Medieval Cristã e alguns silos com espólio islâmico e Moderno (CASMARRINHA, 2013, pp. 43-44).

Assim, na cidade de Beja, neste momento, foi identificado um razoável número de sítios arqueológicos com níveis islâmicos (constatável na base de dados Endovélico) suficientes para comprovar uma extensa ocupação muçulmana, mas ainda aquém para a percepção completa e interligada dessas diferentes realidades em contexto urbano. De realçar, o Castelo de Beja, as necrópoles da Escola Secundária Diogo Gouveia e da Rua de Mértola, o sítio na Rua do Sembrano e a intervenção, em diversos locais, de silos com material islâmico, como na Rua das Portas de Moura e da Avenida Miguel Fernandes.

Em relação a outras zonas do concelho, a presença árabe encontra-se identificada em alguns sítios, devido totalmente a estudos de minimização de impacto ambiental. Evidentemente, em Beringel onde, além dos Funchais 6, foi identificado o sítio do Corte do Marquês 7, tendo sido encontrados vários materiais de construção. Em Santa Vitória foi recuperado algum material árabe no sítio da Corte Romeirinha 2. Em Baleizão, dois sítios fonceram material islâmico – a Herdade do Paço do Conde e a Horta da Arruda 6. Em São Brissos, foi identificado por Carlos Pires o sítio do Monte do Bolor 1/ 2, onde foi descoberta uma sepultura Islâmica. Em Trigaches, 2007/2008, identificou-se o sítio do Vale da Fonte da Rata 3, durante o acompanhamento dos trabalhos do bloco de rega do Pisão. De salientar que, a grande maioria dos locais intervencionados no concelho, apenas registam alguns achados de cerâmica islâmica, não apresentando qualquer tipo de estruturas, sendo por isso difícil a sua classificação, com as exceções das necrópoles, a Rua do Sembrano e até o sítio dos Funchais 6 (CASMARRINHA, 2013, pp. 44.45).

Na abordagem relativamente ao período islâmico nesta região é de destacar, de cariz mais historiográfico, entre outros, as Dissertações de Mestrado e Doutoramento de Hermenegildo Fernandes (FERNANDES, 1991; 2000) que, apesar de incidirem sobre a Beja Medieval Cristã na primeira e sobre o Sudoeste Peninsular Interior na segunda, fornecem uma perspectiva fundamental sobre a evolução da cidade e da região na transição que se deu com a Reconquista Cristã, que marcou o seu desenvolvimento nos séculos seguintes. Também de realçar, os trabalhos de Santiago Macias sobre a islamização desta região (MACIAS, 2005; 2006), que se demonstram bastante interessantes na percepção das mudanças que houve na

cidade, em comparação à Antiguidade Tardia, seja no território, no espaço urbano ou nas elites que o compõem.

3.2. O sítio dos Funchais 6 – contexto estratigráfico

O sítio dos Funchais 6 foi identificado no âmbito dos trabalhos de acompanhamento arqueológico em curso da empreitada de execução do Bloco de Rega do Pisão, em Beringel, no concelho de Beja (Est. IX: fig. 14), preconizando-se a escavação manual no sítio pela empresa ERA-Arqueologia, S. A., em 2008, sob direcção das arqueólogas Manuela Dias Coelho e Sandra Brazuna.

Em termos de metodologia, a escavação seguiu os pressupostos avançados por Barker (BARKER, 1989) e Harris (HARRIS, 1991). Assim, foram realizadas quatro sondagens (Sondagens 1 a 4) de 1,5m x 1,5m e uma sondagem de 6m x 1m designada Sondagem 5. Posteriormente, nesta última, foi realizado um primeiro alargamento de 7m x 1m e um segundo de 7m², como forma de abranger todos os contextos arqueológicos que viriam a estar afectados pelo projecto de obra, estendendo-se a escavação por uma área total de 29 m². A base da estratigrafia, o substrato geológico (UE [104]), é, claro, igual em todo o sítio, caracterizando-se por calços esbranquiçados e pulverulentos em formação devido à desagregação do substrato calcário, em níveis inferiores, assim como gabro-dioritos laranja-amarelados heterogéneos e em desagregação (COELHO e BRAZUNA, 2008, pp. 4 e 10).

Na Sondagem 1 (Est. V: fig. 9), foram identificadas quatro fases. A fase I (UE [103]), corresponde ao Silo 1 (Est. XIII: fig. 22), uma estrutura negativa de forma circular no topo, desenvolvendo-se em parede côncava com inflexão gradual para a base, plana e circular. Terá funcionado, na última utilização, como zona de acumulação de entulho/lixreira, estando a sua primeira utilização relacionada com o armazenamento de produtos alimentares/cereais, como é frequente nestes contextos. A fase II corresponde ao enchimento do Silo 1, que se traduziu na identificação de sete depósitos de enchimento de matriz arenosa e solta (com vestígios de fauna mamalógica e cerâmica), salientando-se a UE [107], composta por uma concentração pétrea de calhaus e blocos em bruto de diorito, dispostos de forma aleatória. Na fase III foi identificado um depósito de superfície (UE [100]) remexido (devido ao uso frequente de máquinas agrícolas no local), apresentando sedimento castanho-escuro, assim como algumas raízes (com vestígios de cerâmica comum). O último momento identificado, a fase IV, corresponde à destruição das realidades acima descritas por parte da vala de obra (UE [101]) (COELHO e BRAZUNA, 2008, pp. 11-12).

Na Sondagem 2 (Est. VI: fig. 10), na fase I, foi identificado o Silo 2 (UE [204] - o seu interface) (Est. XIII: fig. 23), apresenta uma forma circular no topo, desenvolvendo-se em parede côncava, irregular, com inflexão gradual para a base plana e circular. À fase II corresponde o seu enchimento, tendo sido identificados quatro depósitos distintos, indicando a acumulação de sedimentos em diferentes momentos, de matriz arenosa e solta. Tal como no Silo 1, foi identificado uma concentração pétreia (UE [207]), com as mesmas características (com vestígios de fauna mamalógica e malacológica, e cerâmica). Na fase III, foi identificado o depósito de superfície (UE [200]), com sedimento castanho-escuro, arenoso e moderadamente compacto, cascalho e algumas raízes, mas remexido devido a práticas agrícolas recentes. A fase IV, diz respeito à destruição das realidades acima descritas por parte da vala de obra já mencionada na Sondagem 1 (COELHO e BRAZUNA, 2008, pp. 13-14).

Na Sondagem 3 (Est. VI: fig. 11), foi identificada uma estrutura negativa – o Silo 3 (UE [304]) (Est. XIV: fig. 24), com morfologia e funcionalidade semelhantes aos anteriores, correspondendo assim à fase I. A fase II, é composta por quatro depósitos de enchimentos distintos do Silo 3, de reduzida profundidade, de matriz arenosa e solta. De salientar o enchimento (UE [308]) imediatamente sobre a base da estrutura, constituindo um depósito localizado em área circunscrita, no centro, caracterizando-se por cinzas e carvões, indiciando um depósito de combustão *in loco* ou no exterior com posterior transporte de cinzas para o interior da estrutura negativa. Na fase III, foi identificado o depósito de superfície (UE [300]), remexido, com raízes e fragmentos de fauna mamalógica, cerâmica e um prego. À fase IV, corresponde usual destruição das realidades acima descritas, por parte da vala de obra (UE [301]) (COELHO e BRAZUNA, 2008, pp. 15-17).

Na Sondagem 4 (Est. VII: fig. 12) foram identificadas seis fases. A fase I corresponde a uma estrutura negativa indeterminada a Oeste do Silo (referido adiante), não tendo sido intervencionada, por estar fora da área de afectação. A fase II corresponde ao enchimento da estrutura indeterminada acima referida, sendo que na parte visível apresentava sedimento castanho-escuro, areno-argiloso, com fragmento de cerâmica e fauna mamalógica. Na fase III foi encontrado o Silo 4 (UE [403]), com forma sub-circular/oval no topo, desenvolvendo-se em colo vertical até à parede côncava, irregular, com inflexão gradual para a base plana e circular, sendo de salientar as suas consideráveis dimensões (3 m de diâmetro e 2,5 m de profundidade) e o facto de ter sido a estrutura que forneceu mais material estudado. A fase IV caracteriza-se pelos nove distintos depósitos, de matriz arenosa e solta, do enchimento do Silo 4 (Est. XIV: fig. 25), indiciando uma acumulação de sedimentos em diferentes momentos. De

destacar a UE [407] que corresponde a mais uma concentração pétrea, encostada à parede do silo. A sua formação deverá ter acontecido num só momento, de forma repentina, pois foram identificados blocos de substrato desagregado, resultantes de abatimento da parede. Foi ainda identificada outra particularidade na UE [406], onde há uma acumulação de sedimentos em forma de “cone”, havendo uma vertente acentuada do topo da unidade, a partir da zona central da estrutura para as zonas próximas da parede, de inferior altimetria. A fase V corresponde ao depósito de superfície (UE [400]) remexido, castanho-escuro, areno-argiloso e compacto, com fragmentos de cerâmica comum e de construção. A fase VI diz respeito à destruição das realidades acima descritas por parte da vala de obra (UE [401]) (COELHO e BRAZUNA, 2008, pp. 18-20).

A Sondagem 5 (Est. VIII: fig. 13) é a maior da escavação, tendo sido identificadas 15 fases. A fase I tem alguns elementos interessantes. Foi identificada uma estrutura negativa de grandes dimensões (5,80 m de diâmetro/largura e 1,60 m de profundidade), de limites apenas parcialmente visíveis, podendo tratar-se de um fosso ou fossa de grandes dimensões, devido à tendência para a circularidade no troço visível, ou, noutra interpretação, apresentar topo serpenteantes de largura variável, devido ao facto de as paredes Sudoeste e Nordeste estreitarem no sentido NE e SW. A zona mais profunda (UE [534]), de base aplanada, era continuada, a Nordeste, por uma outra área menos profunda (UE [508]), em degrau com a primeira, como um acesso rampeado. O lado Sudoeste desenvolvia-se com parede abrupta e côncava, de cariz vertical. Na base da UE [534] foram identificadas duas concavidades (UE [537];[538]), de forma sub-circular escavadas na rocha, podendo colocar-se a hipótese de se tratarem de dois buracos de poste, o que, segundo as arqueólogas responsáveis, poderia indiciar um cariz habitacional. Esta hipótese é ainda sustentada pela existência de dois depósitos de argilas (UE [533];[530]), que poderiam ter funcionado como um nível de regularização e impermeabilização da base, sendo que sobre um destes depósitos foi identificada uma lareira (UE [532]), caracterizada por uma concentração de blocos e calhaus de dioritos, dispostos de forma organizada, limitando uma área de tendência sub-circular, tendo ainda um nível de cinzas e carvões (UE [531]) em cima. Foram aí recolhidos fragmentos de fauna mamalógica (destacando-se dois crânios de ovino) e de cerâmica comum, vidrada e de construção. A cobrir estas realidades encontrava-se um nível de argilas compactas e homogêneas, avermelhadas, em toda a área do interior da grande estrutura negativa. Foi ainda interpretado como pertencente ao mesmo momento construtivo, o Silo 6 (UE [541]), apenas parcialmente conservado, mas que apontava para uma tendência para a circularidade, ainda que irregular, desenvolvendo-se em parede côncava até uma base

aplanada e regular. A Nordeste deste silo identificou-se uma pequena plataforma (UE [580]) escavada no substrato geológico e apenas parcialmente visível, originando um degrau, num plano altimétrico intermédio entre o topo do geológico e o nível de utilização das estruturas negativas acima descritas. Nesta plataforma encontra-se um pavimento tipo lajeado (UE [560]), com lajes de diorito afeiçãoada e dispostas na horizontal, sobre um nível de argilas (UE [564]) de regularização/preparação, que, segundo as arqueólogas, deveria ter funcionado como forma de acesso a essa esta área (COELHO e BRAZUNA, 2008, pp. 22-25).

A fase II corresponde à abertura do Silo 5 (UE [517]) (Est. XV: fig. 26), de forma circular, parde côncava e base planada. Também de assinalar uma possível estrutura construída em taipa (UE [507]), com argilas compactas e vermelhas, homogêneas, com inclusão de blocos e calhaus de dioritos e nódulos de calíço, tendo cerca de 80 cm de largura e de orientação Oeste-Este. A fase III é caracterizada pelo enchimento do fosso da fase I, com níveis alternados de sedimento argiloso e compacto, de cor vermelha, e um nível de sedimento negro (UE [526]) com abundância de cinzas e carvões, podendo indiciar um momento de incêndio localizado. Na fase IV foi identificada uma estrutura negativa (UE [522]) no interior do grande fosso, com uma profundidade máxima de 30 cm, preenchida com blocos e calhaus de dioritos e gabros, em bruto ou afeiçãoados com bastante cerâmica, sugerindo ser um derrube. No topo desta estrutura encontrava-se um depósito (UE [511]), com sedimentos negros, cinzas e carvões. A fase V corresponde ao enchimento do Silo 6 (Est. XV: fig. 27), tendo sido identificados os depósitos [576] e [575], de matriz argilosa e compacta. As fases VI a XI, correspondem a sucessivos depósitos no interior do Silo 6, semelhantes entre si, e portanto dispensáveis de serem descritos de forma pormenorizada, sendo no entanto de realçar que é a partir da fase V que se considera ter iniciado a fase de enchimento enquanto estrutura de acumulação de entulhos/lixeria (COELHO e BRAZUNA, 2008, pp. 26-33).

A fase XII caracteriza-se pela existência de um possível murete (UE [559]), tendo uma concentração pétrea relativamente alinhada no sentido Noroeste-Sudoeste, construída com blocos e calhaus de diorito, afeiçãoados e ligados por sedimento argiloso e compacto. Na extremidade SE deste alinhamento foi identificado um bloco de diorito na vertical, a criar face, provavelmente como lateral da entrada de acesso. Segundo as arqueólogas responsáveis, este murete poderá corresponder a uma fase de reformulação/reestruturação do espaço em utilização. A fase XIII corresponde à colmatação das estruturas negativas identificadas na Sondagem 5, quer no Alargamento do Silo 6, quer no interior da grande estrutura negativa tipo fosso, assim como no enchimento do Silo 5, da fase II. De salientar que estes depósitos de enchimento apresentam uma forte componente artefactual e encontravam-se com inclinação

para o interior, em “V”. A fase XIV caracteriza-se pelos depósitos imediatamente sob o depósito de superfície. Segundo as responsáveis, estes contextos, ainda que preservados e sem indícios de intrusões posteriores, deverão relacionar-se com um intervalo de tempo inserido numa fase de abandono do sítio, traduzindo realidades sedimentares acumuladas em momentos pós-ocupacionais. A fase XV, o último momento identificado na Sondagem 5, corresponde à destruição das realidades de topo acima descritas por parte da vala de obra (UE [515]) (COELHO e BRAZUNA, 2008, pp. 33-35).

Concluindo, a intervenção no sítio dos Funchais 6 mostrou, de facto, uma realidade interessante, mas complexa. Nos 29 m² de área escavada, divididos por cinco sondagens, foram identificados seis silos, semelhantes entre si, com uma estratigrafia que pressupõe a sua utilização em duas fases: uma primeira de armazenamento de cereais, seguindo-se uma fase de uso como lixeira/local de entulho. Infelizmente, em relação a estruturas, a intervenção não obteve resultados muito conclusivos. De destacar, a estrutura tipo fosso, de grandes dimensões (Sondagem 5), onde foram identificados dois possíveis buracos de poste e uma lareira; uma plataforma com pavimento tipo lajeado ([560]), e um murete ([559]) com uma concentração pétrea alinhada no sentido Noroeste-Sudoeste. Com a análise dos resultados da intervenção, fica realmente a impressão que um alargamento dos trabalhos para áreas circundantes revelaria, facilmente, a continuação destas realidades, podendo inclusive encontrar-se vestígios de estruturas de cariz habitacional, que os poucos vestígios já encontrados, deixam adivinhar.

Por fim, é de salientar que este trabalho incide sobre todos os fragmentos cerâmicos encontrados em Funchais 6, provenientes das várias sondagens, sendo natural que a Sondagem 5 é a que apresenta mais material, dada à sua maior dimensão. É ainda de sublinhar, que as fases descritas não correspondem efectivamente a materiais de períodos distintos, apesar de ter sido possível distingui-los no campo.

4. O conjunto cerâmico

4.1. Aspectos metodológicos

O conjunto de materiais estudados é proveniente dos trabalhos de escavação arqueológica realizados em 2008, no sítio dos Funchais 6, freguesia de Beringel, concelho de Beja, a cargo da empresa ERA-Arqueologia, sob a direcção de Sandra Brazuna e Manuela Coelho.

O conjunto está guardado em contentores, na Reserva da delegação de Cultura da DGPC de Castro Verde. Após os trabalhos de escavação, foi realizado um relatório preliminar, que avançou com uma datação para o sítio no período islâmico, entre os sécs. X-XII (BRAZUNA e COELHO, 2008, p. 52).

Para o estudo que agora se apresenta foram seleccionados todos os fragmentos cerâmicos (exceptuando os materiais de construção e de outros períodos cronológicos), ficando de fora os restos faunísticos e os metais.

Assim, obteve-se um número total de 4983 fragmentos. De seguida, através da sua análise mais detalhada, chegou-se a um conjunto de 790 fragmentos, contendo todos os bordos, asas e fundos, além de bojos passíveis de serem classificados morfologicamente. Todos os fragmentos vidrados foram também incluídos neste grupo. Nesta fase tentou-se ainda efectuar o máximo de colagens possível.

Feita esta primeira separação, procedeu-se à inventariação (tendo-se criado uma base de dados, com utilização do programa FileMaker Pro Advanced) de todos os elementos constituintes desta amostra (e somente estes). Na marcação das peças, utilizou-se a sigla Fun6/08, U.E. e nº de inventário.

Concluída a marcação, utilizando o método de quantificação do número mínimo de indivíduos (N.M.I.), apresentado por Arcelin e Tuffreau-Libre para o Mont Beuvray (Protocole Beuvray, 1998), chegou-se a uma amostra final de 359 peças (N.M.I), contendo todos os bordos, assim como algumas asas, fundos e bojos classificáveis.

De seguida, analisou-se todos os fragmentos individualmente, com a intenção de definir diferentes grupos de fabricos, sendo assim somente indicado para cada fragmento o seu respectivo fabrico. A análise teve por base uma observação macroscópica, auxiliada com uma lupa de 15x aumentos. Para a sua caracterização, utilizou-se a cor da pasta e superfície, os elementos não plásticos (enp), a textura e os acabamentos (aguadas, brunidos e engobes) (STIENSTRA, 1986b). Para os vários modos de cozedura e sua execução, foram usados neste trabalho as definições de Maurice Picon (PICON, 2002).

Em relação à análise morfológica, a questão foi bem mais complicada, dadas as dificuldades que se tem assistido ao longo dos anos na classificação da cerâmica deste período. Esta tem sofrido de uma excessiva, mas real, regionalização em termos de fabricos e de formas, mas que tem sido inutilmente agravada pela miríade de nomes que cada investigador atribuiu a uma mesma forma, acrescentando ainda os termos usados pelos investigadores espanhóis, cuja tradução para português nem sempre se demonstrou fácil. Nesse sentido, optou-se por usar, sempre que possível, as designações adoptadas pelo projecto CIGA, que reúne os investigadores mais proeminentes nas últimas décadas no que diz respeito a cerâmica Medieval, num esforço de sistematização e descrição da mesma, tanto ao nível morfológico como da nomenclatura (Bugalhão *et al.*, 2009). No entanto, as formas fornecidas no trabalho desse projecto são muito limitadas em número e variedade, além de, na maioria, representarem formas de luxo, ausentes na grande maioria dos sítios desse período, presentes, principalmente, em locais como Lisboa, Mértola ou Silves.

Assim, desse artigo adoptou-se somente a divisão dos grupos funcionais e das formas (e portanto de toda a nomenclatura usada para caracterizar os elementos de cada fragmento), apesar da existência de algumas dificuldades. Como exemplo desta dificuldade, verifica-se que no projecto CIGA foi feita uma divisão entre jarro e jarra, no entanto, no presente estudo demonstrou-se impossível, dado o elevado grau de fragmentação das peças, individualizar ambos os grupos, optando-se assim por juntá-los na forma jarro. Com as formas panelas e potes, houve também dificuldades, optando-se por englobar o último na primeira, passando assim a existir somente a forma panela, fazendo-se, sempre que fosse pertinente, uma referência a possíveis semelhanças com potes.

Exceptuando os aspectos de nomenclatura, para a classificação dos materiais a principal base foi a obra de H. Catarino – “*O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificado*” (CATARINO, 1997/98), nomeadamente para o estabelecimento de paralelos com as variantes e respectivas cronologias por ela apresentadas. Para esta e outras publicações, as semelhanças ao nível da forma foram o principal critério na definição de paralelos, complementada, sempre que disponível, pela informação dos fabricos. Apesar de ter sido efectuada pesquisa por paralelos em todas as regiões da Península Ibérica, deu-se maior relevância aos encontrados em sítios relativamente próximos, ou seja, toda a zona de Beja, Mértola e Algarve.

Em cada forma, sempre que a sua representatividade o justificou, as peças foram divididas em diversos grupos (designados por letras), de acordo com semelhanças morfológicas no

bordo, quando existente, ou por outras características, devidamente justificadas no respectivo local.

Juntamente com a caracterização de cada forma no capítulo 4.4, foi ainda acrescentada a respectiva denominação usada por Rosselló-Bordoy (ROSSELLÓ-BORDOY, 1991) e por André Bazzana (BAZZANA, 1979).

Os gráficos foram efectuados com o Microsoft Excel 2011, sendo que os dados quantitativos foram tratados seguindo o NMI, excepto na análise da decoração vidrada (capítulo 4.5), onde foram considerados todos os fragmentos vidrados presentes no conjunto, classificáveis e inclassificáveis, para permitir uma observação mais completa.

4.2. A cerâmica islâmica: uma síntese da história da investigação e seus resultados

O estudo da cerâmica islâmica na Península Ibérica tem tido uma difícil, tardia e lenta evolução. Durante muitos anos, o principal foco dos trabalhos era a análise estética das peças, própria da História de Arte, com fabricos luxuosos, ligados às técnicas decorativas como verde e manganês, corda seca e com reflexo metálico, recorrentes nos acervos museológicos e nas produções de Elvira, Medina Azahara, Valência, Teruel e Sevilha, destancando-se as obras de González Martí (1944), Gómez Moreno (1951) e, principalmente, de Luis Llubia (1968), sobre a *Cerâmica Medieval Espanhola*, onde se nota já uma preocupação de classificação e periodização de algumas formas visigóticas, muçulmanas e cristãs. Em 1972 há ainda a registar o estudo sobre as características técnicas e decorativas das cerâmicas provenientes de Almeria e as produções de verde e manganês de Medina Azahara, por Pavón Maldonado (PAVÓN MALDONADO, 1972 *apud* CATARINO, 1997/98, p. 758).

No entanto, só nos finais da década de setenta é que surgem os primeiros importantes avanços, a partir de trabalhos monográficos e regionais, com novas preocupações metodológicas, tipológicas e cronológicas. Em 1978, Rosselló-Bordoy elabora, a partir das cerâmicas registadas em Maiorca, os primeiros modelos de nomenclatura e quadros cronotipológicos, distinguindo 17 tipos de recipientes cerâmicos, agrupados em formas abertas e formas fechadas, analisando para cada tipo a sua terminologia, fazendo-a corresponder, sempre que possível, com a castelhana, catalã, francesa e inglesa (ROSSELLÓ-BORDOY, 1978). O mesmo autor, actualizou depois a sua proposta de terminologia (ROSSELLÓ-BORDOY, 1991), inventariando 114 vocábulos, com base nos documentos, para designar as respectivas peças de cerâmica, destinadas a diversas actividades quotidianas. André Bazzana,

em 1979, ao estudar as cerâmicas medievais da Espanha Oriental, distingue um amplo leque de formas, divididas em vasos fechados, vasos abertos, vasos figurativos e objectos cerâmicos de função específica. Examina 30 tipos e estabelece, para cada um, a sua funcionalidade e características, englobando assim a noção dupla de forma/função (BAZZANA, 1979).

Em Portugal, depois dos trabalhos pioneiros de José Luis Matos (1983 e 1986), o primeiro grande esforço no estudo da cerâmica islâmica foi a realização do *IV Encontro sobre Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, organizado pelo Campo Arqueológico de Mértola em 1987 (TORRES, 1987), havendo depois um novo impulso, em 1992, com o arranque em Tondela das *Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (chegando, ao longo dos anos, à quarta realização). Neste dois primeiros momentos, há a registar o grande número de investigadores estrangeiros, em contraste com os nacionais, sendo de destacar o trabalho apresentado por Rosa Varela Gomes sobre Silves, no seguimento do apresentado em 1988 (GOMES, 1988). Em todo o caso, estes primeiros estudos geraram algum entusiasmo sobre este período e incentivaram novas pesquisas (FERNANDES, 2005, p. 160).

Assim, na década de noventa surgem alguns trabalhos fundamentais para o desenvolvimento do estudo desse período, nomeadamente, a tese de Helena Catarino - *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados* - onde cria uma classificação tipológica da cerâmica que irá ser seguida por grande parte das publicações até ao presente (CATARINO, 1997/98). Outros importantes trabalhos foram o de Gómez Martínez em Mértola (além de várias publicações gerais interessantes, juntamente com Cláudio Torres, sobre a cerâmica islâmica) (GÓMEZ MARTÍNEZ, 1998; 2004; TORRES, GÓMEZ MARTÍNEZ, FERREIRA, 2003; TORRES *et al*, 1991) e a continuação do estudo de Silves, por parte de Rosa Varela Gomes (GOMES, 2002; 2003; 2006; GOMES e GOMES, 2001). Entretanto, foram sendo publicados pequenos artigos sobre vários conjuntos cerâmicos, destacando-se o de Catarina Viegas e Ana Margarida Arruda na Alcáçova de Santarém (VIEGAS e ARRUDA, 1999), o de Catarina Coelho em Sintra (COELHO, 2000), os de Jacinta Bugalhão, entre outros, em Lisboa (nomeadamente, na Rua dos Correeiros e no Mandarim Chinês) (BUGALHÃO, 2003; BUGALHÃO e FOLGADO, 2001; BUGALHÃO, GOMES e SOUSA, 2003; BUGALHÃO, GOMES e SOUSA, 2004), de Isabel Fernandes em Palmela (FERNANDES, 2004) e Maria José Gonçalves em Silves (GONÇALVES, 2008; 2010). Para a divulgação destes, e outros artigos, deve-se mencionar o papel fundamental da revista de Arqueologia Medieval, editada pelo Campo Arqueológico de Mértola (actualmente no nº 12), da revista XELB (correspondente às Actas dos Encontros de Arqueologia do

Algarve, em Silves) e da revista Al-madan, editada pelo Centro de Arqueologia de Almada (actualmente no nº 18).

Nos últimos anos, tem-se registado um aumento do número de teses e doutoramento focadas neste período (também incentivado, talvez, pelas modificações trazidas por Bolonha) e de artigos publicados, não sendo, por enquanto, expectável que esse ritmo venha a abrandar. Em termos de trabalhos sobre a cerâmica islâmica em Portugal no geral, há a registar o recente esforço preconizado pelo grupo CIGA, que reúne os principais investigadores portugueses sobre o tema, tentando assim criar uma sistematização morfológica para todo o território, estando, no entanto, ainda por aferir a real eficácia da mesma (BUGALHÃO *et al.*, 2009).

4.3. Síntese sobre o estado dos conhecimentos acerca das cerâmicas visigóticas/emirais às do período pós-califal

Depois do colapso de algumas das produções romanas de larga difusão, o fornecimento de objectos em cerâmica fez-se a partir de centros oleiros regionais ou mesmo locais, levando a uma abrupta quebra de qualidade da cerâmica visigótica e do início do período emiral, nos séculos VIII-IX (GÓMEZ MARTÍNEZ, 1998, p. 122). Um dos poucos testemunhos que nos é fornecido para as cerâmicas deste período, deve-se a Helena Catarino, que descreve as produções do Algarve Oriental como sendo “*relativamente grosseiras, de pastas pouco homogéneas, de tonalidades pardas ou ocre, acinzentadas e, mais raramente, alaranjadas, com um leque reduzido de formas, sobretudo potes, talhas e panelas de corpo globular, colo curto e perfil em S, por vezes decoradas com incisões ou com aplicações plásticas digitadas*”, havendo um assinalável retorno à produção de cerâmicas manuais (1997/98, p. 755).

Devido à estabilidade conseguida pelo Califado de Córdoba, foi em meados do século X que a cerâmica islâmica se foi enraizando profundamente no Gharb, começando a espalhar-se técnicas de fabrico e decoração comuns ao resto do mundo islâmico, originárias de Elvira, Granada e de Medina Azahara, unidas a um programa iconográfico claramente omíada. As produções manuais vão sendo abandonadas, dando lugar a fabricos artesanais especializados, com cozeduras predominantemente oxidantes em fornos mais evoluídos, de estrutura permanente, dominando as peças com pastas cremes, rosadas e castanho alaranjadas e avermelhadas (GÓMEZ MARTÍNEZ, 1998, p. 123). Segundo H. Catarino, para o Algarve Oriental, estas cerâmicas correspondem a importações, possivelmente do Sul do al-Andalus, que chegavam ao interior do Algarve, via Guadiana, provenientes dos mesmos centros oleiros

que abasteciam também as cidades de Silves, de Mértola e da actual Andaluzia Ocidental (CATARINO, 1997/98, pp. 822-823).

Assim, a marca de qualidade é trazida pelas produções decoradas com pintura a branco no século XI, aplicada a quase todos os tipos de loiça (panelas, púcaros e cântaros), normalmente sobre pastas vermelhas, embora seja mais frequente em pastas claras ou engobadas a castanho ou a vermelho. Na decoração, predominam linhas relativamente finas, com desenhos simples de conjuntos de três traços, sendo o uso de traços grossos mais habitual a partir do século XII (GÓMEZ MARTÍNEZ, 1998, pp. 122-123; CATARINO, 1997/98, p. 824).

No entanto, a grande novidade do mundo islâmico no âmbito da cerâmica foi a difusão das técnicas de vidragem, a partir do século X, com combinações bicromáticas e policromáticas. Em relação à primeira, a combinação melado e manganês foi, com certeza, a que teve maior difusão e persistência no Andalus, onde se encontra ininterruptamente desde o século X, com motivos de círculos e arcos, tangentes ou secantes, e representações esquemáticas de lótus e palmetas. A técnica decorativa com aplicação de branco e motivos a manganês possui uma cronologia mais restrita aos séculos X e XI, utilizando só uma parte do centro ou do lado da peça, sendo frequente a utilização de decoração epigráfica. A primeira decoração, conhecida como verde e manganês, está fortemente relacionada com a grande cidade palatina de Madina al-Zahara, sendo, no entanto, originária do Oriente, tendo começado a produção na Península Ibérica em meados do século X, dominando todo o século XI, declinando no XII-XIII. Em termos decorativos, os motivos mais atraentes são os antropomorfos e os zoomorfos, sendo os vegetalistas os mais abundantes. Ainda de registar, as representações do “cordão da eternidade” e a epigrafia na qual dominam os enunciados *baraka* (benção) e *al-mulk* (o poder). Apesar de ainda não haver consenso em relação à técnica de produção deste tipo de vidrado, foram identificadas sérias deficiências. A principal deve-se ao facto de quando os óxidos se fundem no forno e passam a estado líquido, por vezes misturam-se, perdendo o desenho alguma nitidez. Esta situação é apontada como a possível origem da “corda seca total” (GÓMEZ MARTÍNEZ, 1998, pp. 123-124).

O grande apogeu da “corda seca total” deu-se no século XII, começando depois a combinar-se com outras técnicas, que serão definidoras das cerâmicas de época almóada, como as incisões e estampilhas, aplicadas sob a camada vítrea, representando pequenos motivos vegetais ou geométricos. De referir ainda a “corda seca parcial”, na qual a superfície da peça não é completamente vidrada, deixando à vista grandes porções do barro chacotado. Apresenta temas decorativos menos variados, salientando-se os motivos epigráficos, com o

regresso da palavra *baraka*. A sua cronologia situa-se nos séculos XI-XII (GÓMEZ MARTÍNEZ, 1998, pp. 124-125).

Ao longo do século XII produziram-se mudanças importantes nas produções cerâmicas. Não só se assinala uma grande diversificação de novas formas, como começam a a ser encontrados perfis semelhantes, difundidos por regiões muito vastas do Andalus, no que algumas denominam como um fenómeno de estandardização da produção. Difundem-se então os vidrados utilitários, em panelas e caçoilas; a composição das pastas sofre alterações, dando-se um aumento significativo de pastas claras, quase brancas, bem cozidas, conferindo-lhes uma grande dureza, permitindo assim modelar formas de perfil muito fino; predominam, como técnicas decorativas, os motivos incisos ou estampilhados, além de outros mais elaborados, presentes nas produções mais antigas, havendo um aumento da presença de pintura vermelha aplicada em traços cada vez mais grossos, continuando, no entanto, a ser a pintura branca a mais utilizada. Outra técnica que começa a sua produção na Península Ibérica, neste momento, é a denominada “loiça dourada” ou de “reflexos metálicos” (GÓMEZ MARTÍNEZ, 1998, pp. 125-126).

Assim, se o período visigótico/emiral se encontra associado ao desaparecimento da *sigillata* e ao predomínio dos fabricos grosseiros, com pastas de cores ocre acinzentadas e avermelhadas, no al-Andalus, a partir dos séculos IX, terão surgido as novas formas tipicamente omíadas. Destacam-se os fabricos de pasta branca e as decorações a óxido de ferro, uma realidade muito semelhante à que foi observada no Oriente omíada, onde a introdução das cerâmicas vidradas parece ter sido o apanágio do período abássida, já no século X (CATARINO, 1997/98, p. 757). Os séculos seguintes foram portanto marcados por essas produções, principalmente, nos sítios associados a grandes núcleos urbanos, dado que no meio rural, onde a cerâmica comum está bastante presente, a sua penetração era mais difícil.

4.4. Os fabricos

Na amostra foram individualizados oito fabricos (tendo-se atribuído um número a cada um), além das respectivas variantes (que se indentificaram com letras), cujas características serão descritas de seguida.

Fabrico 1:

O fabrico 1 corresponde a fragmentos de pasta calcária, de coloração beije, feitos a torno rápido, de textura 2 (relativamente porosa). O modo de cozedura é o A, não apresentando nenhum dos fragmentos qualquer tipo de revestimento. Apresenta inclusões brancas e pretas, angulosas e pouco frequentes, e inclusões castanhas, angulosas e frequentes.

Assim, este fabrico reúne todas as características normalmente associadas aos fabricos da região da actual Andaluzia, correspondendo também, no caso desta amostra, a fragmentos de formas de mesa mais cuidadas.

Fabrico 2:

Este fabrico corresponde a uma pasta não-calcária feita a torno rápido, de textura 2 (média) em modo de cozedura A. A coloração da pasta e da superfície varia entre o beije, o laranja e o castanho claro, sendo de registar a existência de uma aguada em todos os fragmentos.

Em relação às inclusões, estão presentes alaranjadas/castanhas (de formas variadas, pouco frequentes), cinzentas (variadas, frequentes) e brancas (variadas, raras).

As principais características distintivas deste fabrico são, de facto, a cor da pasta e a grande dimensão das suas inclusões. Ainda de sublinhar a presença regular de decoração vermelha/acastanhada nestes fragmentos.

Fabrico 3:

O fabrico 3 corresponde a fragmentos de pasta não-calcária, de forte coloração vermelha (tanto de superfície como de pasta), feitos a torno rápido e utilizando o modo de cozedura A. Ao nível do revestimento, os fragmentos apresentam uma aguada ou mesmo em alguns fragmentos um engobe vermelho, conferindo-lhes assim uma textura fina e compacta (textura 1).

Em relação aos enp, estão presentes inclusões pretas e brancas (de formas variadas e de frequência rara), de reduzida dimensão.

Fabrico 4:

Este fabrico apresenta fragmentos de pasta não-calcária, com uma coloração da superfície a variar entre o castanho avermelhado e o cinzento, e uma cor da pasta que abrange o vermelho acastanhado até outras claramente de coloração preta. É feito a torno rápido, com modo de cozedura A. Ao nível do revestimento, alguns fragmentos têm uma aguada mas, ainda assim, apresentam uma superfície bastante rugosa e compacta, conferindo-lhes uma textura mais grosseira (textura 3). Apresentam inclusões brancas (formas variadas e raras) e

pretas (variadas e pouco frequentes). Neste fabrico foram ainda individualizadas três variantes.

O fabrico 4a, em tudo semelhante ao anterior, mas com um distintivo brunido que lhe confere uma textura de superfície bastante alisada. Este brunido encontra-se presente em praticamente todas as caçoilas, mas também em alguidares, tigelas e taças.

O fabrico 4b, com uma superfície mais alisada (com uma aguada), de textura média, contendo inclusive pintura a branco.

O fabrico 4c que, apesar de ser bastante semelhante ao 4, apresenta um maior número de inclusões e de maior dimensão, incluindo castanhas e prateadas. A textura da pasta é 3, mas ainda mais grosseira.

Fabrico 5:

Este fabrico está representado apenas por um exemplar na amostra, o fragmento nº 22 (um alguidar/bacio de grandes dimensões). Apresenta uma pasta não-calcária, de coloração beije/acizentado, semelhante na pasta e na superfície, de textura 3 com grande compactidade e dureza. É feita a torno, com um modo de cozedura A, não apresentando qualquer tipo de revestimento.

Em relação aos enp, estão presentes inclusões brancas, pretas (variadas, frequentes) e castanhas (semelhantes a “nódulos de ferro”) variadas e pouco frequentes, todas de considerável dimensão.

Fabrico 6:

O fabrico 6 apresenta uma pasta não calcária, com coloração beije acinzentada na superfície e alaranjada na pasta. Feito a torno rápido com modo de cozedura A. Como revestimento apresenta uma aguada, tendo textura 2. Ao nível dos enp, estão presentes inclusões brancas (variadas, frequentes), pretas (variadas, pouco frequentes), castanhas (variadas, raras) e cinzentas (variadas, raras).

Fabrico 7:

O fabrico 7 caracteriza-se por ter uma pasta muito porosa, não calcária, de coloração beije/acizentada. É feito a torno rápido, com modo de cozedura A. É de textura fina e compacta, pois todos os fragmentos seus constituintes são vidrados. Em relação aos enp, há a registar inclusões cinzentas brilhantes, castanhas, cinzentas opacas e brancas (formas variadas e frequência rara).

Fabrico 8:

Tal como o fabrico 7, o fabrico 8 é composto somente por fragmentos vidrados. Apresenta uma pasta não calcária, de coloração vermelha alaranjada, de textura fina e compacta, bastante purosa (no entanto, menos do que o fabrico 7). Feito a torno rápido, com modo de cozedura A. Apresenta inclusões castanhas, brancas e pretas (variadas, pouco frequentes).

4.5. As formas:

Como foi anteriormente referido no ponto da metodologia, optou-se por usar a nomenclatura proposta pelos autores que integram o projecto CIGA (BUGALHÃO *et al.*, 2009) para a classificação dos diferentes grupos funcionais, os quais por sua vez orientaram a classificação das respectivas formas. Como principal referência e complemento ao projecto CIGA foi usada a obra de Helena Catarino (CATARINO, 1997/98). Assim, neste conjunto temos cinco tipos de grupos funcionais: Armazenamento e transporte (talhas e cântaros); Louça de cozinha (panelas, caçoilas, alguidares); Louça de mesa (garrafas, jarros, púcaros, copos, taças, tigelas); Objectos de iluminação (candeias); Objectos de uso doméstico indeterminado (indeterminados).

De seguida, trataremos cada um dos grupos funcionais em particular, juntamente com as formas que lhes dizem respeito.

Armazenamento e transporte:

Deste grupo funcional fazem parte as talhas (um fragmento) e os cântaros (30 fragmentos), num total de 31 fragmentos.

Talha:

A talha enquadra-se na tipologia 1 *alfábia* definida por André Bazzana (1979, p. 153) e na série 15, *tinaja/alfabia*, definida por Rosselló-Bordoy (1991, pp. 162-163).

As talhas são grandes recipientes para armazenamento e conserva de alimentos (com precedentes nos *dolia* romanos), como vinagre, farinha, azeite, água e azeitonas, estando também assim ligada a funções culinárias. Têm como características gerais a sua grande dimensão (superior a 50 cm de altura), com uma ampla abertura de boca, de forma fechada (CATARINO, 1997/98, pp. 788-789).

Neste conjunto apenas foi encontrada uma talha – o fragmento nº 1 (Estampa XVIII). Apresenta um bordo voltado para o exterior, de lábio triangular e colo cilíndrico recto, com paredes espessas de 1,1 cm de espessura média. Não tem decoração, mas apresenta uma pasta de boa qualidade (fabrico 4), assim como um revestimento de aguada, que lhe confere um efeito de superfície alisada.

Dadas as semelhanças, do ponto de vista formal e do fabrico, foi-lhe encontrado um paralelo com a variante 13b de Helena Catarino, com uma cronologia entre os sécs. XI-XIII (CATARINO, 1997/98, págs. 789-90). Apresenta também semelhanças com algumas talhas de Santarém, nº 2 a 5 (VIEGAS, C. e ARRUDA, A.M., 1999, pp. 167-168) e nº 19, com uma cronologia entre os séculos XI-XIII (SILVA, M., 2011).

Cântaro:

Os cântaros pertencem à forma 7, *Cântaro*, de A. Bazzana (1979, p. 156) e à série 3A, *jarra/gerra*, de Rosselló-Bordoy (1991, p. 164).

A sua principal função era a de servir de grande recipiente de armazenagem e transporte de água (CATARINO, 1997/98, p. 794). As principais características morfológicas que o seu corpo apresenta são a forma ovóide, com asas, com gargalo e boca estreitos para impedir que a água verta (BUGALHÃO *et al.*, 2009, p. 460).

Na amostra foram identificados 30 cântaros, os quais foram divididos em cinco grupos.

O grupo 2a contém quatro cântaros (nº 2 – Estampa XVIII/Est. XI: fig. 18). Caracterizam-se por terem um bordo voltado para o exterior, lábio arredondado e um colo cilíndrico recto. Apresentam traços castanhos/vermelhos, a óxido de ferro, por baixo do bordo e na ligação entre o colo e a pança. Nesta última, o fragmento nº 2 apresenta decoração elaborada, formada por traços horizontais no colo e desenho abstracto na pança. Os diâmetros dos bordos são todos de 10 cm. Todos estes fragmentos têm uma pasta clara, alaranjada, pertencendo portanto ao fabrico 2. Como paralelo, tem a variante 10a (infusas, cantarinhas ou bilhas) de H. Catarino, datada para os sécs. X-XI (CATARINO, 1997/98, pp. 792 e 798).

O grupo 2b contém apenas um fragmento (nº 3 – Estampa I). Trata-se de um bojo de grande dimensão (13,3 cm de altura), de formato globular/ovóide. A sua inclusão na amostra, apesar de se tratar de um bojo, deve-se à sua fácil classificação, bem como à singularidade da sua morfologia no conjunto. Tem bastantes semelhanças morfológicas com a variante 10b, definida por H. Catarino para o Algarve Oriental, mas também ao nível do fabrico (fabrico 4). A sua datação está definida nos sécs. XII-XIII, pelas semelhanças com os exemplares da região algarvia (CATARINO, 1997/98, pp. 792 e 798).

O grupo 2c contém oito cântaros (n^{os} 4, 5, 6, 7 e 8 – Estampa XVIII). Caracterizam-se por apresentarem os bordos voltados para o exterior ou verticais, com lábios variados (semicircular, triangular, aba), mas sempre com uma tendência de desenvolvimento para o exterior. Apresentam, na sua maioria, um diâmetro curto, de 8 ou 10 cm, mas um fragmento contém 14 cm (n^o 6). De realçar, o cântaro n^o 5 que contém três pequenos traços de pintura branca no bordo. Ao nível do fabrico, pertencem ao grupo 4, exceptuando, mais uma vez, a peça n^o 6, que pertence ao 4a. Apresenta semelhanças com a variante 14a de H. Catarino, datada nos sécs. X-XI (1997/98, pp. 794 e 798).

O grupo 2d contém cinco fragmentos (n^{os} 9 e 10 – Estampa XVIII). Possuem bordos voltados para o exterior e verticais, com lábios arredondados, podendo apresentar uma moldura nesta zona, que se desenvolve para um colo curvo, formando até uma carena (mais visível na peça n^o 9). Os diâmetros de bordo variam entre os 6 e os 10 cm, enquanto que o único fabrico representado é o 4. Como paralelos, encontra-se a variante 14b de H. Catarino, datada nos sécs. XII-XIII (1997/98, pp. 794 e 798) e o cântaro n^o 30 de Santarém, datado no século XI-XII (SILVA, M., 2011: Estampa 5).

O grupo 2e contém 11 cântaros (n^{os} 11, 12, 13, 14, 15 e 16 – Estampa XVIII). Apresentam bordos voltados para o exterior e verticais (apenas um exemplar), com lábios de formas variadas. Os diâmetros dos bordos variam entre os 6 e os 12 cm, com todos os fragmentos a pertencerem ao fabrico 4, exceptuando a peça n^o 12, que se integra no fabrico 2. De salientar o fragmento n^o 15, que apresenta elaborada decoração a branco, com traços rectos junto ao bordo e curvos no colo e o n^o 16, com traços rectos junto ao bordo e na parte inferior no colo, com pequenas ondulações entre estes. Este último tem ainda o diâmetro de bordo mais pequeno, 6 cm, tal como a espessura da parede, de 0,5 cm. Apresentam semelhanças formais com a cantarinha n^o 48 de Santarém, datada entre os séculos XI-XII (SILVA, M., 2011: Estampa 7). O cântaro n^o 15 é bastante similar com o número MMT00002172 de Tavira, datado para o período almoadá (CAVACO e COVANEIRO, 2010, pp. 110 e 112).

Louça de cozinha:

Deste grupo funcional fazem parte as panelas (71 fragmentos), as caçoilas (67 fragmentos) e os alguidares (26 fragmentos), num total de 139 fragmentos.

Panela:

As panelas integram-se na forma 5, *Olla*, de A. Bazzana (1979, pp. 154-156) e na série 11, *marmita* ou *olla*, de Rosselló-Bordoy (1991, p. 168).

Este utensílio tinha uma função estritamente culinária, para a confecção de sopas, cozidos ou ensopados, apoiando-se directamente no fogo ou sobre fogareiro de barro (CATARINO, 1997/98, p. 761). Tem como características gerais um corpo globular, de forma fechada, colo diferenciado, com uma ou duas asas e boca de tamanho médio. É frequente apresentar marcas de fogo (BUGALHÃO *et al.*, 2009, p. 460).

Como é habitual em contextos islâmicos, as panelas encontram-se muito bem representadas nesta amostra, com 71 elementos, que foram morfológicamente divididos em quatro grupos.

O grupo 3a, com 18 panelas (n^{os} 17, 18, 19 e 20 – Estampa XIX), é caracterizado por apresentar um bordo voltado para o exterior, com acentuada inflexão interna, lábios arredondados (quase biselados/triangulares). Por vezes, detem uma asa visível, que parte do bordo, de secção fitiforme com e sem nervuras ou oval. Os diâmetros dos bordos variam entre os 8 e os 14 cm. Todos os elementos pertencem ao fabrico 4, sendo que nenhum apresenta elementos decorativos. Este grupo tem paralelo na variante 2a de H. Catarino, cuja cronologia está estabelecida nos séculos X-XI (CATARINO, 1997/98, p. 771; Est. XXIII – n^o1) e com a marmitta Tipo 3a de de Huelva, sendo esta por sua vez idêntica a fragmentos com cronologia bastante alargada, datados entre os séculos IX-XIII, com algum foco para o período almoadá (VIDAL TERUAL *et al.*, 2008, p. 72).

O grupo 3b, contém sete panelas (n^{os} 21 e 22 – Estampa XIX). Apresentam bordos variados (verticais, voltados para o exterior ou para o interior), de diâmetro entre 10 e 14 cm, com lábios arredondados e, pelo menos, uma asa (de formas variadas) no bordo, formando, por vezes, uma moldura junto ao mesmo. De realçar, o fragmento n^o 22 que apresenta um colo cilíndrico recto e corpo globular, além de uma ténue pintura branca na asa. Em relação à pasta, todas as panelas pertencem ao fabrico 4. Este grupo possui semelhanças com a variante 2b de H. Catarino, datada nos sécs. XI-XII, tida como uma forma clássica durante os períodos dos reinos de taifas e almorávida (CATARINO, 1997/98, pág. 771). Tem ainda paralelo com as panelas n^o 223 e 204, em Lisboa (BUGALHÃO, SOUSA E GOMES, 2004, pág. 591) e as panelas n^o 2 e 4 de Santarém (VIEGAS e ARRUDA, 1999, pág. 154).

O grupo 3c engloba 11 panelas (n^{os} 23, 24, 25 e 26 – Estampa XIX). Caracteriza-se por ter um bordo vertical com 10 cm de diâmetro, lábios arredondados e um colo cilíndrico recto. Além disso, nenhum dos fragmentos possui asas, sendo assim uma forma semelhante a alguns potes. Pertencem todas ao fabrico 4, apresentando algumas marcas de fogo. Há também a registar a existência de pintura branca no fragmento 117 (presente somente no inventário) e caneluras no 24. Este grupo tem paralelos na variante 2d de H. Catarino, datada para os

séculos XII-XIII (CATARINO, 1997/98, p. 771) e as panelas nº 7 e 11 de Santarém (VIEGAS e ARRUDA, 1999, p. 154).

O grupo 3d com 22 panelas (nºs 27, 28, 29 e 30 – Estampa XIX). Este grupo possui bordos verticais ou extrovertidos (com diâmetros de bordo entre o 8 e os 14 cm), lábios de formas variadas (tendo os arredondados maior expressão). A sua principal característica são as molduras junto ao bordo e a total ausência de asas nos fragmentos. De realçar a existência de marcas incisas, principalmente, no fragmento nº 28, onde estas são abundantes. A maioria destas panelas pertence ao fabrico 4, com a excepção do fragmento nº 403 (fabrico 4a) e nºs 539 e 732 (fabrico 4b). Em termos decorativos, os fragmentos do fabrico 4b apresentam ambos ténues resíduos de pintura a branco, assim como o fragmento nº 697. O fragmento nº 561, um fundo, apresenta um curioso orifício (com cerca de 2 cm de diâmetro) no seu centro, sobre o qual desconhecemos a utilidade. Os fragmentos nº 27 e 30 apresentam semelhanças com as panelas de Lisboa nº 212, 554 e 562, no Mandarim Chinês (BUGALHÃO, SOUSA e GOMES, 2004, p. 592) e do tipo “a” do Núcleo da Rua dos Correeiros (BUGALHÃO, SOUSA e GOMES, 2003, p. 146), ambos com datação entre os séculos XI-XII.

Por fim, o grupo 3e contém 13 panelas (nºs 31, 32, 33 e 34 – Estampa XIX). Este grupo caracteriza-se pelo bordo extrovertido, com uma leve inflexão interna de perfil curvo-côncavo, sendo que os lábios apresentam diversos perfis (semicirculares, arredondados, quadrangulares e planos), apresentando diâmetros entre os 10 e os 14 cm, sem apresentar elementos decorativos. Pertencem todos ao fabrico 4, com uma única excepção – o fragmento 630, que pertence à variante 4a, tem na variante 12b.2 de H. Catarino um paralelo morfológico, datada para os séculos X-XI, apesar de esta o classificar como pote. No entanto, optámos pelas panelas, dado que na grande maioria dos outros sítios esta forma aparece assim classificada (CATARINO, 1997/98, p. 791; Est. XXVI – nº 2). Em Sintra, também se encontram formas semelhantes - Estampa I: 8 – para o século IX-X (COELHO, 2000, p. 209, Est. I: 8).

Caçoila:

As caçoilas pertencem à série 5, *cazuela* ou *cassola*, de Rosselló-Bordoy (ROSSELLÓ-BORDOY, 1991, pág. 169) e à forma 19, *Cazuela*, de A. Bazzana (BAZZANA, 1979, pág. 154).

Tinham uma função maioritariamente culinária, para fritos ou guisados (CATARINO, 1997/98, pág. 765), podendo pontualmente ser usada para servir alimentos à mesa. Como características gerais, têm uma forma aberta, de corpo mais largo do que alto, de tendência

tronco-cônica invertida ou cilíndrica, podendo apresentar marcas de fogo (BUGALHÃO *et al.*, 2009, pág. 460).

As caçoilas, contrariando o que é habitual em contextos islâmicos, são uma das formas mais representadas na amostra, com 67 exemplares (quase os mesmos que as panelas) divididos em dois grupos morfológicos.

Primeiro, o grupo 4a, com 53 exemplares (Estampa XX). São caçoilas maioritariamente com bordos voltados para o exterior (havendo poucos verticais), que apresentam lábios com formas variadas, apresentando corpos curvo-convexos, do fundo até ao bordo. Os diâmetros dos bordos são largos, variando entre os 16 e os 26 cm, mas na maioria com 22 cm. De assinalar, que alguns fragmentos apresentam caneluras e/ou incisões rectas no colo, junto ao bordo. Em termos decorativos, é de sublinhar a caçoila nº 42, que apresenta alguns traços de pintura a vermelho. A peça nº 40 contém um orifício na parede, com cerca de 1 cm de diâmetro, que poderá ter funcionado como meio de pendurar a caçoila na cozinha, devido ao seu posicionamento junto ao bordo ou então como forma de gatear uma peça partida, sendo nesse sentido de realçar que, neste caso, o orifício se encontra junto à fractura. Todos os fragmentos deste grupo pertencem ao fabrico 4a, pois apresentam um brunido característico das caçoilas e alguidares deste conjunto, que lhes fornece uma superfície alisada. Este grupo partilha diversas semelhanças, de fabrico e morfologia, com a variante de H. Catarino, igualmente designada 4a (malgas ou saladeiras não-vidradas), a qual está datada para os sécs. X-XI (1997/98, pp. 768 e 771). A caçoila nº 35 é bastante semelhante com a nº 5 de Santarém e a nº 36 com a nº 1 do mesmo sítio (VIEGAS e ARRUDA, 1999, pp. 149 e 137). As nº 41 e 42 são idênticas às *cazuelas* tipo III de Huelva (VIDAL TERUAL *et al.*, 2008, pp. 75-76).

O grupo 4b contém 14 caçoilas (Estampa XXI). Apresentam bordos voltados para o exterior, com lábios de distintos perfis, com dois elementos, nºs 43 e 45, a possuírem um corpo em calote esférica. Este último apresenta ainda um fundo plano (indica-se este caso por ser a única caçoila com perfil completo, no entanto, presume-se que todas as outras possuem fundos planos). Os diâmetros são bastante variados, balizando-se entre os 16 e os 28 cm. A principal característica deste grupo (diferenciando-o do anterior) é a existência de uma carena acentuada que separa o colo do resto da peça. Em termos decorativos, muitos fragmentos apresentam caneluras no colo, junto ao bordo, sendo de realçar a existência, mais uma vez, de dois pequenos orifícios perfeitos, junto ao bordo, nos fragmentos nº 47 e 48 (Est. X: fig. 16), possivelmente como forma de pendurar as peças. Todos as caçoilas deste grupo pertencem ao fabrico 4a, em tudo semelhante ao grupo anterior. Apresentam paralelos com a variante de H. Catarino, igualmente designada 4b, datada nos sécs. XII-XIII e, portanto, mais recentes que as

do grupo 4a (1997/98, pp. 768 e 771). As caçoilas nº 47 e 48, apresentam algumas semelhanças com a peça nº 8 de Santarém (VIEGAS e ARRUDA, 1999, p. 142). De salientar, que ambos os grupos de caçoilas apresentam grandes semelhanças com as encontradas em Beja (grupo B), nomeadamente, ao nível do fabrico, com o mesmo tipo de brunido presente nos fragmentos aí identificados (CORREIA, 1991, p. 375).

Alguidar:

Pertence à série 9 de Rosselló-Bordoy, *lebrillo/alcadafe* (1991, pág. 169) e à forma 18 de A. Bazzana, *lebrillo/alcadafe* (1979, págs. 159-60).

Os alguidares serviam para múltiplos usos domésticos – lavar e preparar os alimentos, amassar o pão ou para a higiene pessoal (CATARINO, 1997/98, p. 805). Têm como características gerais um corpo cilíndrico ou tronco-cónico invertido, de forma aberta (BUGALHÃO *et al.*, 2009, p. 460).

Nesta amostra os alguidares estão também bem representados, com 27 exemplares, divididos em sete grupos morfológicos.

O grupo 5a é constituído por dois alguidares (nº 49 – Estampa XXII), de bordo extrovertido e lábio semicircular (nº 247) ou aba (nº 49), sendo que o primeiro apresenta 24 cm de diâmetro de bordo, enquanto que a segunda 30 cm. De realçar que pertencem ambas ao fabrico 4c, possuindo portanto um grande número de inclusões e uma textura bastante rugosa e grosseira. Em termos de paralelos, parecem deter semelhanças com a variante 16a de H. Catarino, tanto ao nível de fabrico e morfologia, datada entre os sécs. VIII-X (CATARINO, 1997/98, p. 808) e com o alguidar nº 13 de Santarém, datado para o século XI-XII (SILVA, M., 2011, Estampa 2).

O grupo 5b possui apenas um fragmento – o alguidar nº 50 (Estampa XXII). Esta peça apresenta um bordo extrovertido, com 26 cm de diâmetro, lábio arredondado e corpo troncocónico, enquanto que o fundo é plano, possuindo no centro um pequeno sulco para o exterior. Pertence ao fabrico 4a, normalmente presente nas caçoilas desta amostra. Foi possível estabelecer paralelo com a variante 16b do Algarve Oriental, datada para os sécs. X-XI (CATARINO, 1997/98, p. 808).

O grupo 5c é a variante mais representada, com 20 alguidares (Estampa XXIII). Possuem, na sua grande maioria, bordos extrovertidos (apenas um exemplar com vertical), lábios em aba, quadrangulares, ou semicirculares, com corpo troncocónico (apenas em dois casos onde foi possível identificar o tipo de corpo). Os diâmetros dos bordos são bastante elevados, variando entre os 24 cm e os 40 cm, com a espessura da parede a chegar várias vezes aos 1,5

cm. Há ainda a registar a existência de caneluras em duas peças – nº 216 e nº 56. Quanto ao fabrico, pertence igualmente ao tipo 4a. Este grupo apresenta paralelos com a variante 16c do Algarve Oriental, data para o séc. XI (CATARINO, 1997/98, p. 808), tendo também paralelos em Santarém (VIEGAS e ARRUDA, 1999, p. 171), em Lisboa (BUGALHÃO, SOUSA e GOMES, 2004, p. 594) (CALADO e LEITÃO, 2005, p. 446: nº 7 e 9), em Córdoba (FUERTES SANTOS, 1995, p. 286), em Tavira (CAVACO e COVANEIRO, 2010, p. 111), em Huelva (ROMERO BOMBA, RIVERA JIMÉNEZ, PÉREZ MACIAS, 2012, p. 137: fig. 7), entre outros, sendo esta uma das formas de alguidares mais representadas nos sítios islâmicos. Ainda de salientar, que este grupo e o 5b apresentam, tal como as caçoilas, semelhanças com o “grupo B” de Beja (caçoilas, taças e alguidares) com brunido característico destes fragmentos (CORREIA, 1991, p. 375).

O grupo 5d possui também apenas um fragmento – o alguidar nº 57 (Estampa XXII). Apresenta bordo voltado para o exterior (recto em direcção à base), com 24 cm de diâmetro, lábio arredondado, quase biselado no exterior. O fabrico corresponde ao 4, parecendo ser de pior qualidade do que os restantes alguidares. A peça parece ter algumas semelhanças morfológicas com a variante 16d de H. Catarino, data para os sécs. XII-XIII, no entanto, não estou totalmente seguro desse facto, devido precisamente à fraca qualidade do fabrico, tendo em conta a avançada cronologia (CATARINO, 1997/98, p. 808).

O grupo 5e está representado por um fragmento – nº 58 (Estampa XXII). Caracteriza-se por possuir um bordo extrovertido bastante largo, com 42 cm de diâmetro, e um lábio triangular, formando quase uma aba para o exterior. Pertence ao fabrico 4, apresentando como decoração alguns traços incisos no bordo. Tem como paralelo a variante 16e do Algarve Oriental, datada para os sécs. XII-XIII, com uma ampla produção mesmo em contextos pós-Reconquista (CATARINO, 1997/98, pp. 807-808).

O grupo 5f é composto pelo alguidar nº 59 (Estampa XXII). Este fragmento é um fundo, com base plana, cuja principal característica é a sua grande dimensão, com um diâmetro na base de 30 cm e 2,3 cm de espessura média da parede. Outra característica significativa é o facto de se tratar do único exemplar do fabrico 5.

Por fim, o grupo 5g composto pelo fragmento nº 60 (Estampa XXII). Tal como no grupo anterior, é também um fundo, com base plana, mas de menores dimensões, com 20 cm de diâmetro na base e cerca de 1 cm de espessura média na parede. Pertence ao fabrico 4, tendo como principal característica ser o único alguidar a apresentar pintura, com grossos traços verticais no exterior, de cor branca. No interior, apresenta leves caneluras.

Louça de mesa:

Deste grupo fazem parte as garrafas (um fragmento), os jarros (dez fragmentos), os púcaros (24 fragmentos), os copos (35 fragmentos), as tigelas (45 fragmentos) e as taças (23 fragmentos), num total de 140 fragmentos.

Garrafa:

Integra-se na forma 12, *Arrodoma*, *Redoma* ou *Rotoma*, de A. Bazzana (1979, pág. 157) e é designada *limeta* por Rosselló-Bordoy (1991, pág. 167).

A sua principal função era como recipiente de líquidos, semelhante à bilha. Têm um corpo globular, gargalo e boca estreitos, sem asas e sem bico (BUGALHÃO *et al.*, 2009, p. 460).

Na amostra foi identificada uma garrafa (nº 61 – Estampa XXIV). O fragmento foi classificado com razoável segurança, pois trata-se de um gargalo típico de garrafa, tendo bordo voltado para o exterior, com 3 cm de diâmetro, lábio arredondado desenvolvido para o exterior e uma carena alta acentuada que provoca estrangulamento no gargalo. Pertence ao fabrico 8 e, como tal, possui vidrado. Em termos de paralelos, apresenta alguma semelhanças com a garrafa nº 57 de Santarém, datada para os séculos XI-XII (SILVA, M., 2011, Estampa 7) e com as *redomas* ou *botellas* almoadas de Niebla, Huelva (BELTRÁN PIZON e GÓMEZ TOSCANO, 2005, fig. 5.4).

Jarro:

Pertence à forma *jarro*, *jarrito/cadaf*, de Rosselló-Bordoy (1991, p. 166).

Teria como principal função servir líquidos à mesa, podendo em alguns casos ser também usado ao lume. Têm geralmente uma forma fechada, de tamanho médio, com corpo globular e uma única asa (BUGALHÃO *et al.*, 2009, p. 460).

Na amostra foram identificados dez jarros (Estampa XXIV), divididos em dois grupos. O grupo 6a, fragmentos nºs 62 e 63, com bordos voltados para o exterior (10/12 cm de diâmetro) e lábios de perfil quadrangular (nº 62) ou arredondados (nº 63). A principal característica deste grupo é terem uma forma em “v” que, provavelmente, acabará num estrangulamento na ligação com a pança. O fragmento nº 63 possui ainda uma asa vertical, junto ao bordo, de secção fitiforme. Julgo que o outro fragmento também poderá ter tido uma asa, contudo esta não se conservou. Pertencem ambos ao fabrico 4, não apresentando qualquer vestígio de decoração. O fragmento nº 62 apresenta semelhanças com o jarro nº 72 de Santarém, com datação dos séculos XI-XII (SILVA, M., 2011, Estampa 8).

O grupo 6b (fragmentos nºs 64, 65, 66, 67, 68, 69 e 70 – Estampa XXIV), apresenta bordos extrovertidos (8-12 cm de diâmetro) ou verticais, com lábios semicirculares ou arredondados. Com a exceção do fragmento nº 69, que pertence ao fabrico 4a, todos os outros pertencem ao fabrico 4. De realçar, a presença de escassos elementos decorativos nos jarros 209 (caneluras ao longo do colo), 69 (pequeno traço incisivo junto ao bordo) e fragmentos nº 65 e 66 com pintura branca, o primeiro com linhas curvas e o segundo com três traços horizontais muito ténues. As formas deste grupo apresentam, de um modo geral, semelhanças com o jarro nº 241 do Mandarim Chinês, datadas para os séculos XI-XII (BUGALHÃO, SOUSA e GOMES, 2007, p. 601). O fragmento nº 64, em particular, tem um paralelo nos jarros nº 70 e 71 de Santarém, com cronologia entre os séculos XI-XII (SILVA, M., 2011, Estampa 8).

Púcaro:

Insere-se nas formas 13 e 14, *Jarro/Jarrito* de A. Bazzana (1979, pp. 158-159) e na série 4, *jarrito*, de Rosselló-Bordoy (1991, p. 166).

Eram usados para servir líquidos, mas que podiam também ir ao lume, para aquecer leite, água ou, eventualmente, para fazer infusões (CATARINO, 1997/98, p. 781).

Como características gerais, são pequenos jarros (inferiores a 10 cm de altura), com forma fechada, de tendência globular, colo diferenciado e uma única asa (BUGALHÃO *et al.*, 2009, p. 461).

Nesta amostra, os púcaros apresentam-se bem representados, com 24 exemplares, divididos em quatro grupos morfológicos (Estampa XXV).

O grupo 7a é o mais numeroso, com 19 púcaros (nº 71, 72, 73, 74 e 75 – Estampa XXV). A grande maioria possui bordos verticais (com três exceções, com bordos voltados para o exterior) e lábios arredondados (apenas dois fragmentos com biselados), sendo que os diâmetros são bastantes variados, entre os 7 e os 12 cm. Foram encontradas asas verticais em quase todos os elementos, junto ao bordo ou no colo, geralmente de secção oval, não havendo nenhum fragmento de tamanho suficiente para aferir a existência de segundas asas. O fabrico mais presente é o 4 (exceptuando o fragmento 271, de fabrico 2), havendo, inclusive, alguns púcaros com elementos decorativos, tais como, o nº 73 (Estampa XXV), com pintura branca, o nº 271, com pintura vermelha e os fragmentos nº 75 (Estampa XXV), 665 e 706, com caneluras.

O grupo 7b, contém apenas três fragmentos, dois fundos e um bojo (nºs 76, 693 e 704, respectivamente). De realçar, de facto, o púcaro nº 76 (Estampa XXV/Est. X: fig. 17), pois é o mais completo, faltando apenas o bordo. Possui um corpo globular, com um arranque de asa

na pança, apresentando pintura a branco no colo (com três traços horizontais e fitas onduladas) e na pança (três traços, mais grossos, horizontais). O fundo nº 693 foi classificado como púcaro, devido à dimensão do seu diâmetro de base (8 cm), não sendo compatível com outras formas. O bojo, nº 704, apresenta um pouco do colo e a ligação com a pança, num formato facilmente reconhecido nos púcaros, possuindo ainda leves vestígios de pintura branca. Todos estes fragmentos pertencem ao fabrico 4. Apresentam paralelos com a jarrinhas nº 7 e 9 da Lisboa, com datação entre os séculos XI-XII (GOMES *et al.*, 2001)

O grupo 7c é composto apenas por um fragmento, de asa, nº 77 (Estampa XXV). Apresenta um formato vertical, de secção oval, com vestígios de pintura branca. Pertence ao fabrico 3, com uma pasta de boa qualidade, depurada. Foi principalmente pela pasta e decoração apresentada que decidi individualizá-la num grupo (sendo que não ponho em causa a sua classificação morfológica, pois trata-se claramente de uma asa de um pequeno púcaro), pois possui semelhanças com a variante 8d (pucarinhas ou jarrinhas) de H. Catarino, datada no Algarve Oriental dos séculos XII-XIII (CATARINO, 1997/98, pp. 779-780 e 785).

Por fim, o grupo 7d, com o fragmento, de asa, nº 78 (Estampa XXV). Apresenta um formato vertical, de secção oval, com provável ligação no colo. A sua classificação como púcaro foi clara, dado a sua reduzida dimensão, além de, tal como no grupo anterior, possuir uma característica distintiva – pertencer ao fabrico 8 e, portanto, com vidrado. Por isso, penso que este fragmento apresenta semelhanças com a variante 9e (púcaros ou pucarinhos) de H. Catarino, datada dos sécs. VIII-X (Catarino, 1997/98, pp. 783 e 785).

Copo:

Insera-se na forma *taza/tassa* de Rosselló-Bordoy (1991, p. 168).

Como o nome indica, possuía no passado a mesma função actual – utensílio de consumo de líquidos à mesa. As principais características formais são o corpo cilíndrico ou globular, com ou sem asa, de uso individual (BUGALHÃO *et al.*, 2009, p. 461).

Os copos são outra das formas muito bem representadas na amostra, com 34 elementos, divididos em quatro grupos morfológicos.

O grupo 8a está bem representado, com 15 copos (nºs 79, 80 e 81 – Estampa XXV). Possuem bordos verticais (exceptuando o copo nº 791, que tem um bordo voltado para o interior), lábios arredondados e diâmetros de bordo a variar entre os 6 e os 10 cm. Pertencem todos ao fabrico 4 (exceptuando, novamente, o nº 791, que pertence ao 2). Em termos decorativos, vários copos possuem pintura branca, em especial, o fragmento nº 81 (Estampa VIII), com traços horizontais e ondulantes, junto ao bordo e no colo. O fragmento nº 80 é

semelhante ao nº 11 e 15 de Santarém, com datações entre os séculos IX-XI (VIEGAS e ARRUDA, 1999, p. 115 e 121).

O grupo 8b é composto por apenas um copo, nº 82 (Estampa XXV). Caracteriza-se por ter um bordo vertical, com 8 cm de diâmetro, e lábio plano. Pertence ao fabrico 2 e apresenta decoração vermelha, com traços horizontais a enquadrar traços diagonais, criando um efeito de rede. Tem paralelo quase perfeito, inclusive ao nível da decoração, com o fragmento nº 84.376 (aí classificado como jarrinha) de Beja, apontando-se para o sítio uma cronologia geral entre os séculos IX/X-XII (CASMARRINHA, 2013, p. 161).

O grupo 8c é o mais representando, com 18 copos (nºs 83, 84, 85 e 86 – Estampa XXV). Possuem bordos, maioritariamente verticais (três deles são voltados para o exterior) e lábios biselados, próprios para beber. Os diâmetros dos bordos variam entre os 6 e os 10 cm, sendo os 8 cm o tamanho mais frequente. Pertencem todos ao fabrico 4, com a exceção do nº 85, que pertence ao 3. Em termos decorativos, há a assinalar a presença de pintura branca, traços horizontais e ondulantes, em cinco fragmentos. As peças 85 e 86, em particular, apresentam semelhanças com o copo nº 314 de Santarém, datado entre os séculos XI-XII (SILVA, 2011, Est. 27).

Por fim, o grupo 8d é integrado pelo copo nº 87 (Estampa XXV), um bojo de fabrico 8 e vidrado externo melado (característica que o fez integrar numa categoria própria). Possui como decoração adicional, duas pequenas caneluras.

Tigela:

Insere-se nos tipos 5 e 7, *ataifor* ou *zafa/safa*, de Rosselló-Bordoy (1991, p. 167) e nas formas 20 e 21, *jofaina* ou *cuenco*, de Bazzana (1979, p. 162).

Em termos de funcionalidade, em tudo semelhante às taças, mas de maior dimensão. Trata-se de uma forma aberta, de corpo semi-esférico, com um diâmetro de boca superior a 15 cm (BUGALHÃO *et al.*, 2009, p. 461).

As tigelas estão representadas nesta amostra, com 45 exemplares (Estampa XXVI), divididos em sete grupos morfológicos.

O grupo 10a integra dez tigelas (nº 88 - Estampa XXVI), com bordos verticais e lábios maioritariamente planos. O diâmetro do bordo varia entre os 16 e os 20 cm, enquanto que a espessura média da parede nunca chega a 1 cm. Os fabricos presentes são o 4 e a subvariante 4a, com ligeira vantagem para o último, sendo que é de realçar uma pequena perfuração na parede da peça nº 797 que, tal como nos casos anteriores, poderá ter funcionado como forma

de a pendurar. Apresenta semelhanças formais com a tigela nº 114 de Santarém, datada para os séculos X-XI (SILVA, 2011, Est. XII).

O grupo 10b é composto por seis tigelas (nº 89 – Estampa XXVI), de bordo vertical ou voltado para o exterior, lábio variado (espessado e semicircular, mais frequentes), com diâmetros de bordo a variar entre os 14 e 18 cm (sendo que a maioria dos bordos deste grupo têm diâmetro indeterminado, devido ao grau de fragmentação). As principais características deste grupo são os corpos curvos ou carenados (como no fragmento 669, com carena alta suave) em direcção à base. Os fabricos presentes são o 4 e o 4a, em igual número, tendo como elemento decorativos apenas o fragmento nº 128, com caneluras externas no colo.

O grupo 10c está representado por seis tigelas (nºs 90 e 91 – Estampa XXVI/ Est. XII: fig. 20; Est. XI: fig. 19). Apresentam bordo extrovertido, com 16 ou 18 cm de diâmetro, lábio arredondado (apenas uma peça com lábio triangular, desenvolvido para o exterior), corpo tendencialmente curvo e uma espessura de parede entre os 0,6 e 0,7 cm. Pertencem aos fabricos 7 e 8, possuindo portanto vidrado, sendo que o melado é a tonalidade predominante, tendo algumas peças leves tons de verde. De salientar, a tigela nº 90 que apresenta três pequenas manchas pretas no lábio. Esta peça tem como paralelo morfológico a tigela vidrada nº 4 de Santarém, apesar desta ter um corpo ligeiramente mais curvo (VIEGAS e ARRUDA, 1999, p. 134), Nº 3250 do Mandarin Chinês (BUGALHÃO, GOMES E SOUSA, 2007, p. 341) e é praticamente igual à nº 1.1018 de Beja (CASMARRINHA, 2013, p. 149).

O grupo 10d é composto por quatro tigelas (nºs 92 e 93 – Estampa XXVI). Este grupo é facilmente diferenciado por diversos elementos. Apresentam um bordo voltado para o exterior, entre os 20 e 24 cm de diâmetro, e lábio em aba exterior. Os fabricos são variados, com os fragmentos 93 e 488 do fabrico 4a, o nº 231 do 4 e o nº 92 do fabrico 3, não havendo a registar qualquer tipo de decoração.

O grupo 10e é composto por apenas um fragmento, o nº 94 (Estampa XXVI). Caracteriza-se por ter bordo voltado para o exterior, com 16 cm de diâmetro, lábio biselado e corpo em forma de “v”, em direcção à base, apresentando no colo um pequeno sulco que o faz engrossar a parede. Integra-se no fabrico 4 e não possui qualquer tipo de decoração. Apresenta paralelo com a sertã/frigideira de Castelo Velho de Alcoutim (CATARINO, 1997/98, Est. XLIII: nº 3).

O grupo 10f possui quatro fragmentos (nº 95 – Estampa XXVI). Caracterizam-se por terem bordos voltados para o exterior, com 20 cm de diâmetro (à excepção do nº 763, que tem 28 cm), lábios arredondados ou biselados e um corpo tendencialmente curvo, sem caneluras, carenas ou outro tipo de decoração, possuindo portanto formas bastante simples. Os

fragmentos pertencem ao fabrico 4a, com a excepção do nº 763, de fabrico 4c. Apresenta semelhanças com a taça nº 97 de Santarém (com diâmetro de bordo largo o suficiente para integrar as tigelas deste conjunto), com cronologia entre os séculos XI-XII (SILVA, 2001, Est. X).

O grupo 10g é o mais representado, com 14 tigelas (nºs 96, 97 e 98 – Estampa XXVI). Possuem bordos variados (vertical, voltado quer para o interior quer para o exterior, sendo este último o mais frequente), com lábios, na grande maioria, triangulares (sendo esta a principal característica definidora deste grupo). Os diâmetros do bordo são igualmente variados, entre os 16 e os 28 cm, enquanto que em espessura de parede apenas uma tigela ultrapassa o 1 cm. Os fragmentos estão divididos entre os fabricos 4 e 4a, havendo apenas um exemplar, o nº 481, que pertence ao fabrico 6. Em termos decorativos, não há nada a registar. O fragmento nº 96 apresenta grandes semelhanças com as tigelas nº 3 e 5 de Santarém, com o mesmo lábio característico (VIEGAS e ARRUDA, 1999, p. 134).

Taça:

Pertence ao grupo *jofaina/escudella*, de Rosselló-Bordoy, mais pequena mas com função semelhante do *ataifor* (1991, p. 167).

Era utilizadas como recipiente para servir alguns alimentos à mesa, ou até mesmo como pratos. Têm uma forma aberta, de corpo semi-esférico, com um diâmetro da boca inferior a 15 cm (BUGALHÃO *et al.*, 2009, p. 461).

Na amostra foram identificadas 23 taças, divididas em quatro grupos morfológicos.

O grupo 9a contém 13 taças (nº 99 – Estampa XXVII), com bordos extrovertidos e lábios geralmente arredondados (mas também semicirculares, planos e espessados), desenvolvidos para o exterior, com diâmetros de bordo entre os 10 e os 14 cm. Pertencem todas ao fabrico 4, tendo como único elemento decorativo caneluras, no fragmento nº 302.

O grupo 9b é composto por cinco fragmentos (nºs 100, 101 e 102 – Estampa XXVII). Caracteriza-se por ter bordos voltados para o exterior (exceptuando o nº 560, que é voltado para o interior), com 12 a 14 cm de diâmetro, acompanhados por lábios planos e corpos curvos. Tendo em conta que o fabrico mais representado é o 4a (excepção é o nº 101, de fabrico 4) e as particularidades morfológicas deste grupo, é fácil de ver as semelhanças com as caçoilas neste conjunto, no entanto, o factor decisivo para a sua classificação como taça acabou por ser o reduzido diâmetro dos bordos.

O grupo 9c contém três taças (nº 103 – Estampa XXVII). Os fragmentos 272 e 328 possuem bordos extrovertidos, com lábio quadrangular no primeiro e triangular no segundo.

O fragmento 103 possui um bordo vertical, com lábio triangular. Ainda assim, apesar de algumas diferenças, estes fragmentos partilham o facto de os bordos se desenvolverem para o exterior, quase criando uma aba. Os diâmetros dos bordos variam entre os 10 e 12 cm, enquanto que as paredes são um pouco mais espessas que as outras taças, com uma média de 1,5 cm de espessura. Tem como paralelo a tigela nº 6 de Santarém (VIEGAS e ARRUDA, 1999, pág. 149).

O grupo 9d contém apenas dois fragmentos (nºs 104 e 105 – Estampa XXVII), de bordo voltado para o exterior, com 14 cm de diâmetro, e lábio arredondado, fornecendo um aspecto de taça bastante simples, curva do bordo até ao fundo. De realçar a reduzida espessura das paredes, com cerca de 0,5 cm. A peça nº 105 apresenta ainda uma carena alta suave, para o interior, criando um estreitamento em direcção à base. Em todo o caso, a principal característica diferenciadora deste grupo é o facto de possuírem vidrado melado, pertencendo portanto ao fabrico 7 (nº 105) e 8 (nº 104). Apresentam paralelo com as taças nº 95 e 96 de Santarém, com datação entre os séculos XI-XII (SILVA, 2011, Estampa 10), com a *ataifor* nº 6 de Córdoba (FUERTES SANTOS, 1995, p. 282) e, principalmente, com a tigela nº 1.0655 de Beja (CASMARRINHA, 2013, p. 149).

Objectos de iluminação:

Deste grupo somente fazem parte as candeias, com quatro fragmentos.

Candeia:

Inserir-se no grupo *Lampe* ou *Candil*, de Bazzana (BAZZANA, 1979, pág. 180) e na série 6, *candil/lantia*, de Rosselló-Bordoy (ROSSELLÓ-BORDOY, 1991, pág. 174).

De uso doméstico, exclusivamente utilizados para a iluminação. Ostentam sempre depósito aberto, com colo alto e bico fusiforme, podendo ter um pé alto (CATARINO, 1997/98, pág. 799).

No conjunto, foram identificadas quatro candeias (Estampa XXVII), divididos em três grupos.

O grupo 11a, com dois fragmentos (nº 106 - Estampa XXVII), caracteriza-se por apresentar uma pasta de fabrico 1 e uma morfologia muito semelhante à variante 19.a1 de Helena Catarino, datada para os sécs. VIII-X, onde refere que “*São peças não vidradas, com bicos fusiformes ou quase prismáticos a terminar em ponta (...) Têm bordo boleado com leve inclinação externa, colo alto de perfil ligeiramente troncocónico*” (CATARINO, 1997/98, págs. 799 e 801).

O grupo 11b é composto apenas pelo fragmento, de bojo, nº 107 (Estampa XXVII). Tal como o grupo anterior, pertence ao fabrico 1, com a particularidade de possuir um pequeno vestígio de vidrado esverdeado no exterior. Apresenta semelhanças de fabrico e morfologia com a variante 19b de H. Catarino, datada para o séc. XI, onde a autora a caracteriza como correspondendo “...à forma clássica da candeia islâmica com superfícies vidradas, meladas ou esverdeadas (...) [apresentando] sempre pastas bem depuradas, de cor creme amarelado ou esbranquiçado” (CATARINO, 1997/98, págs. 799 e 801).

O grupo 11c é composto pelo fragmento nº 108 (Estampa XXVII), de bordo vertical, lábio arredondado e boca polilobulada (sendo esta a sua principal característica). Pertence ao fabrico 4, não apresentando qualquer vestígio de decoração, sendo de registar que é oriunda das camadas de superfície.

Objectos de uso doméstico indeterminado:

Deste grupo fazem parte os indeterminados, com seis fragmentos.

Indeterminados:

A compôr este grupo, há cinco bordos, de fabrico 4 (exceptuando o nº 347, de fabrico 1) com forma indeterminada, geralmente, devido ao elevado grau de fragmentação das peças. Ainda de salientar, o bojo de verde e manganês (nº 109 – Estampa XXVII/Est. XII: fig. 21), com a decoração “cordão da eternidade”, sendo o exemplar com a decoração vidrada mais elaborada.

4.6. Decoração

A análise dos tipos de decoração presentes neste conjunto foi dividida em três pontos. O ponto 1, diz respeito a diversos elementos decorativos em superfícies não vidradas com as caneluras e as incisões. Os revestimentos, como aguadas e brunidos, não são incluídos aqui, pois considerou-se fazerem parte da composição dos fabricos). O ponto 2, consistirá na análise das características da pintura sobre superfícies não vidradas. O ponto 3, incidirá no estudo das superfícies vidradas.

Como se pode constatar no gráfico da fig. 1, as peças decoradas representam cerca de 30% da amostra, um número, ainda assim, significativo.



Fig. 1 – Gráfico com a percentagem de peças decoradas na amostra (nmi).

1. Neste grupo, o tipo mais representado corresponde às caneluras, presentes em 49 fragmentos. Destas, 12 estão localizadas internamente e 37 no exterior. Em relação às formas, encontram-se caneluras em alguidares, cântaros, copos, jarros, púcaros, sendo que estão presentes, maioritariamente, nas caçoilas (com 15 elementos).

As incisões estão presentes em 13 fragmentos, em jarros, alguidares, taças, copos, panelas e caçoilas, novamente com as estas últimas em maioria, com cinco elementos. Neste conjunto, os traços incisivos são geralmente junto ao bordo ou no colo, pouco profundos, horizontais e rectos, sozinhos, aos pares ou até aos conjuntos de três traços.

2. Em termos de pintura, estão presentes na amostra 44 exemplares, ou seja, 12% em relação ao total da amostra (fig. 2). Destes, 34 contêm pintura a branca, cinco a vermelho e outros cinco a castanho, sendo que estas duas últimas se mostraram difícil na sua separação, não estando, inclusive, certo da mesma.

No caso da pintura a branco (ver Est. XVII: fig. 1, 2, 5, 6 e 7), a forma onde esta está mais presente é nos copos, com 12 fragmentos e quase na totalidade com fabrico 4. Apresentam desenhos variados, com ondulações e traços rectos, em separado ou em conjunto. No caso da decoração 2, os traços ondulados apresentam-se imoldurados por traços rectos horizontais. Na decoração nº 7, estão presentes dois traços curvos, verticais, sobrepostos por um traço curvo, diagonal. Nestes dois casos, a pintura encontra-se no colo da peça, enquanto que, algumas peças, como os púcaros, apresentam três traços espessos, rectos e horizontais, na zona da pança. Exceptuando este último caso, que aparenta ter a decoração sobre uma aguada acinzentada, todos os outros possuem a pintura sobre superfícies alaranjadas.

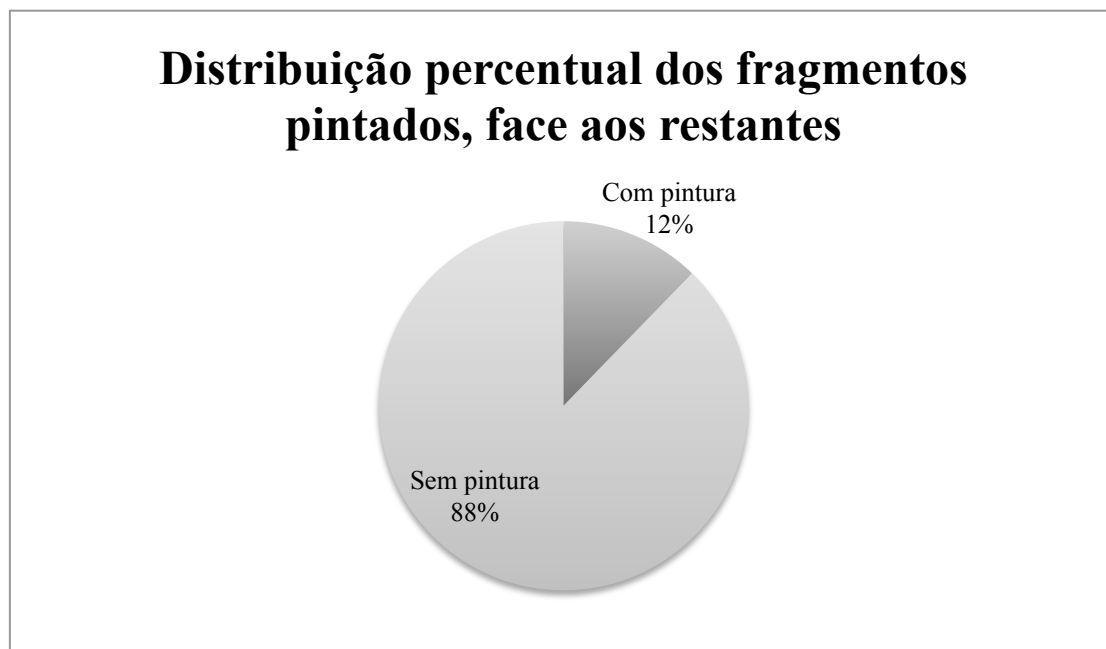


Fig. 2 – Gráfico com a distribuição percentual dos fragmentos pintados, face aos restantes (nmi).

A pintura a vermelho está geralmente presente em fragmentos de fabrico 2 (de pastas mais claras), tendo como exemplos mais notáveis o fragmentos nº 42 (Est. XVII: fig. 4/Estampa XX) e o nº 82 (Estampa XXV). Apresentam como desenhos, grandes manchas disformes e rendilhados. A decoração nº 3 (Est. XVII: fig. 3), possui pequenos círculos, paralelos a traços verticais, pouco espessos, de morfologia ondulante.

A pintura castanha está somente presente em cântaros, de fabrico 2 (exceptuando um exemplar do 4a), tendo como principal exemplo o fragmento nº 2 (Est. XVII: fig. 3/Estampa XVIII), com desenhos de grossas fitas horizontais no colo e na pança com um desenho abstracto contendo traços diagonais e pequenas manchas.

Como se pode observar, pela leitura do gráfico da fig. 3, a pintura a branco domina claramente neste conjunto, em relação aos restantes tipo de pintura, com uma percentagem de 77%. Em relação à amostra total, a pintura a branco representa 9,4%. Ao comparar-se estes resultados com os obtidos em Santarém, por Marco Liberato, surge um quadro interessante. Dos contextos 2467, 1378 e 470, de Santarém, foi contabilizada uma frequência da pintura a branco de 14%, 16% e 35%, respectivamente (LIBERATO, 2011, p. 43). Estes resultados, semelhantes aos apresentados para Lisboa (BUGALHÃO, GOMES e SOUSA, 2007, p. 319), são bastante superiores aos avançados para sítios do Sul de Portugal, como Mértola, onde num forno almóada a frequência era menor que 5% (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2004, gráfico 31) e Aljezur, com uma percentagem de apenas 1,95% (SILVÉRIO, 2001, p. 95). Em Funchais 6,

apesar de não haver uma frequência de pintura branca como em Santarém, é de assinalar o facto de apresentar resultados mais altos que os outros dois locais referidos. Em termos cronológicos, esta decoração é mais frequente em contextos entre os séculos XI-XII, como no Algarve Oriental, em Lisboa e em Santarém, onde é referido que esta “*surge em todas as estruturas negativas que se verificou terem sido colmatadas nos séculos XI-XII*” (LIBERATO, 2011, p. 44).

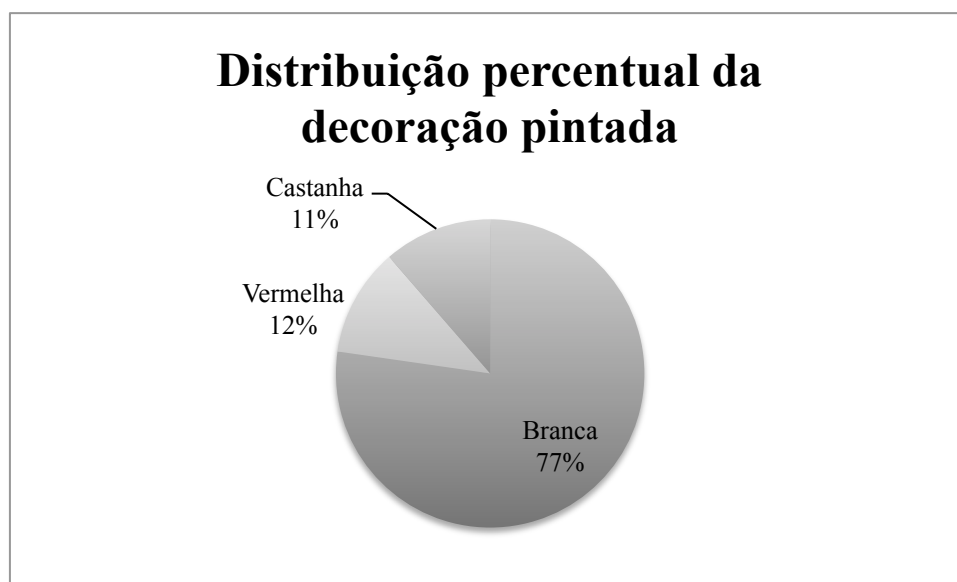


Fig. 3 – Gráfico com a distribuição percentual da decoração pintada (nmi).

3. Este conjunto apresenta um razoável número de fragmentos vidrados, na grande maioria bojos, com 73 elementos, todos eles com vidrado interno e externo visível. Estes fragmentos encontram-se divididos pelos fabricos 7 e 8, analisados no capítulo respectivo. É possível distinguir dois grandes grupos de cores: os melados e os tons de verde.

Do primeiro grupo, melados, fazem parte 32 fragmentos, na maioria bojos de forma indeterminada, mas onde as tigelas são a forma identificada mais representada, com seis elementos (Estampa XXVI), seguidas de duas taças (Estampa XXVII), um púcaro (Estampa XXV) e uma garrafa (Estampa XXIV). De sublinhar, a tigela nº 90 (Estampa XXVI) que apresenta no bordo, junto ao lábio, três pequenas machas a óxido de manganês. Dos 29 fragmentos, 26 são monocromos, quatro policromos (com verde claro no interior ou branco/castanho) e dois com vidrado interno indeterminado. O melado e manganês encontra-se presente em alguns fragmentos (no entanto, o manganês de forma muito residual), sendo esta a combinação com maior difusão e persistência no al-Andalus, desde o século X

(GÓMEZ MARTÍNEZ, 1998, p. 123). Encontram-se em Beja, fragmentos vidrados em tudo semelhantes aos de Funchais 6 (CASMARRINHA, 2013).

No segundo grupo, tons de verde, encontram-se 41 fragmentos, na esmagadora maioria bojos e fundos inclassificáveis. De realçar, o fragmento nº 290, no qual o vidrado interno está apenas presente na forma de um pequeno pingo. É importante ainda referir que, à excepção do fragmento nº 715, todos os restantes pertencem ao fabrico 7. Todos os fragmentos são monocromos, à excepção do nº 780, que tem vidrado interno castanho, e do nº 736, em que o vidrado externo é indeterminado e de cinco fragmentos cujo vidrado interno também.

Foram também encontrados dois fragmentos (nºs 285 e 358) vidrados de cor castanha, talvez remeniscentes dos melados, mas com uma tonalidade mais escura.

Por fim, foram identificados cinco fragmentos de verde e manganês, sendo que quatro deles se encontram em muito mau estado, não sendo possível identificar qualquer tipo de motivo. De sublinhar, de facto, o fragmento nº 109 (Estampa XXVII), onde é possível observar uma decoração à base de traços espessos, entrelaçados entre si, talvez com uma “moldura” de traços paralelos, formando um “cordão da eternidade”.

Assim, observando o gráfico da figura 4, pode verificar-se que o vidrado verde é maioritário, com 51%, seguindo-se o melado, com 40%. Com valores muito mais reduzidos, temos o conjunto “verde e manganês” com 6%, e os vidrados castanhos com apenas 3%.

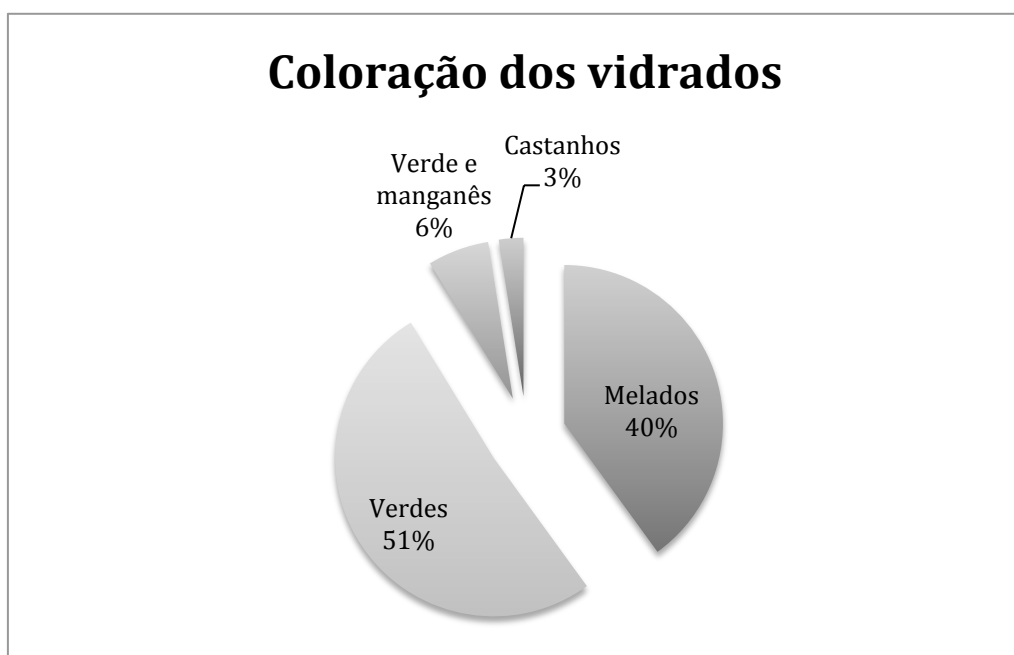


Fig. 4 – Gráfico com a percentagem da coloração (total do conjunto).

Concluindo, o sítio dos Funchais 6 apresenta uma percentagem razoável de peças decoradas, sendo de salientar a predominância da pintura a branco e dos vidrados a verde e melado.

Em termos cronológicos, esta análise fornece alguns dados úteis. Por um lado, verificou-se que a pintura a branco teve um grande incremento entre os séculos XI-XII (continuando, inclusive, nos séculos seguintes). Por outro, sabe-se que a técnica de vidragem teve uma grande difusão a partir do século X. O verde e manganês, em particular, dominou todo o século XI, declinando no XII-XIII (GÓMEZ MARTÍNEZ, 1998, pp. 123-124). Dada a boa representatividade destas peças na amostra, estas datações podem fornecer assim um contributo importante.

4.7. Análise global do conjunto:

Tratadas individualmente as características principais, como o fabrico, forma e elementos decorativos, é agora necessário realizar uma análise conjunta, quantitativa e qualitativa, de todos estes elementos.

Assim, das 359 peças que compõem a amostra, emerge uma diversidade razoável de formas, mais precisamente 12, além das consideradas indeterminadas. Como se pode observar no gráfico da fig. 5, a forma mais representada é a panela, com 71 exemplares (21%). Este facto é muito frequente na grande maioria dos sítios islâmicos, onde as panelas assumem-se sempre como a forma mais frequente, talvez por serem o recipiente mais utilizado em contexto habitacional e, portanto, que necessita de mais substituições.

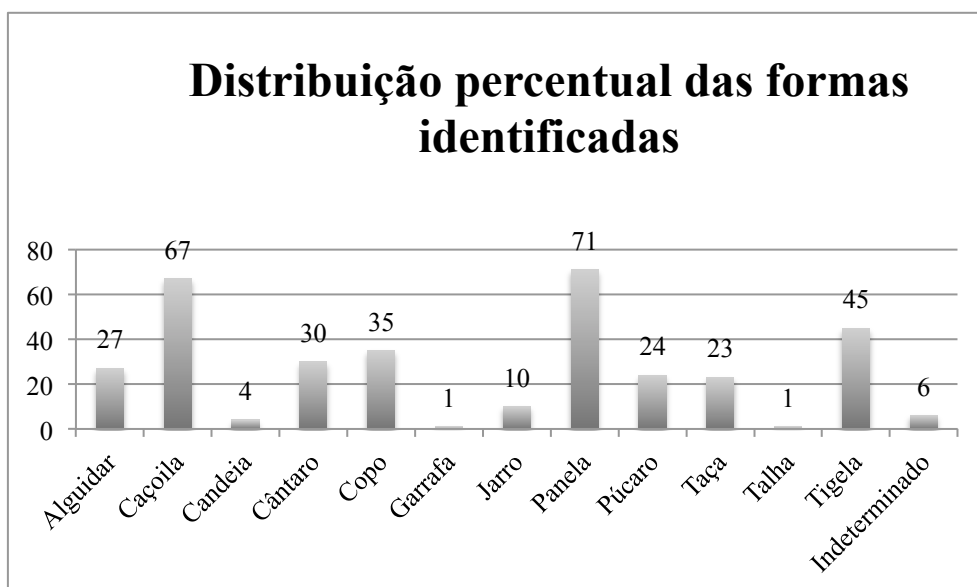


Fig. 5 – Gráfico com a distribuição percentual das formas identificadas (nmi).

Talvez a maior surpresa deste conjunto seja o elevado número de caçoilas identificadas – 67 (19%). Geralmente modestamente representadas nos sítios islâmicos, nos Funchais 6 apresentam-se como a segunda forma mais frequente. Tal como sucede com as panelas, a sua utilização remete igualmente para uma utilização na cozinha, embora mais ligada a fritos. Como única nota complementar, é interessante constatar que as caçoilas deste conjunto, juntamente com os alguidares (com 27 elementos, ou seja, 8% da amostra), apresentam semelhanças, morfológicas e de fabrico, com as encontradas em Beja, por Fernando Correia, também aí em número assinalável (CORREIA, 1991), podendo ser um sinal da redistribuição de uma produção feita num contexto urbano, na sua difusão para o meio rural.

As tigelas são a terceira forma mais representada, com 45 exemplares (13%), das quais fazem parte alguma das peças vidradas mais relevantes neste conjunto. Os copos apresentam 35 elementos (10%), os cântaros 30 (9%), os púcaros 24 (7%) e as taças 23 (7%). Nas formas menos representadas, de realçar os jarros, com apenas dez exemplares identificados (3%) e as candeias com quatro elementos (1%), sendo este um número normal, dado que estas geralmente estão pouco representadas. Por fim, temos uma talha (0,3%) e uma garrafa (0,3%), sendo de registar esta última, dado que se caracteriza por ser vidrada. Os seis indeterminados correspondem a 2% da amostra.

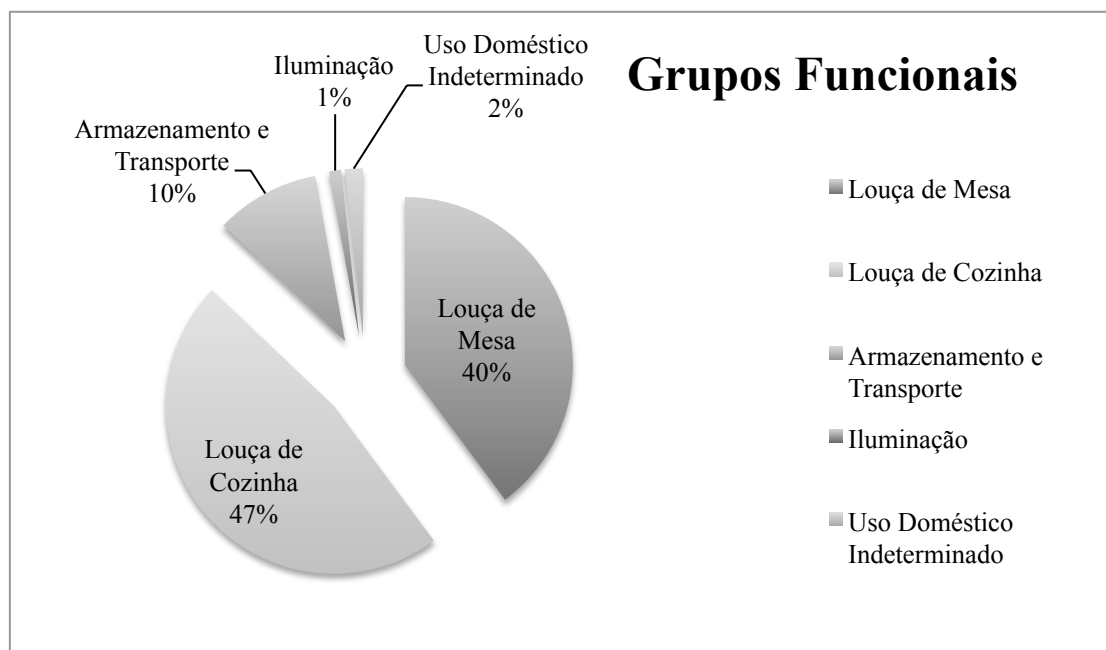


Fig. 6 – Gráfico com a distribuição percentual dos grupos funcionais.

Assim, em relação aos grupos funcionais (ver fig. 6), a Louça de Cozinha destaca-se, sem surpresa, com a maior representatividade (47%), seguida de perto pela Louça de Mesa, com 40% e, com menor presença, o grupo de Armazenamento e Transporte, com 10%. Por fim, temos dois grupos residuais: o da Iluminação, com 1% e o de Uso Doméstico Indeterminado, com 2%.

Da análise global dos fabricos, é de salientar a homogeneidade entre os mesmos (tendo sido, em alguns casos, de difícil diferenciação) e a grande qualidade das argilas, com elevada compacidade, sendo o exemplo mais notório o fabrico 5 (que contém apenas um fragmento). Ainda assim, esta característica encontra-se presente também em todos os outros fabricos, inclusive no 4 e na sua variante 4a, claramente predominantes no conjunto, com 56% (222 fragmentos) e 32% (126 fragmentos) da amostra, respectivamente (fig. 7). Exceptuando estes dois, os restantes fabricos estão representados de forma bastante residual.

Este resultado leva-nos a ponderar a hipótese de estes serem fabricos locais/regionais, tendo também em conta a excelente qualidade dos chamados “barros de Beja”, argila predominante nesta região, além da existência, no conjunto, de blocos de argila pertencentes ao fabrico 4.

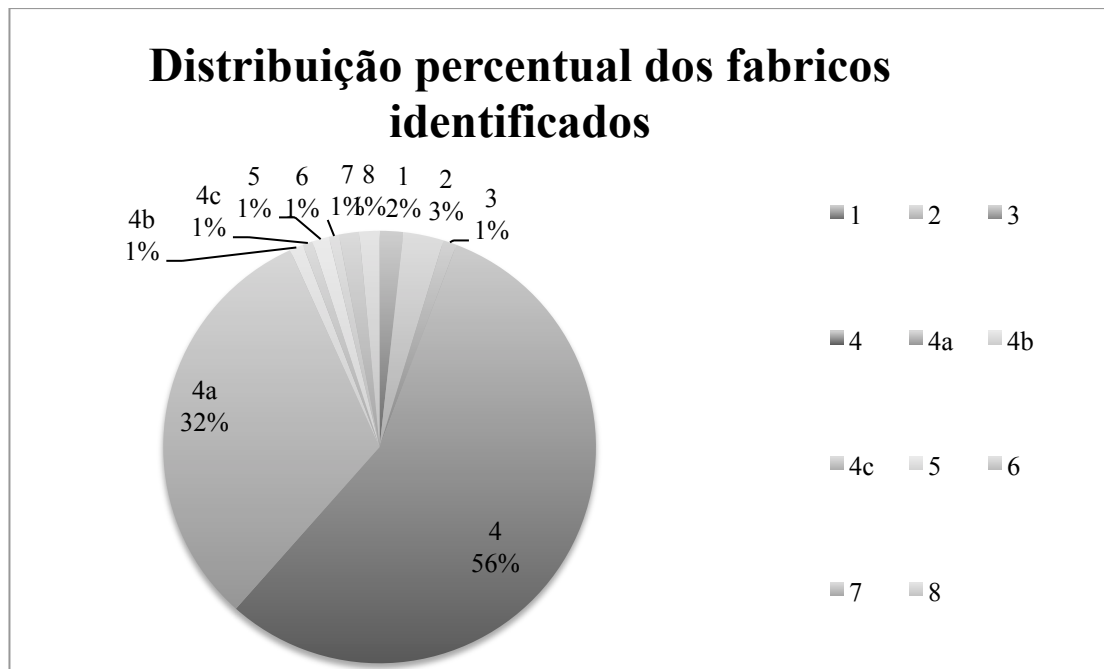


Fig. 7 – Gráfico com a distribuição percentual dos fabricos identificados (nmi).

Estes fabricos contrastam com os fabricos 1 e 3, claramente importados (não só pela sua fraca representatividade em todo o conjunto, como pelo seu fácil reconhecimento noutros

loais do *al-Andalus*, do actual território português), assim como os fabricos 7 e 8, associados a cerâmica vidrada.

É ainda interessante salientar que, tanto o fabrico 4 (provavelmente regional), como os fabricos 7 e 8 (provavelmente importados), encontram paralelos em conjuntos islâmicos de Beja (CORREIA, 1991; CASMARRINHA, 2013).

Em relação à distribuição dos fabricos pelos diversos grupos funcionais, o gráfico 8 mostra que o fabrico 4 é predominante em três grupos: Armazenamento e transporte, Loiça de cozinha e Loiça de mesa. No grupo da Iluminação, o fabrico 1 é dominante, enquanto que no grupo de Uso doméstico indeterminado, é o 4a que apresenta mais peças.

Como seria de esperar, os fabricos 7 e 8, associados a peças vidradas, encontram-se apenas presentes no grupo da Loiça de mesa, exceptuando o fragmento de corda seca parcial, pertencente ao grupo de Uso doméstico indeterminado.

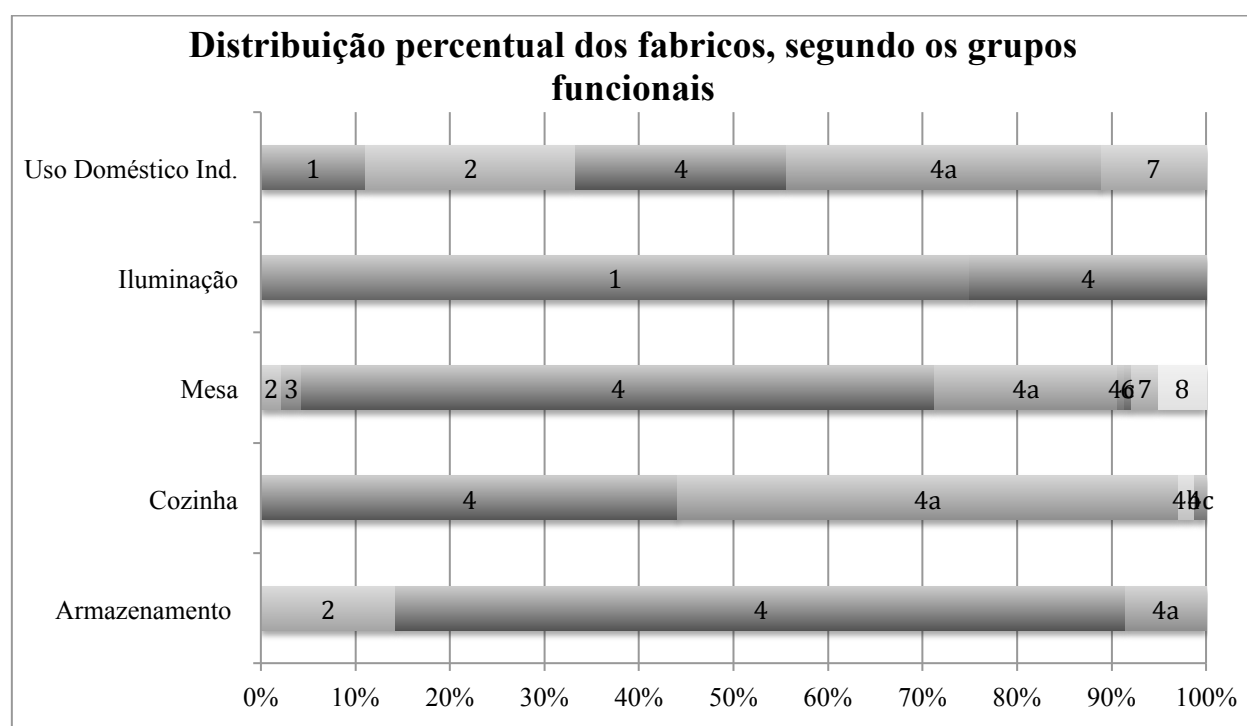


Fig. 8 – Gráfico com a distribuição percentual dos fabricos, segundo os grupos funcionais (nmi).

4.8. Periodização:

Tendo em conta a informação cronológica, fornecida pelos paralelos encontrados, este conjunto cerâmico situa-se, maioritariamente, entre os séculos X-XII, indo assim de encontro

com a primeira datação, avançada pelo relatório de escavação (BRAZUNA e COELHO, 2008, p. 51).

Este facto é constatado com a observação do gráfico da fig. 9, onde se verifica uma percentagem baixa para os séculos VIII-IX (sendo este, talvez, um problema também arqueográfico, pois as cerâmicas deste período têm-se mostrado de difícil caracterização), notando-se depois um movimento crescente em direcção ao século XI, onde atinge a maior percentagem de peças com esta datação, voltando depois a haver um declive, acabando o século XIII a apresentar, mais uma vez, valores residuais, semelhantes aos dos séculos VIII-IX.

Deve ter-se em conta que o gráfico não deve ser lido de forma totalmente literal, uma vez que, muito provavelmente, algumas das formas tiveram uma utilização contínua durante alguns séculos da ocupação islâmica, prolongando-se algumas pela Baixa Idade Média. Nesse sentido, o gráfico representa a probabilidade de utilização em dado período, e não a utilização efectiva.

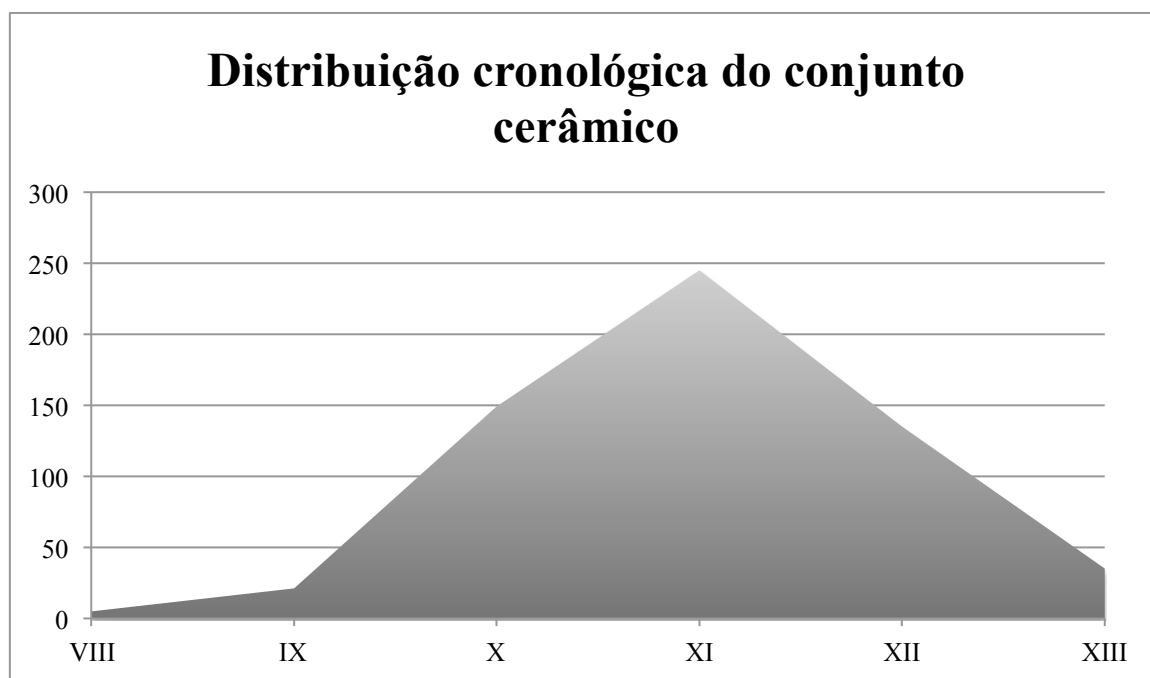


Fig. 9 – Gráfico com a distribuição cronológica do conjunto cerâmico (nmi).

Assim, o auge do sítio terá sido o período califal e reinos de taifas, mantendo ainda alguma importância no período almorávida/almoada, mas já em constante declínio. Em termos históricos, é interessante verificar que o sítio enquadra-se na perfeição com alguns pontos que

salientámos no contexto histórico. Beja, além de ter tido um papel preponderante nos primeiros séculos de islamização, participou activamente durante o período dos reinos de taifas, no século XI, onde fez parte do reino independentista de Mértola, fundado por *Ibne Tayfur* (CATARINO, 1993, pp. 55-57), possuindo ainda um núcleo urbano suficientemente atractivo para atrair imigrantes (FERNANDES, 1991, pp. 14-15).

De salientar, que o momento de maior expressão da cerâmica em Funchais 6, corresponde ao período em que se assiste a uma efectiva ocupação do mundo rural, a partir do século X. Este facto verifica-se tanto no Algarve Oriental (CATARINO, 1997/98, p. 825), como noutras regiões do Algarve Oriental, como Mértola (BOONE, 1993, p. 111).

A partir do século XII, há um desgaste da população local, devido, por um lado, à constante oposição ao poder central, por outro, por encontrar-se cada vez mais numa zona de fronteira de guerra, contra os reinos cristãos (FERNANDES, 1991, pp. 16-19), podendo ser esta uma explicação para o declínio do sítio neste período.

4.9. Enquadramento estratigráfico:

Como foi referido no capítulo “Contexto arqueológico”, nos trabalhos de escavação do sítio dos Funchais 6, procedeu-se à abertura de cinco Sondagens, abrangendo uma área total de 29 m². Apesar de terem sido postas a descoberto algumas realidades interessantes, como um pequeno murete, uma lareira e um pavimento, estas forneceram pouco material, optando-se por focar o estudo nas sete estruturas negativas mais significativas, de onde provém todo o material estudado: os silos 1, 2, 3, 4, 5, e 6, além da estrutura tipo fosso da Sondagem 5.

Posto isto, deve-se referir que a escolha dos materiais não teve em conta uma distribuição equilibrada das sondagens. Nesse sentido, o conjunto cerâmico, reflecte a distribuição percentual, do volume de material identificado em cada sector.

Assim, como se pode verificar no gráfico da fig. 10, as sondagens 4 e 5 dominam claramente a amostra, com 40% e 41%, respectivamente. Por outro lado, as restantes sondagens (e as prospecções) apresentam valores bastante baixos, entre os 3% e os 6%.

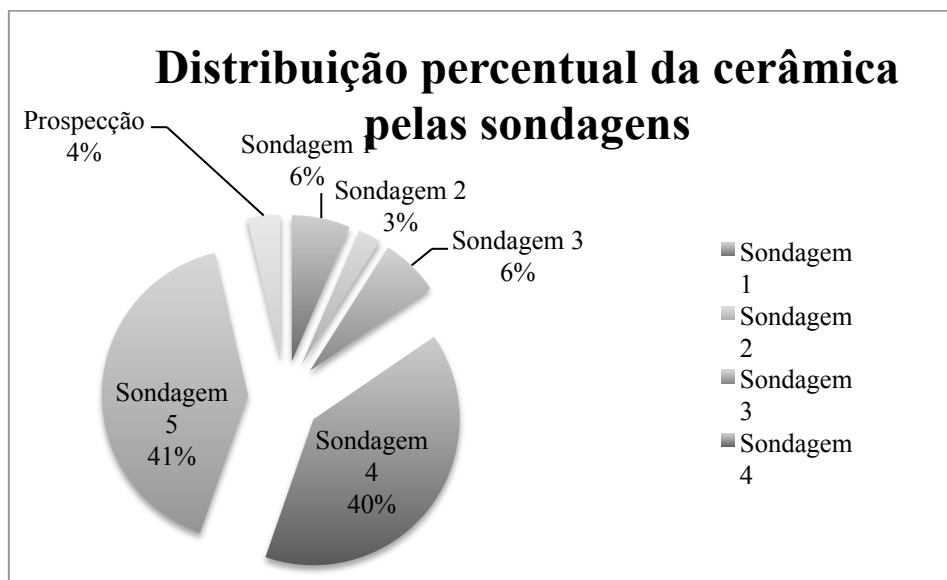


Fig. 10 – Gráfico com a distribuição percentual da cerâmica pelas sondagens (nmi).

Em relação à distribuição da cerâmica pelas principais estruturas (fig. 11), a situação é ainda mais dispar, dado que 63% da cerâmica provém do Silo 4. Os silos 5 e 6, ambos da Sondagem 5, fornecem 5% e 15%, respectivamente. Os silos 1 e 3, fornecem 4%, enquanto que o Silo 2 não ultrapassa os 2%. Do total, 7% dos materiais estudados, provêm da estrutura tipo Fosso.

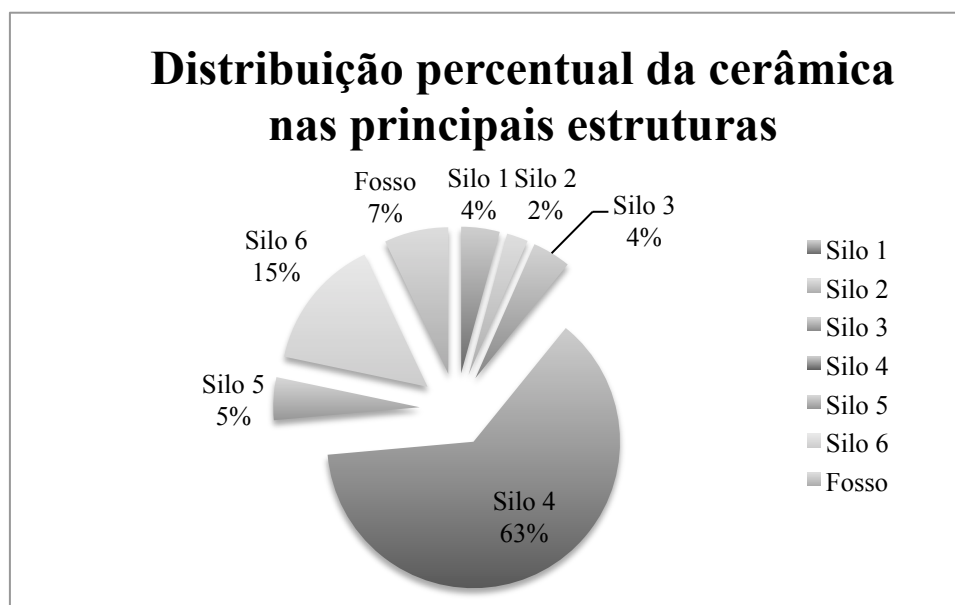


Fig. 11 – Gráfico com a distribuição percentual da cerâmica nas principais estruturas (nmi).

Apesar destas disparidades percentuais entre sondagens, é interessante verificar que, ainda assim, todas traduzem a mesma realidade cronológica que, por sua vez, é coincidente com a datação geral apontada para o sítio. Ao observar-se o gráfico da fig. 12, nota-se uma clara predominância do período entre os séculos X-XII, repetida em todas as estruturas de onde provêm os materiais, sendo que o século XI, também pela sua “posição central”, aparenta ser o mais relevante para o sítio.

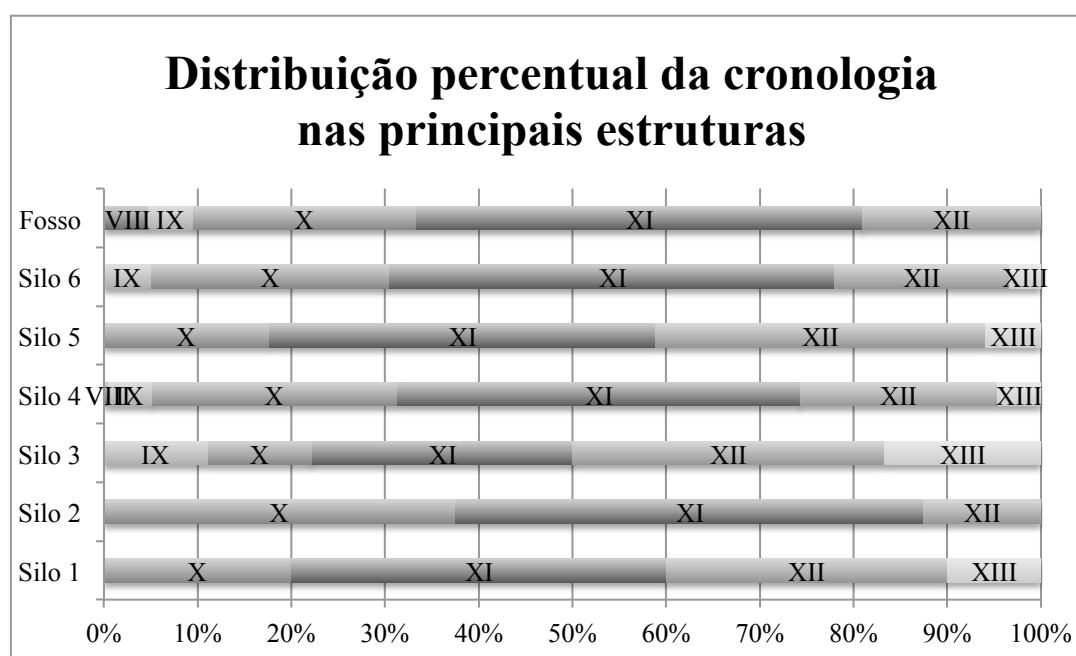


Fig. 12 – Gráfico com a distribuição percentual da cronologia nas principais estruturas (nmi).

Posto isto, torna-se evidente que as estruturas terão sido utilizadas, sensivelmente, no mesmo período. Infelizmente, nem os actuais dados estratigráficos, nem os artefactuais, são suficientes para melhor delinear os momentos de construção, utilização e destruição/abandono.

Em termos de distribuição das formas pelas sondagens (fig. 13), verifica-se novamente um relativo equilíbrio percentual, entre a 4 e a 5. Ainda assim, nota-se uma ligeira predominância de cerâmicas de maior dimensão, principalmente, do grupo de Armazenagem e de Louça de cozinha, na Sondagem 5 (em grande parte, devido aos alguidares, que estão aí muito bem representados), enquanto que as cerâmicas de mesa, parecem predominar na Sondagem 4. No entanto, tratam-se de diferenças bastante ligeiras e, como tal, a que não atribuímos um significado especial.

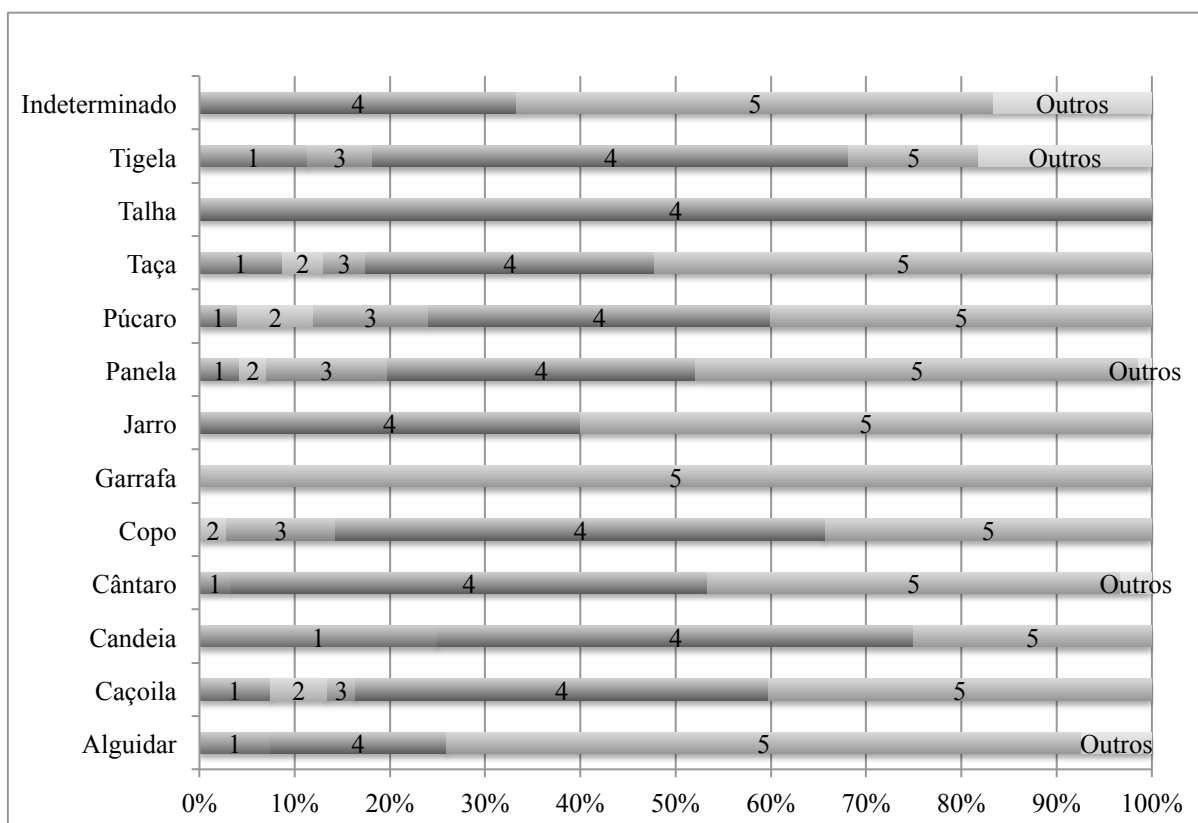


Fig. 13 – Gráfico com a distribuição percentual das cronologias, pelas várias Sondagens (nmi).

5. Considerações finais

De facto, o principal objectivo desta dissertação centra-se na tentativa de enquadrar o conjunto cerâmico, através da análise das formas e dos fabricos, num contexto regional, delineado cronologicamente.

Através da busca de paralelos com outros locais, foi possível datar o conjunto cerâmico entre os séculos X-XII, destacando-se neste as panelas, as caçoilas e os alguidares. Como já foi referido, estas duas últimas formas encontram paralelo muito semelhante em Beja, partilhando inclusive o mesmo tipo de alisamento de superfície, característico de ambos os conjuntos (CORREIA, 1991), além das similitudes com a generalidade das formas do Algarve Oriental (CATARINO, 1997/98). Como complemento, a análise dos elementos decorativos, principalmente, da pintura branca e dos vidrados, indicou quase a mesma cronologia, precisando-a ainda mais, entre os séculos XI-XII. Esta cronologia está de acordo com os acontecimentos históricos na região, dado que Beja teve um papel activo durante os reinos taifas, século XI, tendo a zona assistido a várias movimentações de populações. Também os dados do povoamento rural para as regiões mais próximas, apresentam cronologia semelhante (CATARINO, 1997/98, p. 825; BOONE, 1993, p. 111).

Em relação às pastas, ficou claramente definido o cariz local/regional do fabrico 4, e suas variantes, que, além de ser, com larga vantagem, o mais numeroso, possui uma grande homogeneidade entre as formas. Outro ponto relevante, deve-se ao facto de ter sido encontrado um bloco de argila (Est. IX: fig. 15), pertencente a esse mesmo fabrico.

Assim, perante esta situação, há duas hipóteses que se podem definir, como interpretação da produção cerâmica na região. A primeira, tendo em conta os paralelos em Beja, de que esta tenha assumido a redistribuição dos recipientes pelo seu território envolvente, sendo que não é difícil aceitar a existência de uma olaria neste importante núcleo urbano. A segunda, de que a produção destes fabricos tenha sido feita no próprio sítio dos Funchais 6 ou nas suas imediações, tendo em conta, a existência do bloco de argila de fabrico 4.

No que diz respeito à caracterização do sítio arqueológico, do ponto de vista funcional, a questão é bem mais complicada. Primeiro, pelo facto de a quase totalidade dos materiais provir de estruturas negativas, como os silos e a estrutura tipo fosso, havendo uma escassez de estruturas mais concretas, nomeadamente, positivas, sendo portanto mais fáceis de caracterizar funcionalmente. Em segundo, pela homogeneidade quase perfeita da datação das cerâmicas, que se encontram distribuídas pelas várias sondagens da escavação, levando a crer

numa utilização simultânea, e não sucessiva, dos silos, dificultando assim a caracterização evolutiva do sítio.

Infelizmente, a grande maioria dos sítios rurais islâmicos deste tipo está ainda por estudar, sendo que essa necessidade torna-se, de facto, mais gritante no Baixo Alentejo, dada a sua potência arqueográfica. Tirando os estudos em Alcaria Longa (BOONE, 1996) e em Mesas do Castelinho (GUERRA e FABIÃO, 1993), pouco mais se fez de relevante sobre o tema. No primeiro, foram identificadas várias habitações, onde a “organização espacial das casas evidencia um forte paralelo com o complexo rifiano de Norte de África, a qual tem sido interpretada como uma adaptação rural da casa urbana islâmica” (BOONE, 1995, p. 31), levando o autor a defender o cunho berbere do povoamento ou, no máximo, *muladíe* (ob. Cit., pp. 33-34). Mesas do Castelinho possui uma torre, associada a povoado, rodeada por fosso com uma largura entre os 4 e os 5 metros (GUERRA e FABIÃO, 1993, p. 86 e 89).

Ainda assim, no caso deste último, poderão fazer-se alguns apontamentos interessantes, dado que uma das principais estruturas de um e de outro, a estrutura tipo fosso, poderá partilhar algumas semelhanças. O fosso de Mesas do Castelinho, de cariz circular, possui “*uma largura oscilando entre os 4 e os 6 metros, no topo, que terá rodeado toda a fortificação*” (GUERRA e FABIÃO, 1993, p. 89), sendo ainda de destacar a existência de uma fossa, uma lareira, um empedrado e dois silos, no interior da fortificação (ob. Cit., p. 89).

No caso de Funchais 6, é descrito como sendo “*um troço de fosso ou de uma fossa de grandes dimensões devido à tendência para a circularidade no troço visível, ou (...) apresentar topo serpenteante de largura variável, devido ao facto de as paredes Sudoeste e Nordeste estreitarem no sentido NE e SW, respectivamente*” (BRAZUNA e COELHO, 2008, p. 22). Ainda assim, apesar das descrições serem semelhantes, ao observar as fotografias do fosso de Funchais 6, este não aparenta ser assim tão circular, pelo menos, não tanto como o de Mesas do Castelinho, e portanto, para rodear todo o sítio, teria que possuir um diâmetro de grandes dimensões, o que está fora de questão.

Assim, seria fundamental continuar os trabalhos na zona envolvente, como forma de tentar perceber estas realidades. Com os dados actuais, pouco mais de poderá adiantar, com segurança.

6. Bibliografia

AMARO, C. (1992) – “Silos Medievais no Palácio Nacional de Sintra” in *Arqueologia Medieval 1*. Porto, Edições Afrontamento, pp. 111-124.

AMARO, C. (2001) – “Presença Muçulmana no Claustro da Sé Catedral – Três Contextos com cerâmica islâmica” in *Sítios Islâmicos do Sul de Portugal*. Coord. LACERDA, M. *et al.* Lisboa, IPPAR – Junta de Extremadura, pp. 165- 197.

ANTUNES, M. T. (1996) - “Alimentação de Origem Animal em Regime Islâmico – Alcaria Longa e Casa II da Alcáçova de Mértola” in *Arqueologia Medieval 4*, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 267-276.

BARKER, P., (1977) - “*Techniques of Archaeological Excavation*”. Routledge, London.

BAZZANA, A. (1979) – “Céramiques médiévales: les méthodes de la description analytique appliquées aux productions de l’Espagne orientale” in *Mélanges de la Casa de Velázquez*, Tome XV, Paris, pp. 135-185.

BAZZANA, A. (1980) – “Céramiques médiévales: les méthodes de la description analytique appliquées aux productions de l’Espagne orientale”, in *Mélanges de la Casade Velázquez*, Tome XVI, Paris, pp. 57-95.

BOISSELLIER, S. (1999) - “*Naissance d’une Identité Portugaise, La Vie Rural Entre Tage et Guadiana de l’Islam à la Reconquête (X-XIV siècles)*”, Estudos Gerais, Serie Universitária, Imprensa Nacional, Casa da Moeda.

BOONE, J. L. (1993) – “The third season of excavations at Alcaria Longa” in *Arqueologia Medieval 2*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, pp. 111-125.

BOONE, J. L. (1996) – “Uma sociedade tribal no Baixo Alentejo Medieval?” in *Arqueologia Medieval 4*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, pp. 25-35.

BRAZUNA, S.; COELHO, M. D. (2008) – “*Relatório dos trabalhos arqueológicos. Minimização de Impactes sobre o Património Cultural decorrentes da execução do Bloco de Rega do Pisão*”. Escavação Arqueológica Manual, Funchais 6, Beringel.

BUGALHÃO, J. *et al* (2003) – “Vestígios de produção oleira islâmica no núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros”, in *Arqueologia Medieval* 8. Porto, Edições Afrontamento, pp. 129-191.

BUGALHÃO, J. *et al* (2010) – “CIGA: Projecto de sistematização para a cerâmica islâmica do Gharb al- Andalus” in *Xelb 10: Actas do 7º encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves, Câmara Municipal de Silves, pp. 455-476.

BUGALHÃO, J.; FOLGADO, D. (2001) – “O Arrabalde Ocidental de Lisboa Islâmica: urbanismo e produção oleira” in *Arqueologia Medieval* 7. Porto, Edições Afrontamento, pp. 111-145.

BUGALHÃO J.; GÓMEZ MARTÍNEZ, S. (2005) – “Lisboa: uma cidade do Mediterrâneo islâmico” in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, Porto, pp. 237-262.

BUGALHÃO J.; QUEIROZ, P. (2005) – “Testemunhos do consumo de frutos no período islâmico em Lisboa” in *Al-Andalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 152-170.

BUGALHÃO, J.; GOMES, A. S.; SOUSA, M. J. (2003) – “*Vestígios de produção islâmica no núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa*”, in *Arqueologia Medieval* 8, Porto, Edições Afrontamento, pp. 129-192.

BUGALHÃO, J.; GOMES, A. S.; SOUSA, M. J. (2007) – “Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarim Chinês)”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, Vol. 10, nº 1, pp. 317-343.

BUGALHÃO, J.; SOUSA, M. J.; GOMES, A. S. (2004) – “Vestígios de produção oleira

islâmica no Mandarin Chinês – Lisboa”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, Vol. 7, nº 1, pp. 575-643.

CALADO, M.; LEITÃO, V. (2005) – “A ocupação islâmica na Encosta de Sant'Ana (Lisboa)” in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, Vol. 8, nº 2, pp. 459-470.

CANDÓN, A.; GOMÉZ MARTÍNEZ, S.; MACIAS, S.; RAFAEL, L. (1999) - “Mértola en torno al año mil”, in *Actas del V Congreso de Arqueologia Medieval Española*, Valladolid, Asociacion Española de Arqueologia Medieval, Junta de Castillo y Leon, pp. 558 – 568.

CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (1991) – “Alguns tipos de cerâmica dos séculos XI a XVI encontrados em Cascais” in *Actas do IV Congresso Internacional: A cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 575-585.

CARDOSO, J. L. (1993) - “A Fauna de Mamíferos da Época Muçulmana das Mesas do Castelinho (Almodôvar), Materiais das Campanhas de 1989 – 1992” in *Arqueologia Medieval* 3, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 201-220.

CARVALHO, A.; FARIA, J. C. (1993) - “Cerâmicas muçulmanas do Museu Municipal de Alcácer do Sal”, in *Arqueologia Medieval* 3, Porto, pp. 101-111.

CASMARRINHA, H. (2013) – “*Materiais Islâmicos do Sítio da Rua do Sembrano, Beja*”, Tese de Mestrado em Arqueologia, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, Lisboa.

CATARINO, H. (1993) – “*A Ocupação Islâmica. História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*”, Dir. João Medina. Lisboa, vol. 3 - Portugal Medieval. Ed. Amadora Ediclube D.L., pp. 47-92.

CATARINO, H. (1997-98) – “*O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados*”. 3 vols. Al-Ulyã. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé. Nº 6.

CATARINO, H. (1999) – “Cerâmicas omíadas do Garb Al-Andalus: resultados arqueológicos

no Castelo Velho de Alcoutim e no Castelo das Relíquias (Alcoutim)” in *Arqueologia y Territorio Medieval*, nº 6, Universidad de Jaen, pp. 113-132.

CATARINO, H. (2005) – “ História da Cultura Material de época islâmica e o exemplo de uma cozinha do Castelo Velho de Alcoutim (Algarve)” in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. T. XXXVII, pp. 363-376.

CATARINO, H.; FILIPE, S.; SANTOS, C. (2009) – “Coimbra islâmica: uma aproximação aos materiais cerâmicos” in *Xelb 9: Actas do 6o encontro de Arqueologia do Algarve. O Gharb no al-Andalus sínteses e perspectivas de estudo*, Silves, Câmara Municipal de Silves, pp. 333-376.

CAVACO, S.; COVANEIRO, J. (2010) – “Materiais provenientes de um silo do Bairro Almóada do Convento da Graça – Tavira” in *Arqueologia Medieval 11*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 103-112.

COELHO, C. (2000) – “A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros (Sintra): interpretação comparada” in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia. Vol. 3, nº 1, pp. 207-225.

COELHO, A. B. (2008) - “*Portugal na Espanha Árabe*”, 3ª edição revista, Editorial Caminho, Lisboa.

CORREIA, F. (1991) - “Um Conjunto Cerâmico-Medieval de Beja”, in *Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 374-385.

CORREIA, S.; OLIVEIRA, J. C. (1987) - “*Rua do Sembrano, 1987, Relatório*”, Ministério da Educação e Cultura, Instituto Português do Património Cultural, Serviço Regional de Arqueologia do Sul.

CORREIA, S.; OLIVEIRA, J. C. (1988) - “*Rua do Sembrano, Beja, 1988*”.

CORREIA, S.; OLIVEIRA, J. C. (1993) - “*Rua do Sembrano – Beja, 1989, 1990, 1991*”, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português do

Património Arquitectónico e Arqueológico, Direcção Regional de Beja.

DOMINGUES, D. G. (1961) - “O Garb Extremo do Andaluz e “Portugal” nos Historiadores e Geógrafos Árabes”, in *Sep. Bol. Da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 79, pp. 327-362.

FEIO, M. (1952), “A Evolução do Relevo do Baixo Alentejo e Algarve: Estudo de Geomorfologia”, Lisboa;

FERNANDES, I.; CARVALHO, A. (1997) - “Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Palmela”, in *La Céramique Médiévale en Méditerranée. Actes du 6o Congrès, Aix-en-Provence*, pp. 327-335.

FERNANDES, I. (2004) – “*O Castelo de Palmela do islâmico ao cristão*”, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela.

FERNANDES, H. (1991) - “Organização do Espaço e Sistema Social no Alentejo Medieval: o Caso de Beja”, Tese de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

FERNANDES, H. (2000) – “Entre Mouros e Cristãos - a Sociedade de Fronteira no Sudoeste Peninsular Interior (Séculos XII-XIII)”, Tese de Doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

FERREIRA, N. A.; RODRIGUES, A. (2003) - “Intervenção Arqueológica no Largo da Ermida de Sto. André (Beja) ” in *Al-madan*, nº 13, Almada, Centro de Arqueologia de Almada;

FUERTES SANTOS, M. del C. (1995) – “Un conjunto cerámico post-califal precedente de Cercadilla” in *Anales de Arqueología Cordobesa*, Córdoba, nº 6, pp. 265-291.

GOMES, A. *et al* (2001) – “A Cerâmica pintada de época Medieval da Alcáçova do Castelo de São Jorge” in *Sítios Islâmicos do Sul de Portugal*. Coord. LACERDA, M. *et al.*, Lisboa,

IPPAR – Junta de Extremadura, pp. 119-163.

GOMES, M. V. (2010) – “Silo do centro histórico de Albufeira (Algarve, Portugal)” in *Xelb 10: Actas do 7º encontro de Arqueologia do Algarve*, Silves, Câmara Municipal de Silves, pp. 477-495.

GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1986) - “Cerâmicas Estampilhadas Muçulmanas e Mudéjares do Poço-Cisterna de Silves”, in *Trabalhos de Arqueologia 03*, pp. 126-141.

GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1992) - “Cerâmicas Muçulmanas: quais as metodologias arqueológicas?”, in *Actas das Ias Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, pp. 41-50.

GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (2001) – “Palácio Almoada da Alcáçova de Silves”, Lisboa: Instituto Português de Museus.

GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (2004) – “O Ribat da Arrifana (Aljezur, Algarve): Resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2002” in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, Vol. 7, nº 1, pp. 483-573.

GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (2005) – “O Ribat da Arrifana (Aljezur, Algarve): Resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2003 – Sector 1” in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, Vol. 8, nº 2, pp. 471-533.

GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (2006) – “O Ribat da Arrifana (Aljezur, Algarve) resultados das escavações arqueológicas no Sector 3 (2003/2004)” in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, Vol. 9, nº 2, pp. 329-352.

GOMES, R. V. (1991) - “Cerâmicas Almoadas do Castelo de Silves” in *Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 387-403.

GOMES, R. V. (1992) - “Cerâmicas Muçulmanas, de Silves, dos séculos VIII e IX”, in *Actas*

das 1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Tondela, Câmara Municipal de Tondela; pp. 19-32.

GOMES, R. V. (2002) - “*Silves (Xelb), uma cidade do Gharb-Al-Andalus: Território e Cultura*”, Trabalhos de Arqueologia 23, Instituto Português de Arqueologia.

GOMES, R. V. (2003) - “*Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: a Alcáçova*”, Trabalhos de Arqueologia 35, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.

GOMÉZ MARTÍNEZ, Susana (1998) - “A cerâmica verde e manganês do Castro da Cola (Ourique), in *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, pp. 57-65.

GÓMEZ MARTÍNEZ, S. (1998) – “A cerâmica do Gharb Al-Andalus” in *Portugal Islâmico: Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Ministério da Cultura, Instituto Português do Património e Museu Nacional de Arqueologia, pp. 121-128.

GOMÉZ MARTÍNEZ, S. (2002) - “*Cerâmica em Corda Seca*”, Museu de Mértola, Ed. Campo Arqueológico de Mértola (Instituto de Arqueologia).

GÓMEZ MARTÍNEZ, S. (2004) – “*La Cerámica Islámica de Mértola: Producción y comercio*”, Tesis doctoral defendida en el Departamento de Historia Medieval de la Universidade Complutense de Madrid. Documento Policopiado.

GOMÉZ MARTÍNEZ, S. (2007) - “*A cerâmica islâmica do Gharb al-Andalus*”, Seminário “A produção de cerâmica em Portugal: histórias com futuro”, pp. 94-116.

GÓMEZ MARTÍNEZ, S.; DELERY, C. (2002) – “*Cerâmica em Corda Seca de Mértola*”, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola.

GONÇALVES, M.; PIRES, A.; MENDONÇA, C. (2007) - “Evolução Tipológica de um Conjunto de Utensílios de Iluminação de um Antigo Arrabalde Islâmico de Silves”, in *Vipasca Arqueologia e História*, nº 2, 2ª série, pp. 643-653.

GONÇALVES, M. J.; PIRES, A.; MENDONÇA, C. (2009) – “Evolução tipológica de um

conjunto de utensílios de iluminação de um arrabalde islâmico de Silves” in *Xelb 9: Actas do 6º encontro de Arqueologia do Algarve*, Silves: Câmara Municipal de Silves, pp. 695-706.

GONÇALVES, C.; SILVA, T. (2009) – “O período islâmico em Faro – Resultados preliminares” in *Xelb 9: Actas do 6o encontro de Arqueologia do Algarve*, Silves, Câmara Municipal de Silves, pp. 597-604.

GRILO, C., Ricardo, I. (2010) – “*Novas perspectivas na salvaguarda do património arqueológico. A carta arqueológica do concelho de Beja*”. Actas do Encontro Arqueologia e Autarquias. CMCascais/APA.

GUERRA, A.; FABIÃO, C. (1993) – “Uma fortificação Omíada em Mesas do Castelinho (Almodôvar)” in *Arqueologia Medieval 2*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 85-102.

GUERRA, A.; FABIÃO, C. (2002) – “Mesas do Castelinho, Almodôvar: uma fortificação rural islâmica do Baixo Alentejo” in *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos: Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb. 500 – 1500*, Lisboa, Edições Colibri, Câmara Municipal de Palmela, pp. 171-176.

GUTIÉRREZ LLORET, S. (1996) – “*La Cora de Tudmir de la Antigüedad tardia al mundo islámico. Poblamiento y cultura material*”, Madrid-Alicante, Collection de la Casa de Velazquez, 57.

HARRIS, E., (1979) - “*Principles of Archaeological Stratigraphy*”. 2ª Edição, Academic Press Limited, London.

KHAWLI, A. (1993) - “Introdução ao Estudo das Vasilhas de Armazenamento de Mértola Islâmica”, in *Arqueologia Medieval 2*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 63-78.

LARRÉN IZQUIERDO, H.; TURINA GÓMEZ, A. (1998) – “Caracterización y tipología de la cerámica medieval de la Provincia de Zamora, siglos XI-XIV” in *Actas das 2ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, pp. 81-89.

LEVI-PROVENÇAL, E. (1961) - “*La Civilisation Arabe en Espagne*”, 3ème éd., E.P.

Maisonneuve et Larose, Paris.

LIBERATO, M. (2011) – “*A cerâmica pintada a branco na Santarém Medieval, Uma abordagem diacrónica: séculos XI a XVI*”. Tese de Mestrado em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

LOPES, M. (2000) - “*A Cidade Romana de Beja*”, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra.

MACIAS, S. (1991) - “Um conjunto cerâmico de Mértola – silos 4 e 5” in *Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola; pp. 404-427.

MACIAS, S. (2005) - “Islamização no Território de Beja – Reflexões para um Debate” in *Análise Social*, nº 173, Lisboa, pp. 807-826.

MACIAS, S. (2006) - “*Mértola, Le Dernier Port de la Méditerranée, Tome I, II, III*”, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

MARTINS, A.; NEVES, C.; ALDEIAS, V. (2008) - “Beja Medieval: os Silos da Avenida Miguel Fernandes” in *Vipasca*, Câmara Municipal de Aljustrel, Unidade de Arqueologia, 2ª Série, nº 2.

MATTOSO, J. (1995) - “*Identificação de um País: Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*”, vol. II – Composição, 5ª Edição, Lisboa, Editorial Estampa.

MATTOSO, J.; DAVEAU, S.; BELO, D. (2010) – “*Portugal, o Sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões*”. Temas e Debates e Circulo de Leitores, 2ª edição, Lisboa.

MATOS, J. (1991) - “Cerâmica Muçulmana do Cerro da Vila”, in *Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 428-456.

PAIS, J. (1993) - “Sementes de um Silo Omíada (u.e67) de Mesas do Castelinho (Almodôvar)

” in *Arqueologia Medieval* 2, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 109-110.

PAIS, J. (1996) - “Paleoetnobotânica (finais séc. XI e séc. XIII/XIV) do Sul de Portugal – Setúbal, Mértola e Silves” in *Arqueologia Medieval* 4: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 277-280.

PICARD, C. (2000) - “*Le Portugal Musulman (VIII-XIII siècle), L’Occident d’al-Andalus sous Domination Islamique*”, Maisonneuve et Larose, Paris.

PICON, M. (2002) – “Les modes de cuisson, les pâtes et les vernis de la Graufesenque: une mise au point” in GENIN, M. ; VERNHET, A. – *Céramiques de la Graufesenque et autres productions d’époque romaine. Nouvelles recherches. Hommage à Bettina Hoffmann* (Archéologie et Histoire romaine: 7) Montagnac: Ed. Monique Mergoïl, pp. 139-163.

PICON, M.; VERNHET, A. (2002) – “*Les modes de cuisson, les pâtes et les vernis de la Graufesenque: une mise au point. Céramique de la Graufesenque et autres productions de époque romaine. Nouvelles recherches*”. Coord. HOFFMANN, H.; B. HOFFMANN. Bethine Hoffmann. Antologie et Histoire 7. Montagne Ed. Monique Mergoïl, 2.

PINTO, M. (2008), “Praça da Republica de Beja”, in *Vipasca*, Aljustrel, Câmara Municipal de Aljustrel, Unidade de Arqueologia, 2ª Série, nº 2, pp. 519-530.

Protocole Beuvray (1998) – “Protocole de Quantification des céramiques” in ARCELIN, P.; TUFFREAU-LIBRE, M., dir. *La quantification des céramiques. Conditions et Protocole*. Glux-en-Glenne: Centre archéologique Européen du Mont Beuvray. (Bibactre; 2), pp. 141-157.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVAEU S. (1987) – “*Geografia de Portugal, Posição Geográfica e o Território*”, Lisboa, Ed. João Sá da Costa. Vol.I.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVAEU S. (1988) – “*Geografia de Portugal, O Ritmo Climático e a Paisagem*”, Lisboa, Ed. João Sá da Costa. Vol.II.

RIBEIRO, O. (1989) - “*Opúsculos Geográficos, Pensamento Geográfico*”, volume II,

Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 277-292.

RIBEIRO, O. (1990) - “*Opúsculos Geográficos, Aspectos da Natureza*”, volume III, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 69-80.

RIBEIRO, O. (2011) – “*Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*”. Livraria Letra Livre, 8ª edição, Lisboa.

ROSSELLÓ-BORDOY, G. (1978) – “*Ensayo de Sistematización de la Cerámica Árabe en Mallorca*”, Palma de Mallorca, Diputación Provincial de Baleares.

ROSSELLÓ-BORDOY, G. (1991) – “*El Nombre de las Cosas en Al-Andalus: una propuesta de terminología cerámica*”, Palma de Mallorca, Museo de Palma de Mallorca, 1141.

SILVA, M. (2011) – “*A Cerâmica Islâmica da Alcáçova de Santarém, das unidades estratigráficas 17, 18, 27, 28, 30, 37, 39, 41, 193, 195, 196, 197 e 210*”, Tese de Mestrado em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

SILVA, A. R; BARBOSA, P. G. (2003) – “Cerâmica de tradição muçulmana da Villa romana de Frielas (Loures)” in *Arqueologia Medieval* 8, Porto, Edições Afrontamento. 8, pp. 109-119.

SILVÉRIO, S. (2001) – Silos islâmicos de Alçaria, Aljezur. Séculos VIII- XII, s.l., Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur\Câmara Municipal de Aljezur.

STIENSTRA, P. (1986a) “*Systematic macroscopic description of the texture and composition of ancient potter - some basic methods*”, Newsletter. Department of Pottery Technology 4, pp. 28-48.

STIENSTRA, P. (1986b) – “*Technological Research on Composition and Texture of Ancient Pottery – a note of sense and nonsense*”, Newsletter. III, pp. 10-47.

TORRES, C. (1987) – “*Cerâmica islâmica portuguesa*”, Catálogo, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola/ Fundação Calouste Gulbenkian.

TORRES, C. (1997) – “*O Garb-Al-Andaluz*”, Dir. José Mattoso, Lisboa, vol. 1 – Antes de Portugal, Editorial Estampa, pp. 329-371.

TORRES, C.; GOMÉZ MARTINEZ, S.; FERREIRA, M. (2003) - “Os nomes da Cerâmica Medieval: Inventário de Termos”, in *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 125-134.

TORRES, C.; PALMA, M.; REGO, M.; MACIAS, S. (1991) - “Cerâmica islâmica de Mértola – propostas de cronologia e funcionalidade”, in *Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 497-535.

VIEGAS, C.; ARRUDA, A. M. (1999) – “Cerâmicas Islâmicas de Santarém” in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, Vol.2. nº 1 pp. 105-186.

ZOZAYA, J. (1990) – “Aperçu général sur la céramique espagnole” in *Colloques Internationaux C.N.R.S.: La céramique Médiévale en Méditerranée Occidentale*, nº 584 (Valbone, 1978), Paris: CNRS, pp. 265-296.

Anexos

1. Cartografia



Fig. 1 – Localização de Funchais 6 na Península Ibérica.

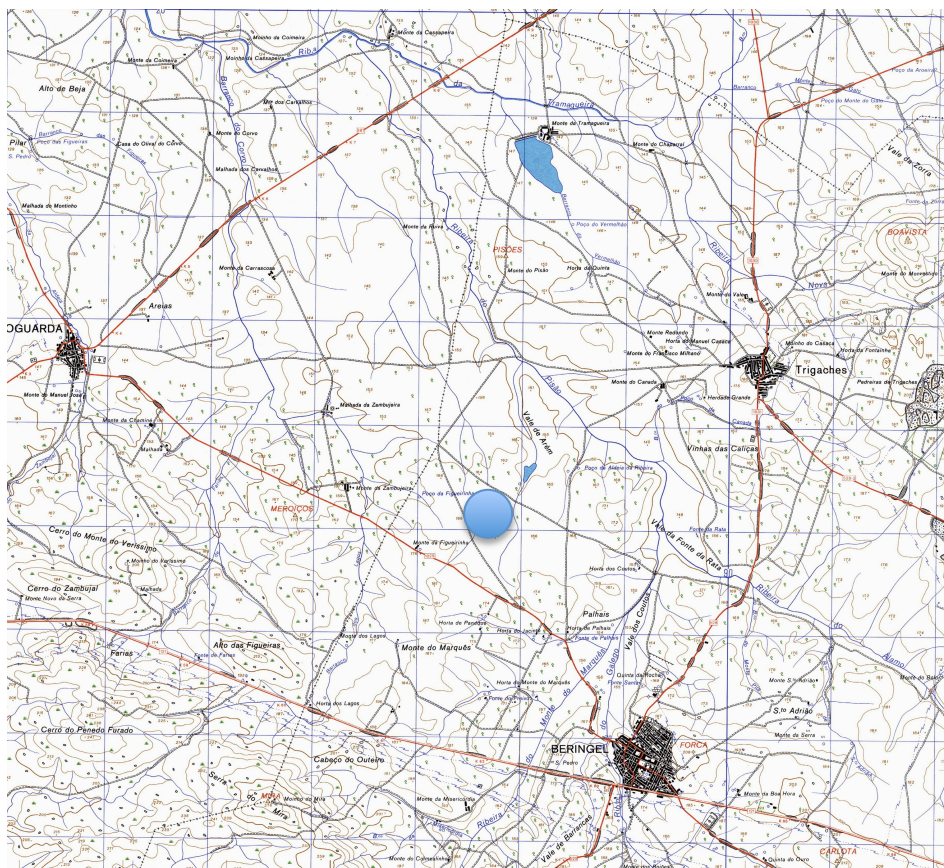


Fig. 2 – Localização de Funchais 6 na Carta Militar de Portugal nº 509 (1:25000), série M888.

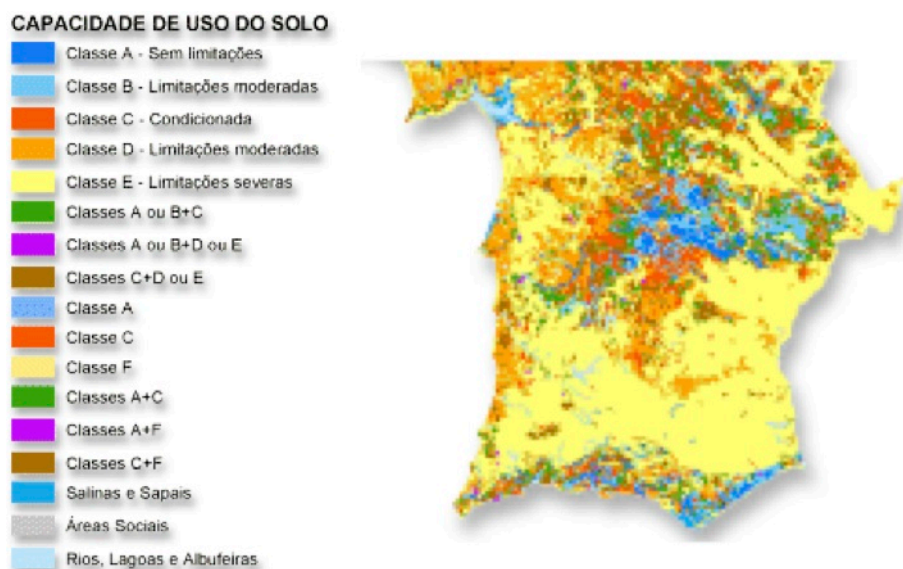
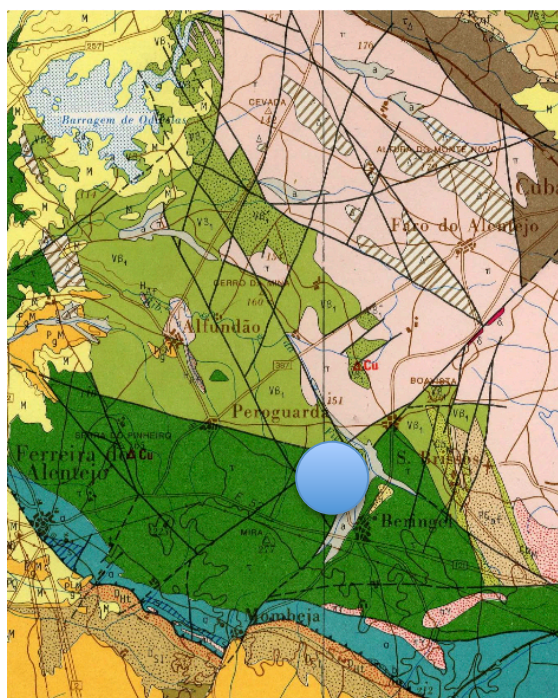




Fig. 5 – O *Conventus Pacensis* e o território de Beja (adaptado de: MACIAS e LOPES, 2012, p. 306).

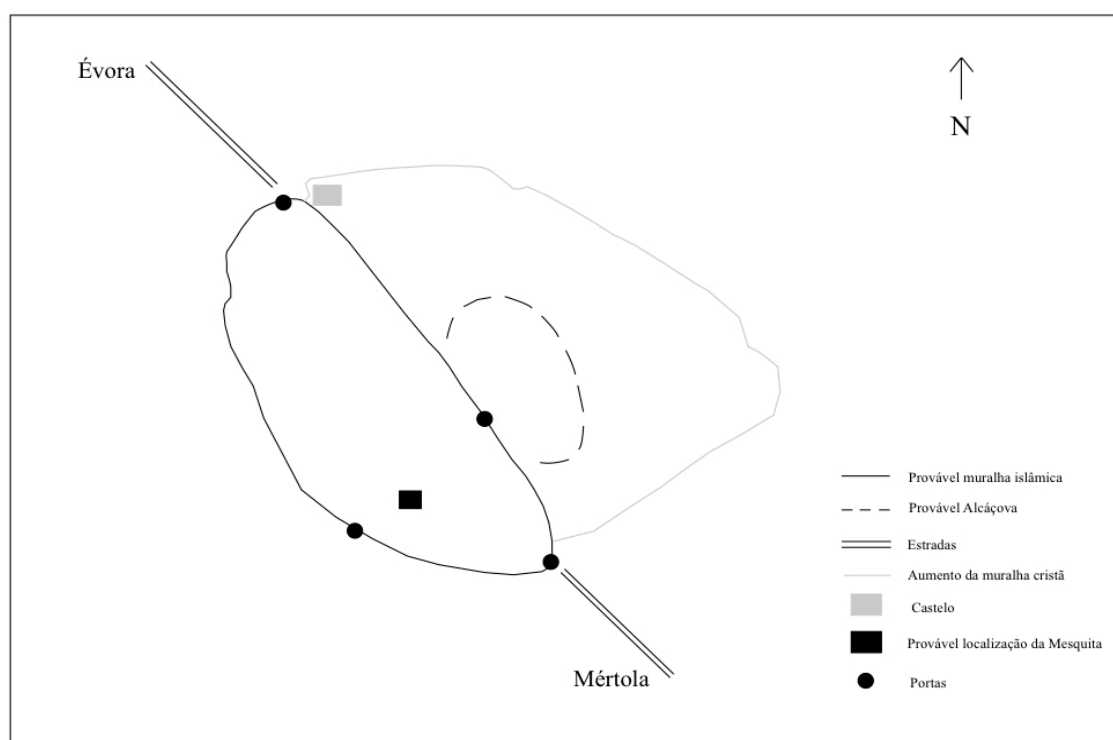


Fig. 6 – Topografia do Núcleo Urbano Medieval de Beja (adptado de: MACIAS, 2006, p. 21).

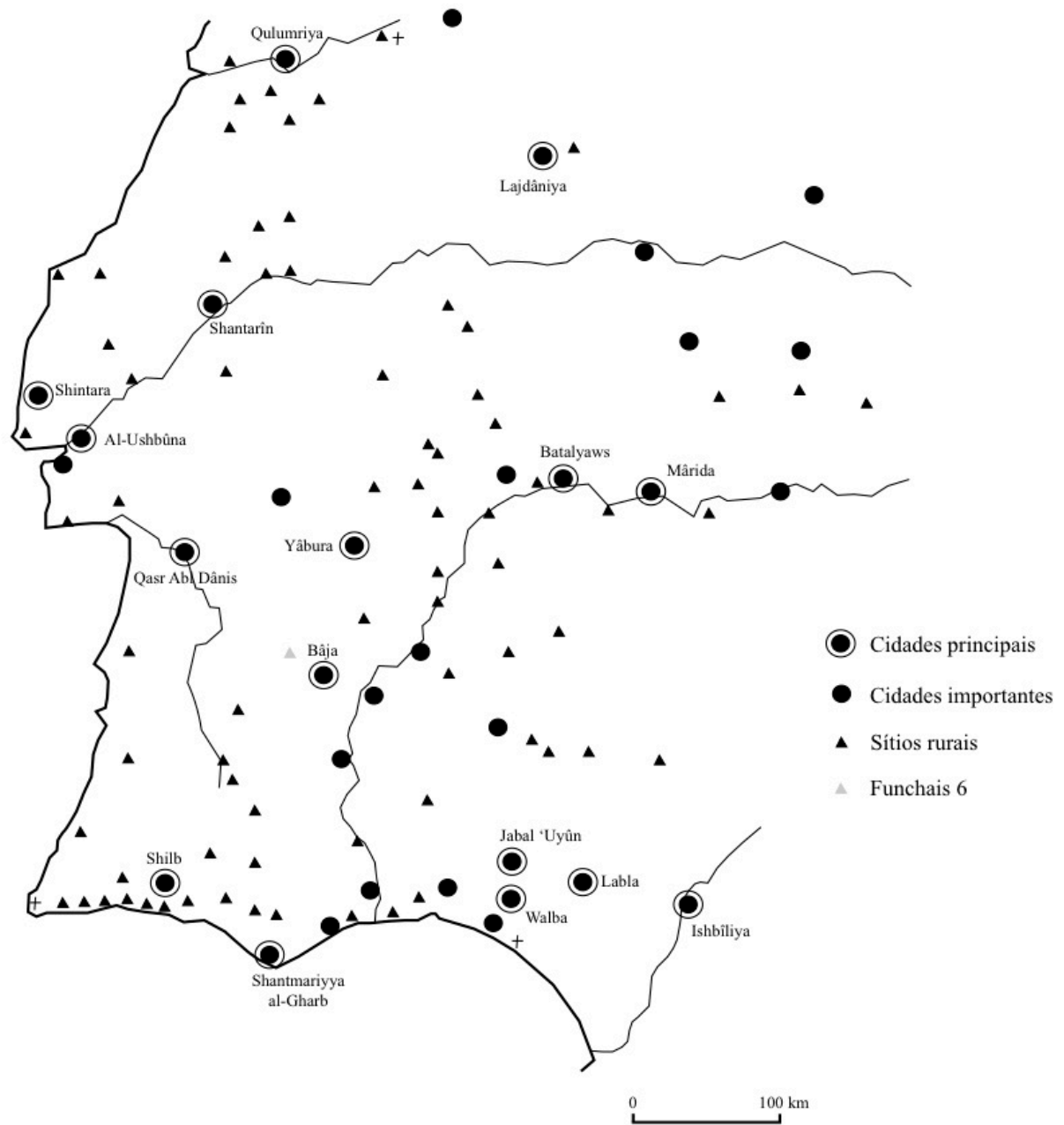


Fig. 7 – Povoamento Islâmico (adaptado de: PICARD, 2000).

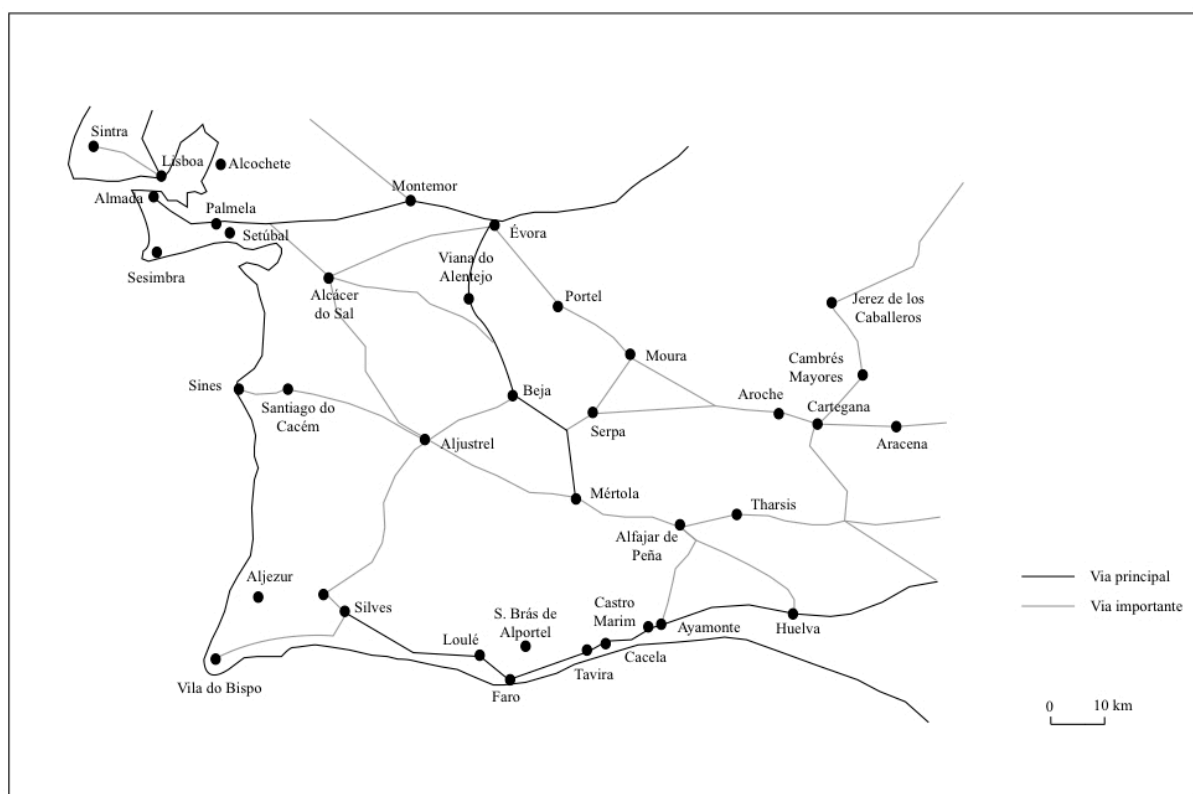


Fig. 8 – Vias principais e importantes do Garb al-Andalus (adaptado de: TORRES, 1997, p. 353).

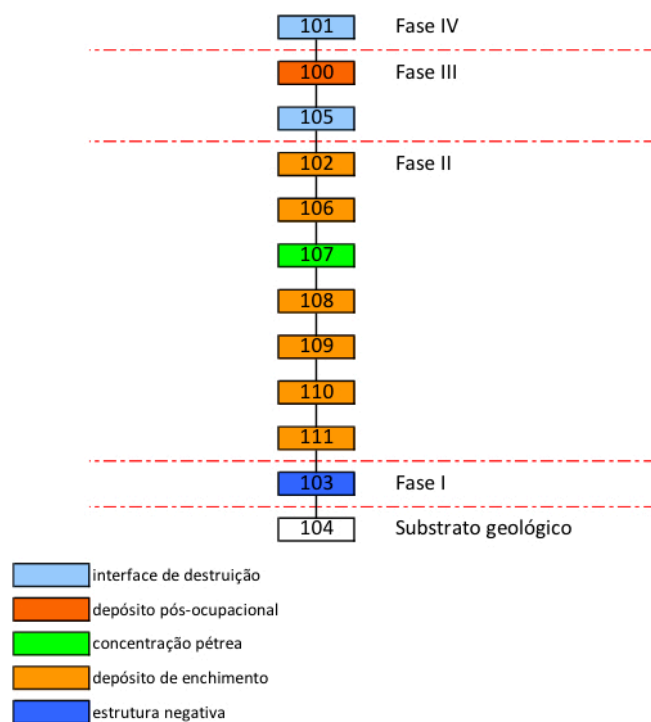


Fig. 9 – Matriz da Sondagem 1 de Funchais 6 (BRAZUNA e COELHO, 2008, p. 10).



Fig. 10 – Matriz da Sondagem 2 de Funchais 6 (BRAZUNA e COELHO, 2008, p. 12).

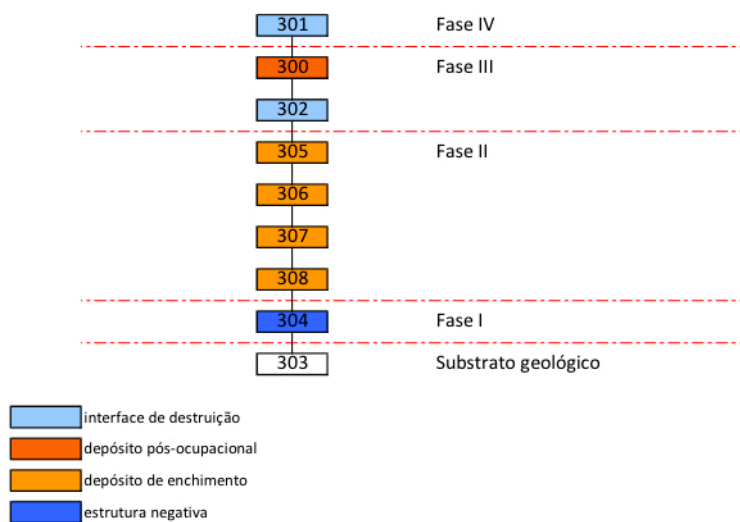


Fig. 11 – Matriz da Sondagem 3 de Funchais 6 (BRAZUNA e COELHO, 2008, p. 15).

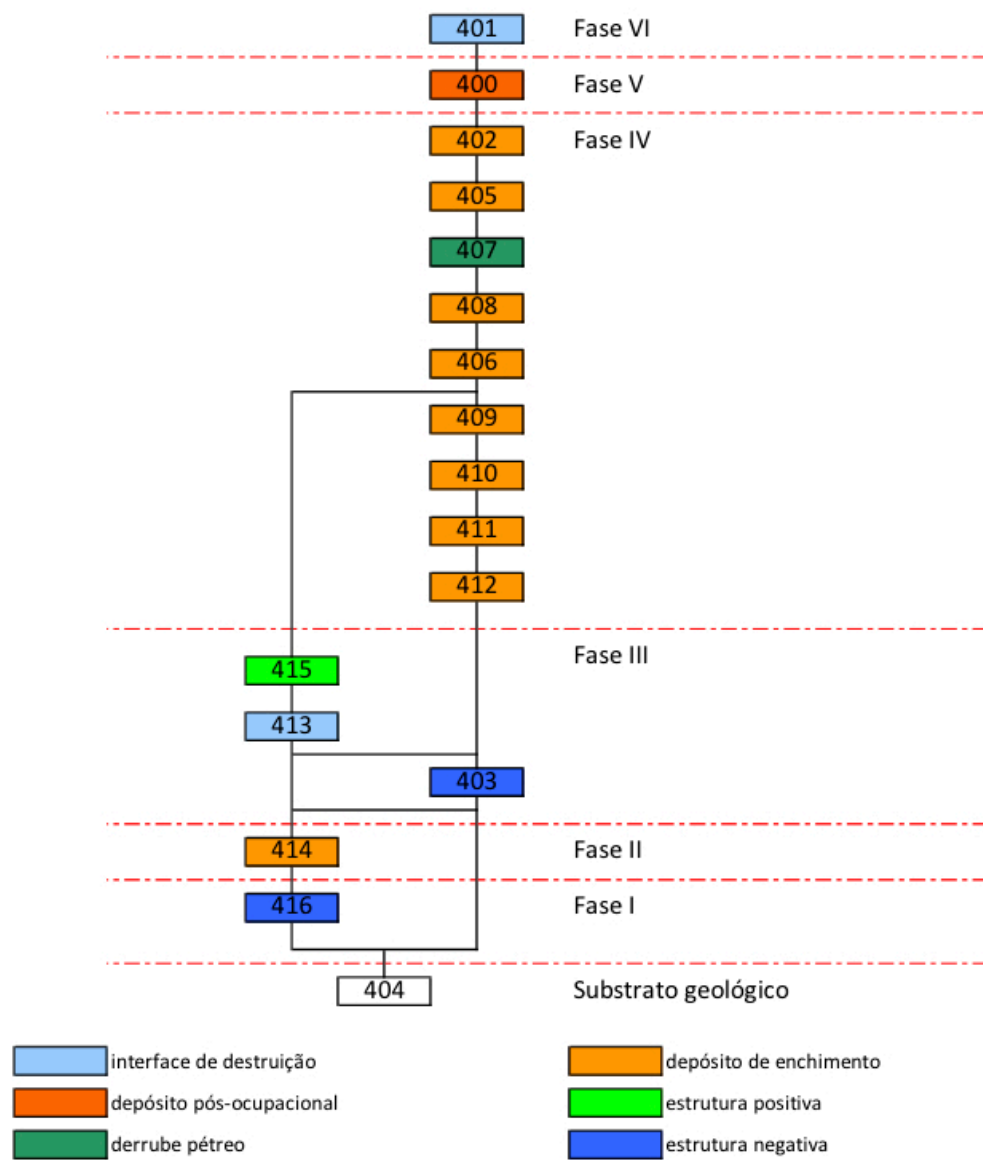


Fig. 12 – Matriz da Sondagem 4 de Funchais 6 (BRAZUNA e COELHO, 2008, p. 17).

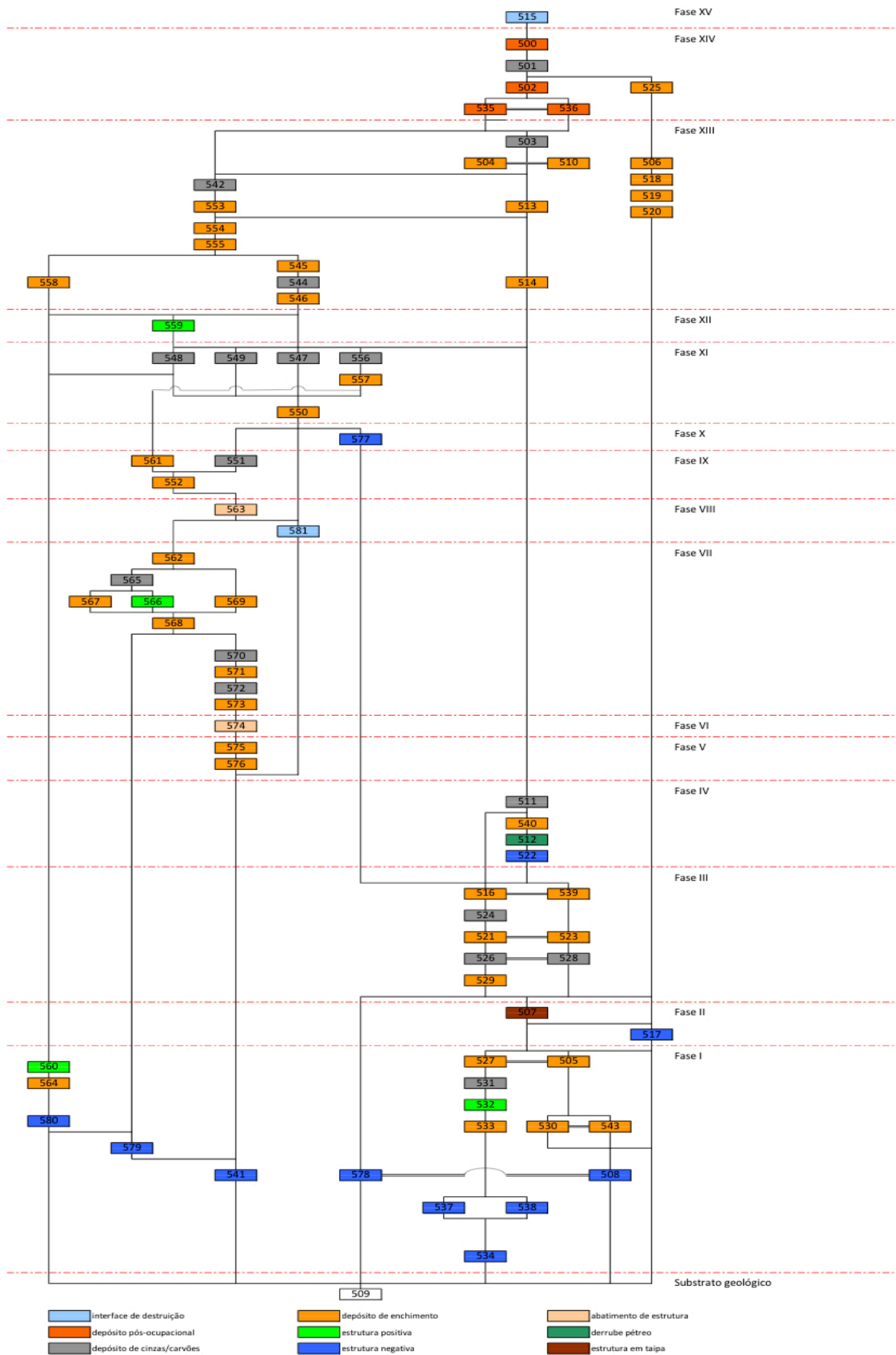


Fig. 13 – Matriz da Sondagem 5 de Funchais 6 (BRAZUNA e COELHO, 2008, p. 21).

Anexos
2. Fotografias



Fig. 14 – Vista aérea de Funchais 6 (Google Earth *apud* BRAZUNA e COELHO, 2008, p. 7).



Fig. 15 – Fragmento nº 579 , correspondente a bloco de argila de fabrico 4.



Fig. 16 – Caçoila nº 48 (Fabrico 4a), com pormenor de perfuração.



Fig. 17 – Púcaro nº 76 (Fabrico 4), com pintura branca.



Fig. 18 – Cântaro nº 2 (Fabrico 2), com decoração castanha avermelhada.



Fig. 19 – Tigela nº 91 (fabrico 8), com vidrado melado.



Fig. 20 – Tigela nº 90 (fabrico 7), com vidrado melado e manganês.

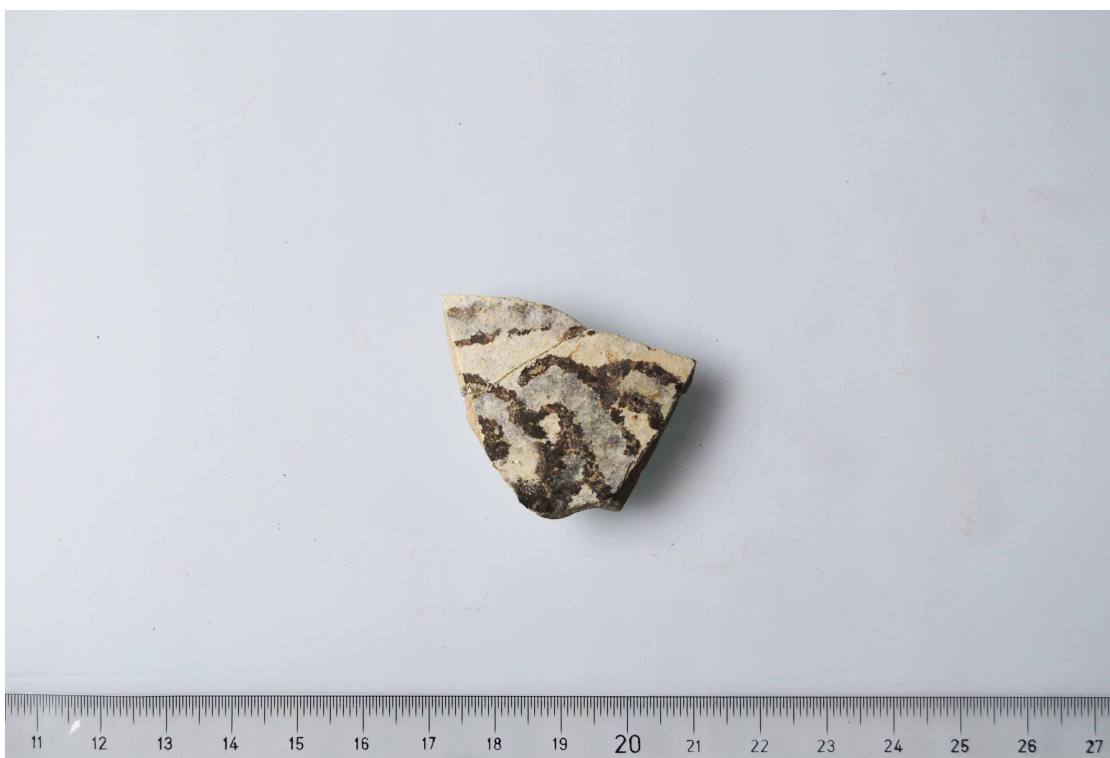


Fig. 21 – Peça nº 109 (fabrico 7), em verde e manganês.



Fig. 22 – Silo 1 [107] (BRAZUNA e COELHO, 2008, p. 11).



Fig. 23 – Silo 2 (BRAZUNA e COELHO, 2008, p. 13).



Fig. 24 – Silo 3 (BRAZUNA e COELHO, 2008, p. 16).



Fig. 25 – Silo 4 (BRAZUNA e COELHO, 2008, p. 19).



Fig. 26 – Silo 5 (BRAZUNA e COELHO, 2008, p. 27).



Fig. 27 – Silo 6 (BRAZUNA e COELHO, 2008, p. 25).



Fig. 28 – Lareira (BRAZUNA e COELHO, 2008, p. 24).

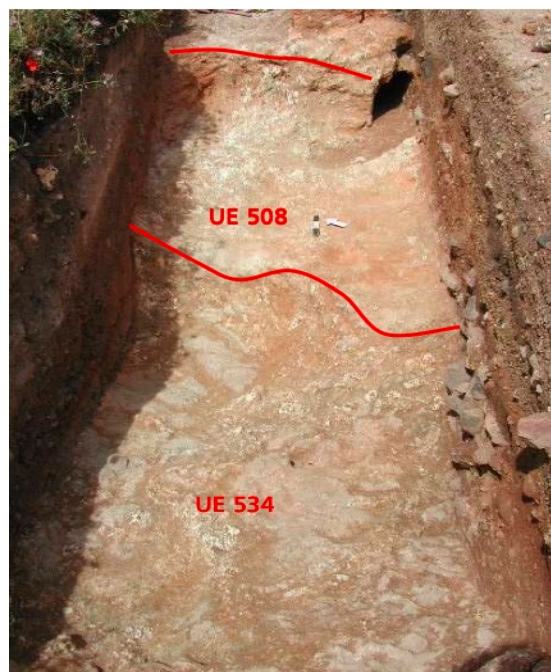


Fig. 29 – Fosso (BRAZUNA e COELHO, 2008, p. 33).



Fig. 30 – Vista geral do corte da vala (BRAZUNA e COELHO, 2008, p. 35).

Anexos

3. Estampas

Legenda:



Pintura a preto



Pintura a vermelho



Pintura a branco

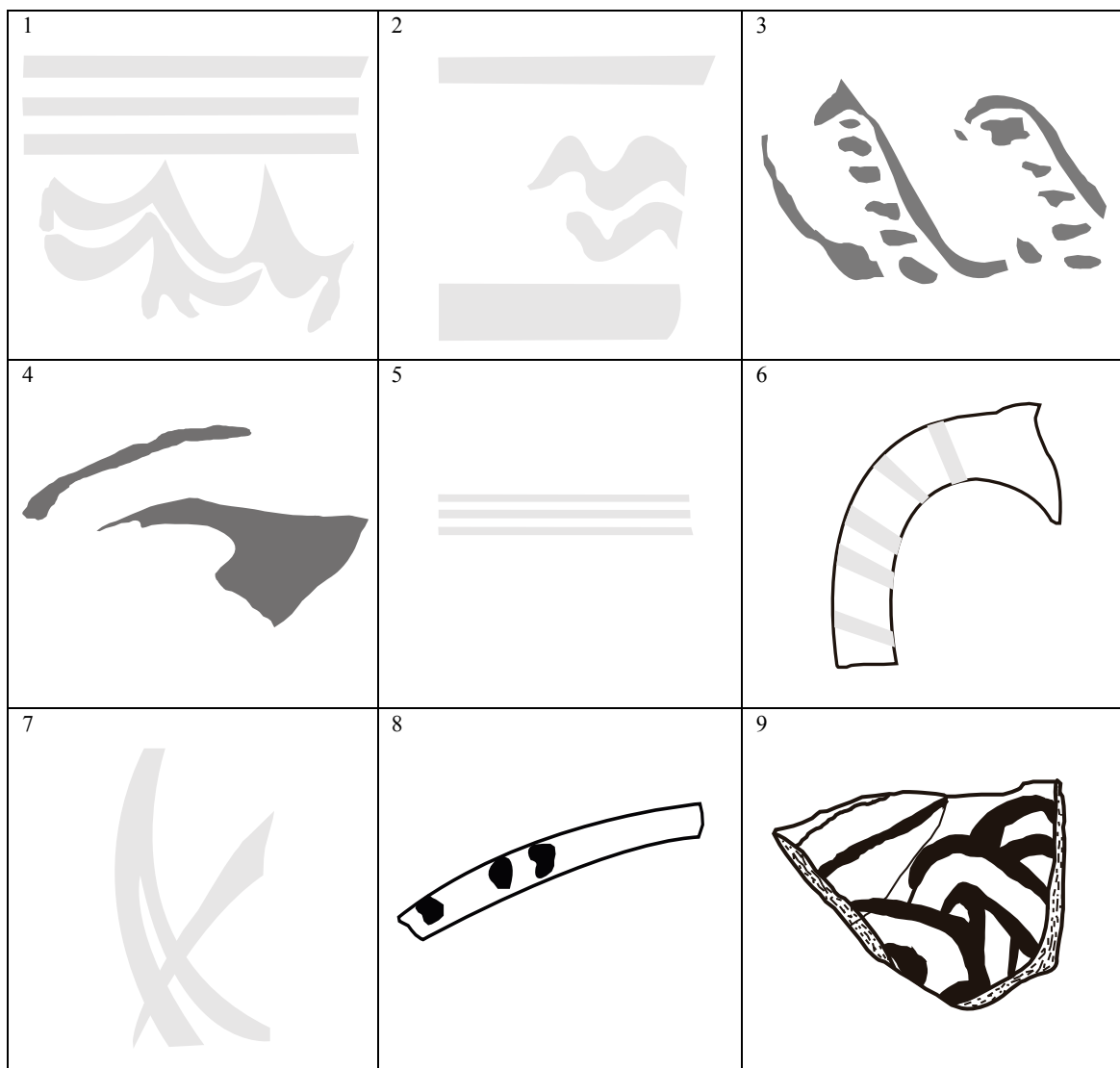
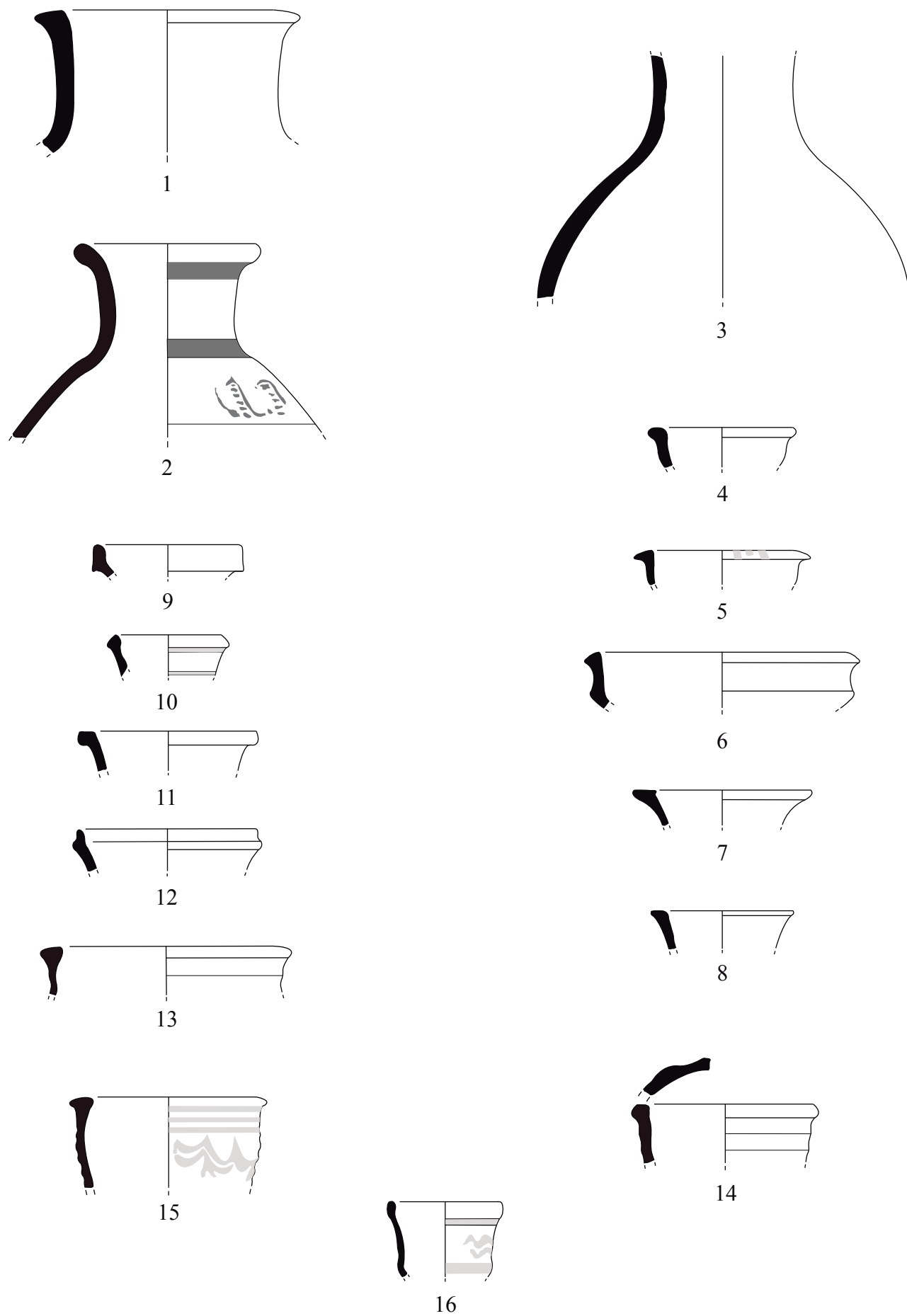
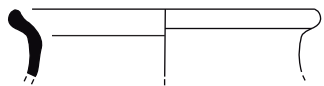


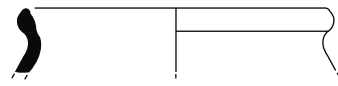
Fig. 31 - Motivos decorativos presentes no conjunto cerâmico.



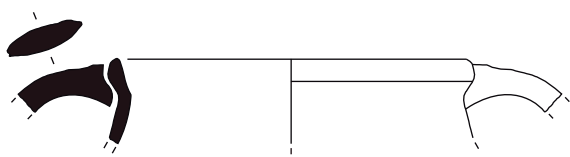
10 cm



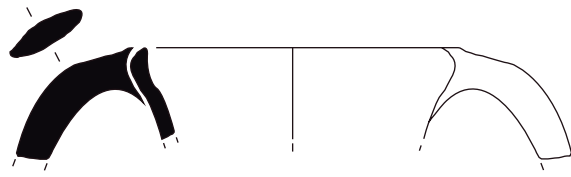
17



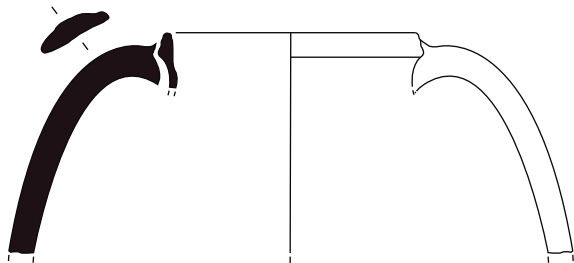
18



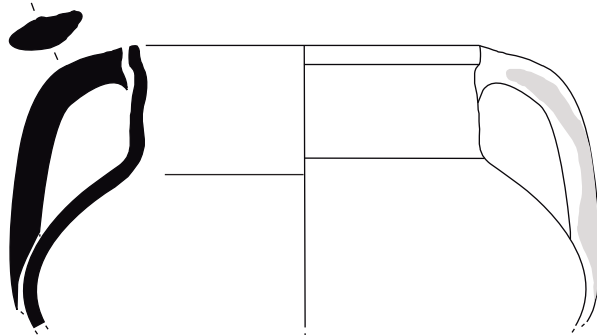
19



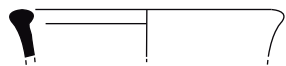
20



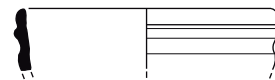
21



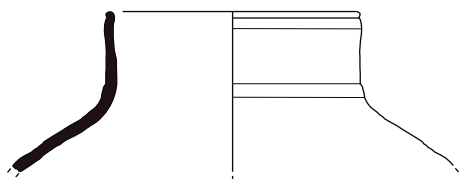
22



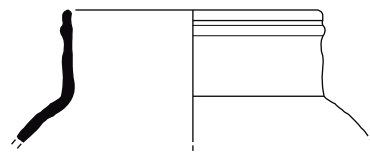
23



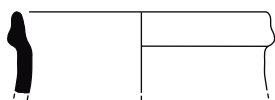
24



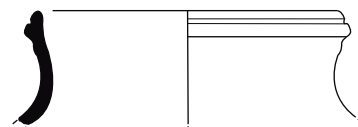
25



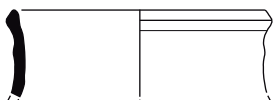
26



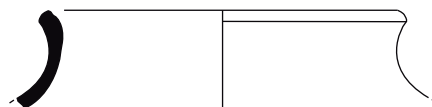
27



31



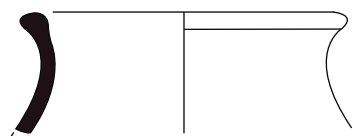
28



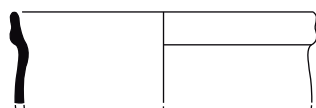
32



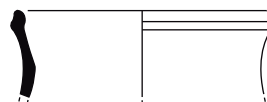
29



33



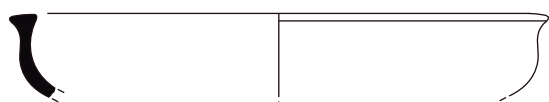
30



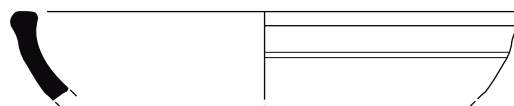
34



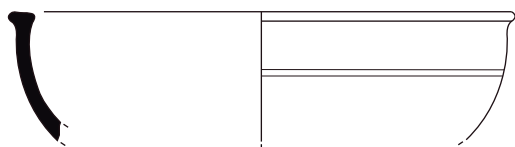
Estampa XIX - Panelas.



35



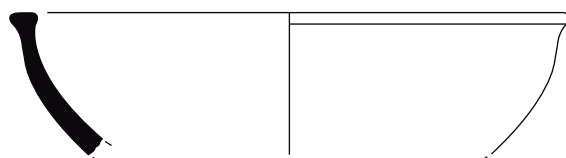
36



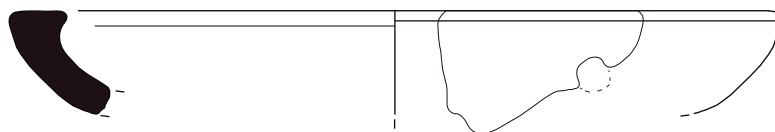
37



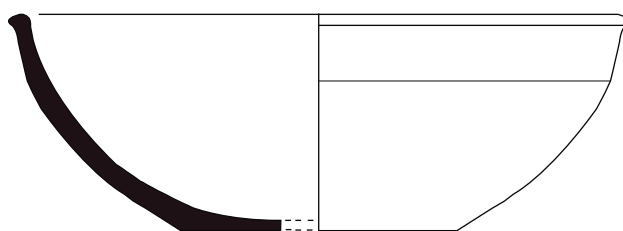
38



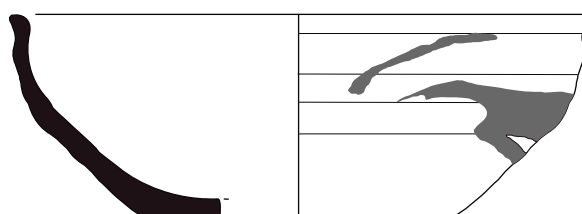
39



40



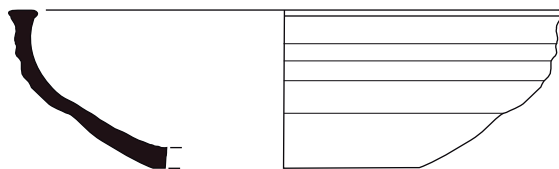
41



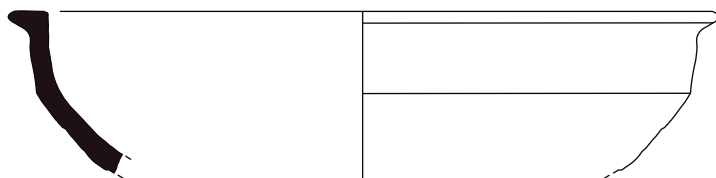
42

10 cm

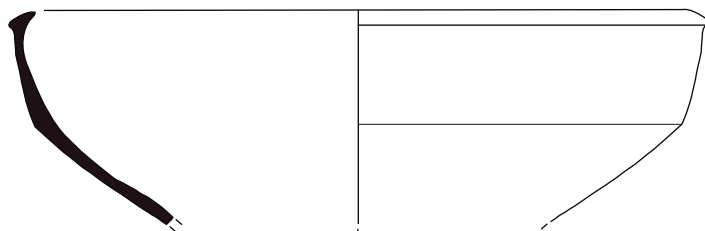




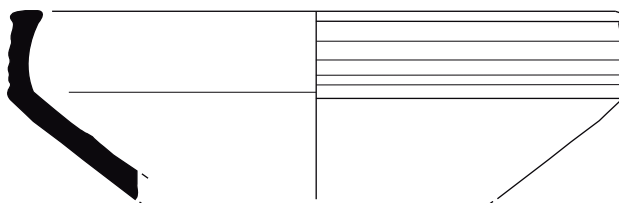
43



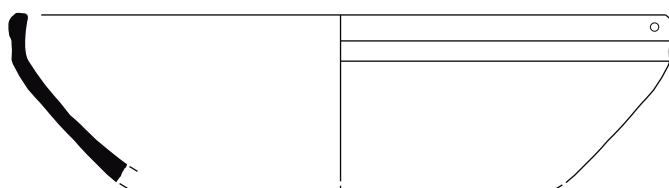
44



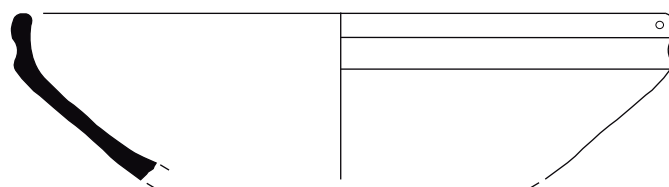
45



46

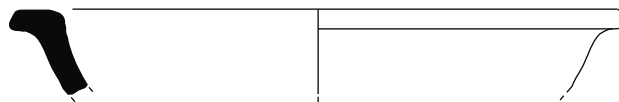


47

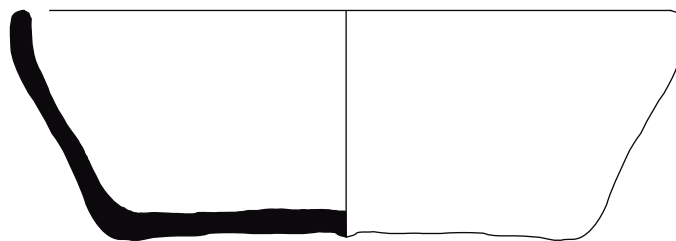


48

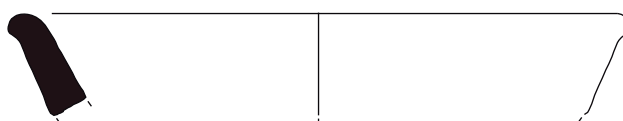




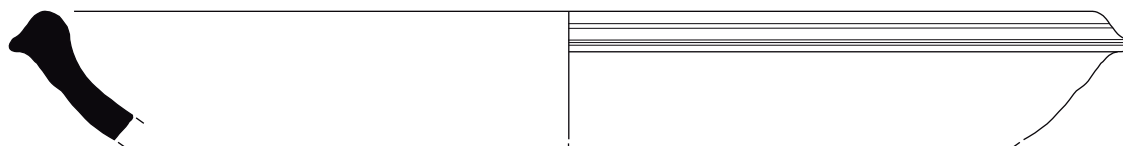
49



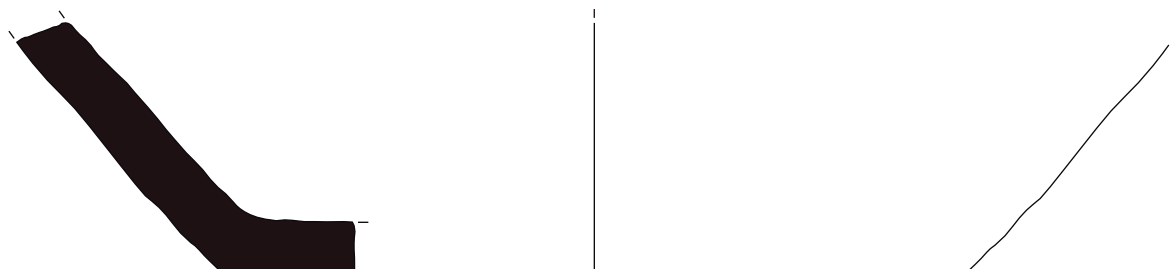
50



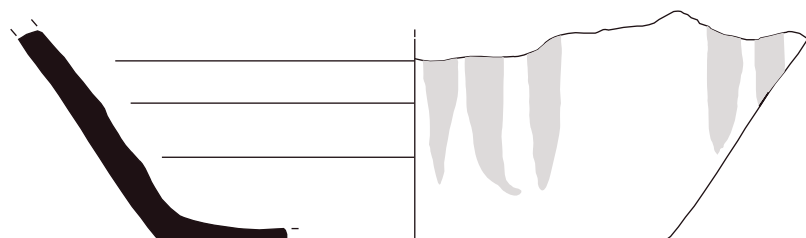
57



58

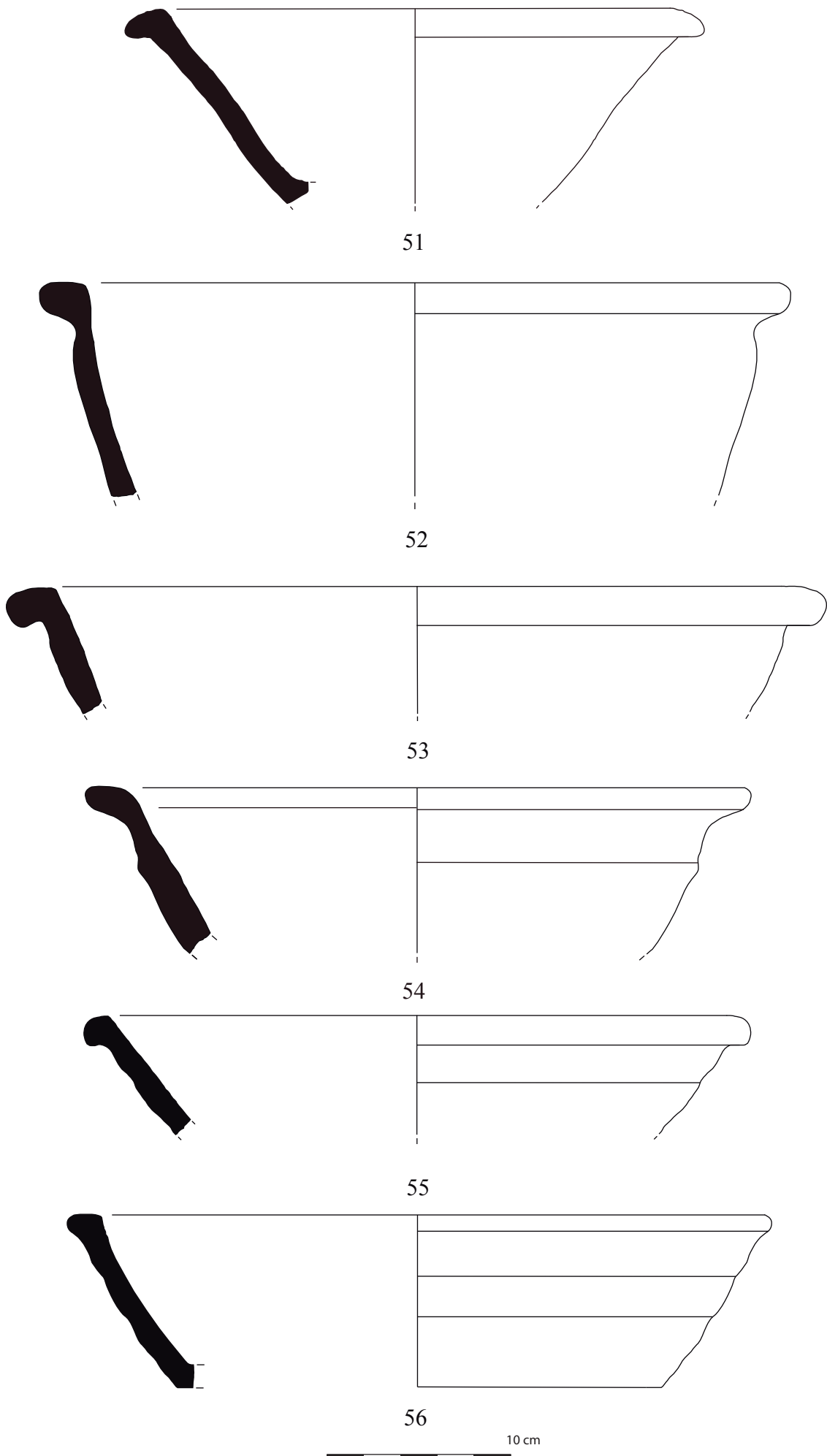


59



60

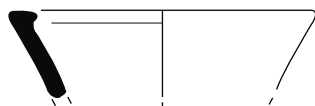




Estampa XXIII - Algudares (grupo 5c).



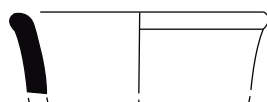
61



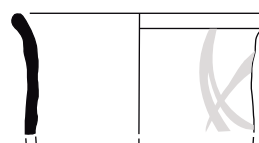
62



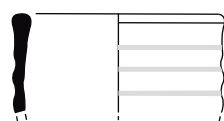
63



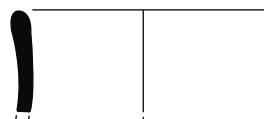
64



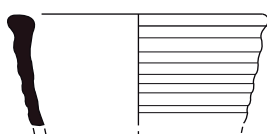
65



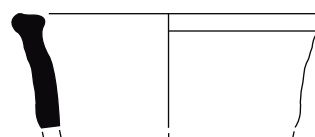
66



67



68

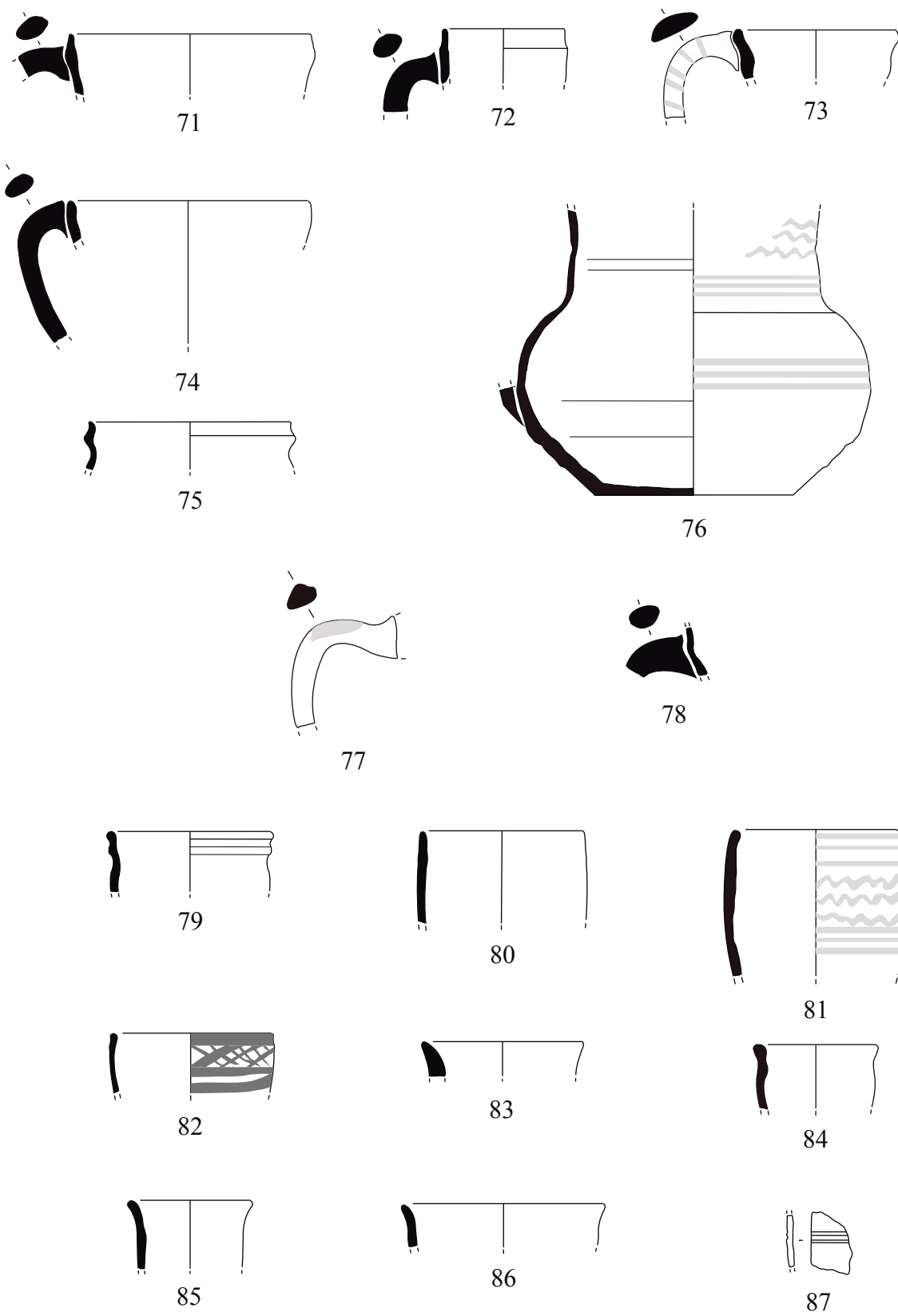


69



70

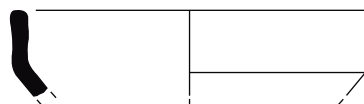




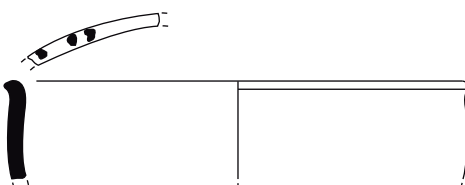
Estampa XXV - Púcaros e Copos.



88



89



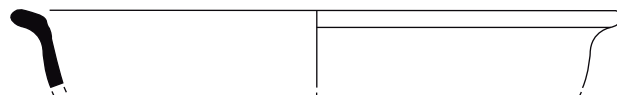
90



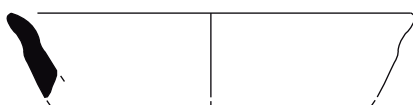
91



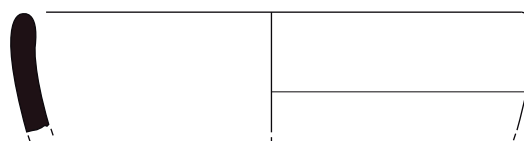
92



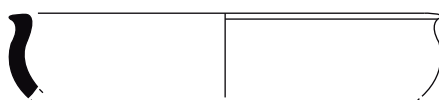
93



94



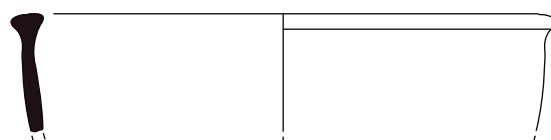
95



96

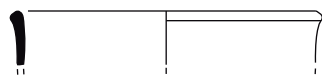


97

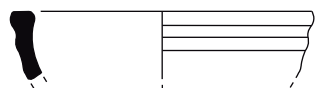


98





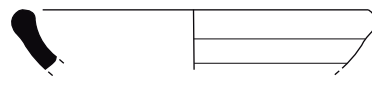
99



100



101



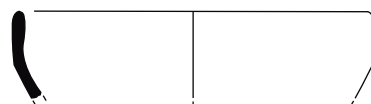
102



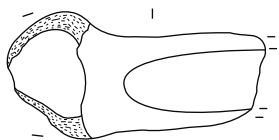
103



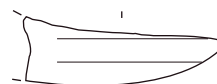
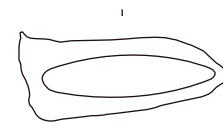
104



105



106



107



108



109



Anexos
4. Catálogo

Nº	U.E.	Frag.	Fabrico	Grupo Funcional	Forma	Grupo	D. Base	D. Bordo	Alt.	E. Par.	Crono.	Est.
1	405	Bordo	4	Armazenamento	Talha			12	7,6	1,1	XI/XIII	I
2	516	Bordo	2	Armazenamento	Cântaro	2a		10	9,5	0,9	X-XI	I
3	532	Bojo	4	Armazenamento	Cântaro	2b			13,3	0,9	XII-XIII	I
4	405	Bordo	4	Armazenamento	Cântaro	2c		8	2,2	0,6	X-XI	I
5	409	Bordo	4	Armazenamento	Cântaro	2c		8	2	0,4	X-XI	I
6	500	Bordo	4a	Armazenamento	Cântaro	2c		14	3,1	0,9	X-XI	I
7	405	Bordo	4	Armazenamento	Cântaro	2c		10	1,9	0,4	X-XI	I
8	411	Bordo	2	Armazenamento	Cântaro	2c		8	2	0,5	XI-XII	I
9	405	Bordo	4	Armazenamento	Cântaro	2d		8	1,8	0,6	XI-XIII	I
10	402	Bordo	4	Armazenamento	Cântaro	2d		6	2,3	0,5	XII-XIII	I
11	527	Bordo	4	Armazenamento	Cântaro	2e		10	2,4	0,6	XI-XII	I
12	536	Bordo	4	Armazenamento	Cântaro	2e		10	2,5	0,6	XI-XII	I
13	400	Bordo	4	Armazenamento	Cântaro	2e		12	2,8	0,5	XI-XII	I
14	405	Bordo	4	Armazenamento	Cântaro	2e		10	3,3	0,6	XI-XII	I
15	553	Bordo	4	Armazenamento	Cântaro	2e		10	5,3	0,5	XI-XII	I
16	107	Bordo	4	Armazenamento	Cântaro	2e		6	4,2	0,5	XI-XII	I
17	511	Bordo	4	Cozinha	Panela	3a		12	2,4	0,6	X-XI	II
18	516	Bordo	4	Cozinha	Panela	3a		12	2,2	0,6	X-XI	II
19	571	Bordo	4	Cozinha	Panela	3a		14	3,4	0,5	X-XI	II
20	501	Bordo	4	Cozinha	Panela	3a		12	6,1	0,6	X-XI	II
21	545	Bordo	4	Cozinha	Panela	3b		10	9,9	0,3	XI-XII	II
22	542	Bordo	4	Cozinha	Panela	3b		14	11,6	0,7	XI-XII	II
23	405	Bordo	4	Cozinha	Panela	3c		10	1,8	0,4	XII-XIII	II
24	307	Bordo	4	Cozinha	Panela	3c		10	2,3	0,5	XII-XIII	II
25	545	Bordo	4	Cozinha	Panela	3c		10	5,7	0,6	XII-XIII	II
26	306	Bordo	4	Cozinha	Panela	3c		10	4,7	0,5	XII-XIII	II
27	535	Bordo	4	Cozinha	Panela	3d		10	3,3	0,7	XI-XII	II
28	410	Bordo	4	Cozinha	Panela	3d		10	3,3	0,6	XI-XII	II
29	526	Bordo	4	Cozinha	Panela	3d		14	3,5	0,6	XI-XII	II
30	306	Bordo	4	Cozinha	Panela	3d		12	3,5	0,4	XI-XII	II
31	410	Bordo	4	Cozinha	Panela	3e		12	4,6	0,5	X-XI	II
32	526	Bordo	4	Cozinha	Panela	3e		14	3,9	0,5	X-XI	II
33	402	Bordo	4	Cozinha	Panela	3e		12	4,9	0,6	X-XI	II
34	203	Bordo	4	Cozinha	Panela	3e		10	3,2	0,5	X-XI	II
35	535	Bordo	4a	Cozinha	Caçoila	4a		20	3,3	0,6	X-XI	III
36	409	Bordo	4a	Cozinha	Caçoila	4a		20	3,4	0,8	X-XI	III
37	405	Bordo	4a	Cozinha	Caçoila	4a		20	5,3	0,6	X-XI	III
38	542	Bordo	4a	Cozinha	Caçoila	4b		16	4,3	0,5	XII-XIII	III
39	512	Bordo	4a	Cozinha	Caçoila	4a		22	5,2	1	X-XI	III
40	527	Bordo	4a	Cozinha	Caçoila	4a		30	4	1,4	X-XI	III
41	519	Bordo	4a	Cozinha	Caçoila	4a	14	24	8,6	1	X-XI	III
42	575	Bordo	4a	Cozinha	Caçoila	4a	15	23	6,9	1,3	X-XI	III
43	541	Bordo	4a	Cozinha	Caçoila	4b	16	22	6,5	0,8	XII-XIII	IV
44	535	Bordo	4a	Cozinha	Caçoila	4b		28	6,5	0,9	XII-XIII	IV

Nº	U.E.	Frag.	Fabrico	Grupo Funcional	Forma	Grupo	D. Base	D. Bordo	Alt.	E. Par.	Crono.	Est.
45	307	Bordo	4a	Cozinha	Caçoila	4b		26	9,1	0,6	XII-XIII	IV
46	405	Bordo	4a	Cozinha	Caçoila	4b		24	7,5	0,9	XII-XIII	IV
47	548	Bordo	4a	Cozinha	Caçoila	4b		26	6,4	0,9	XII-XIII	IV
48	546	Bordo	4a	Cozinha	Caçoila	4b		26	6,6	0,9	XII-XIII	IV
49		Bordo	4c	Cozinha	Alguidar	5a		24	3,2	1,1	VIII-XII	V
50	506	Bordo	4a	Cozinha	Alguidar	5b		26	9,2	1,1	X-XI	V
51	572	Bordo	4a	Cozinha	Alguidar	5c		28	9,5	1,3	XI	VI
52	527	Bordo	4a	Cozinha	Alguidar	5c		40	11,6	0,9	XI	VI
53	553	Bordo	4a	Cozinha	Alguidar	5c		40	6,4	1,6	XI	VI
54	575	Bordo	4a	Cozinha	Alguidar	5c		36	8,9	1,8	XI	VI
55	409	Bordo	4a	Cozinha	Alguidar	5c		34	6,2	1,3	XI	VI
56	550	Bordo	4a	Cozinha	Alguidar	5c		38	9,2	1,4	XI	VI
57	500	Bordo	4	Cozinha	Alguidar	5d		24	3,8	1,5	XII-XIII	V
58	511	Bordo	4	Cozinha	Alguidar	5e		42	4,6	2	XII-XIII	V
59	512	Fundo	5	Cozinha	Alguidar	5f	30		10,9	2,3		V
60	571	Fundo	4	Cozinha	Alguidar	5g	20		10,1	1		V
61	503	Bordo	8	Mesa	Garrafa			3	1,9	0,4	XI-XII	VII
62	527	Bordo	4	Mesa	Jarro	6a		12	3,4	0,7	XI-XII	VII
63	410	Bordo	4	Mesa	Jarro	6a		10	2,3	0,7	XI-XII	VII
64	531	Bordo	4	Mesa	Jarro	6b		10	3,5	0,9	XI-XII	VII
65	410	Bordo	4	Mesa	Jarro	6b		10	4,9	0,6	XI-XII	VII
66	406	Bordo	4	Mesa	Jarro	6b		8	4	0,5	XI-XII	VII
67	503	Bordo	4	Mesa	Jarro	6b		10	4,2	0,8	XI-XII	VII
68	521	Bordo	4	Mesa	Jarro	6b		ind.	3,2	0,7	XI-XII	VII
69	511	Bordo	4a	Mesa	Jarro	6b		12	4,5	0,9	XI-XII	VII
70	516	Bordo	4	Mesa	Jarro	6b		10	2,5	0,5	XI-XII	VII
71	410	Bordo	4	Mesa	Púcaro	7a		12	3	0,5		VIII
72	410	Bordo	4	Mesa	Púcaro	7a		6	4,4	0,4		VIII
73	410	Bordo	4	Mesa	Púcaro	7a		8	4,7	0,6		VIII
74	530	Bordo	4	Mesa	Púcaro	7a		12	7,5	0,5		VIII
75	406	Bordo	4	Mesa	Púcaro	7a		10	2,5	0,3		VIII
76	306	Fundo	4	Mesa	Púcaro	7b	10		14,2	0,7	X-XI	VIII
77	504	Asa	3	Mesa	Púcaro	7c			8,3		XII-XIII	VIII
78	405	Asa	8	Mesa	Púcaro	7d			2,4		VIII-X	VIII
79	405	Bordo	4	Mesa	Copo	8a		8	3,1	0,5	IX-XI	VIII
80	410	Bordo	4	Mesa	Copo	8a		8	4,5	0,4	IX-XI	VIII
81	552	Bordo	4	Mesa	Copo	8a		8	7,1	0,5	IX-XI	VIII
82	527	Bordo	2	Mesa	Copo	8b		8	3	0,3	IX-XII	VIII
83	410	Bordo	4	Mesa	Copo	8c		8	1,8	0,8	XI-XII	VIII
84	503	Bordo	4	Mesa	Copo	8c		6	3,3	0,4	XI-XII	VIII
85	405	Bordo	3	Mesa	Copo	8c		6	3,3	0,4	XI-XII	VIII
86	405	Bordo	4	Mesa	Copo	8c		10	2	0,5	XI-XII	VIII
87	306	Bojo	8	Mesa	Copo	8d			2,6	0,3		VIII
88	410	Bordo	4a	Mesa	Tigela	10a		18	3,5	0,6	X-XI	IX

Nº	U.E.	Frag.	Fabrico	Grupo Funcional	Forma	Grupo	D. Base	D. Bordo	Alt.	E. Par.	Crono.	Est.
89	545	Bordo	4a	Mesa	Tigela	10b		14	3,5	0,8		IX
90	306	Bordo	7	Mesa	Tigela	10c		18	4	0,7	X-XII	IX
91	405	Bordo	8	Mesa	Tigela	10c		16	3,2	0,7	X-XII	IX
92	409	Bordo	3	Mesa	Tigela	10d		22	1,5	0,8		IX
93	305	Bordo	4a	Mesa	Tigela	10d		24	3,1	0,6		IX
94		Bordo	4	Mesa	Tigela	10e		16	3,2	0,9	X-XI	IX
95	503	Bordo	4a	Mesa	Tigela	10f		20	4,7	1,1	XI-XII	IX
96	405	Bordo	4a	Mesa	Tigela	10g		16	3,3	0,6	XII	IX
97		Bordo	4	Mesa	Tigela	10g		16	2,5	0,5	XII	IX
98	306	Bordo	4a	Mesa	Tigela	10g		20	4,6	0,7	XII	IX
99	504	Bordo	4	Mesa	Taça	9a		12	2,2	0,4		X
100	108	Bordo	4a	Mesa	Taça	9b		12	2,9	0,7		X
101	529	Bordo	4	Mesa	Taça	9b		12	2,5	0,6		X
102	406	Bordo	4a	Mesa	Taça	9b		14	2,3	0,7		X
103	535	Bordo	4	Mesa	Taça	9c		12	1,5	0,5	XII	X
104	405	Bordo	8	Mesa	Taça	9d		14	2,1	0,6	XI-XII	X
105	410	Bordo	7	Mesa	Taça	9d		14	3,6	0,5	XI-XII	X
106	507	Bojo	1	Iluminação	Candeia	11a			4,1	0,8	VIII-X	X
107	106	Bojo	1	Iluminação	Candeia	11b			2,6		XI	X
108	409	Bordo	4	Iluminação	Candeia	11c		Ind.	2,1	0,6		X
109	516	Bojo	7	Indeterminado	Ind.				2,9	0,5		X